



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (IESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

HELIO MAURÍCIO PIRAJÁ CANNONE

**Passado, desenvolvimento e futuro:
a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB**

RIO DE JANEIRO

2017

Helio Maurício Pirajá Cannone

**Passado, desenvolvimento e futuro:
a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

A ficha catalográfica deve ser preparada pela equipe da Biblioteca. Ela deverá ser inserida neste local e esta folha não é contada para fins de paginação.

**Na versão impressa, deverá constar no verso da folha de rosto.
Formatar a fonte conforme o modelo escolhido para todo o trabalho
(Arial ou Times New Roman)**

A ficha desta máscara foi inserida através do recurso de selecionar, copiar e colar especial como documento do Word (objeto). É possível editá-la dando dois cliques em cima da ficha com o botão esquerdo do mouse.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Helio Maurício Pirajá Cannone

Helio Maurício Pirajá Cannone

**Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre história e política na obra de três
intelectuais do ISEB**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em
Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos
Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 8 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ)

Prof.^a Dr. César Augusto Coelho Guimarães
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ)

Prof. Dr.^a Angélica Lovatto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Prof.^a Dr. Marcelo Gantus Jasmin
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro

2017

A Ricardo Benzaquen de Araújo,
in memoriam, que me despertou o fascínio em pensar o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos que passei até agora no IESP conheci muitas pessoas maravilhosas, fascinantes e inteligentes. Vou fazer aqui o esforço de agradecer a algumas delas, mas já peço desculpas por eventuais esquecimentos.

Agradeço à minha família, Julia e Rubi por todo o amor e carinho dado durante este processo. Agradeço à Julia também pelas revisões dos textos mal escritos e à Rubi por me forçar a sair de casa pelo menos uma vez ao dia, evitando o enclausuramento.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pela bolsa de fomento à pesquisa, que possibilitou a minha dedicação exclusiva à elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador, mestre, professor, amigo e uma das pessoas mais inteligentes e proativas que eu já conheci, Christian Lynch. Agradeço pela orientação, pelos comentários e instruções que me fizeram pensar diferente velhos temas e abrir minha cabeça para questões que eu sequer havia pensado. Agradeço por todos os cursos dados, pela preocupação com a formação de seus orientandos, por ser uma pessoa próxima e amiga sempre que solicitado e pela confiança em mim depositada (a qual espero conseguir corresponder). Almejo ainda poder ter muitos anos para ver mais além nos ombros deste gigante.

A todos os professores com os quais tive prazer de aprender no IESP e aos professores do Departamento de História da PUC-Rio que me permitiram chegar até aqui. Agradeço especialmente ao professor Ricardo Benzaquen, que infelizmente se foi antes de ver este trabalho concluído. Certamente ele é umas das pessoas a quem mais devo, uma vez que foi quem me despertou o interesse de estudar o pensamento social e político brasileiro. Ele sempre permanecerá vivo na memória daqueles à quem tocou e certamente eu fui um deles. Agradeço também à Professora Angélica Lovatto, entusiasta e consultora deste trabalho desde o seu início, agradeço por toda a confiança depositada e por toda a ajuda e amizade durante a elaboração desta dissertação.

Aos meus amigos de turma do IESP por toda a solidariedade e companheirismo destes dois anos e aos amigos do Laboratório de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro (Beemote) por terem me acolhido e por terem me ensinado tanto em tão pouco tempo. Agradeço especialmente ao Angelo Remédio, Paulo Cassimiro, Wesley Dias e Pedro Marreca, amigos que a vida aproximou e que eu espero que nunca afaste. Agradeço aos quatro pelas conversas francas, pelas leituras atenciosas dos meus trabalhos, pelo companheirismo e pela paciência.

Anteriormente os assuntos dos senhores concerniam apenas aos senhores. Interessávamos por eles como homens, mas permanecíamos à distância pelo fato de não sermos cidadãos franceses. Mas, quando vemos o modelo que nos apresenta como exemplo, devemos sentir como ingleses e, portanto, agir como ingleses.
(Edmund Burke, *Reflexões sobre a revolução na França*)

Os homens fazem sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.
(Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*)

RESUMO

CANNONE, H.M.P.C. Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB. 2017. Xxf. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho pretende explorar a relação entre a história e a formulação de projetos políticos na obra de três intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e quais foram suas principais referências teóricas para tal. O primeiro capítulo analisa a produção de Hélio Jaguaribe, um dos principais fundadores do instituto e chefe da cadeira de Ciência Política. O segundo trata de Alberto Guerreiro Ramos, chefe da cadeira de sociologia e posteriormente deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Finalmente, o último capítulo se debruça sobre a elaboração intelectual de Nelson Werneck Sodré, militar, professor de história do Brasil do ISEB e militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Argumenta-se que o ISEB foi centro importante na irradiação da ideologia nacional-desenvolvimentista, que com o passar dos anos, foi se radicalizando, até seu fechamento em 1964. Neste processo, a história parecia cumprir a função de compreender as especificidades do Brasil, assim como seus problemas, a fim de transformá-lo em um sentido que tornasse o país autônomo.

Palavras-chave: Nacionalismos; História e Política; Pensamento político brasileiro; nacional-desenvolvimentismo.

ABSTRACT

CANNONE, H.M.P. Past, development and future: the relation between history and politics at the work of three intellectuals of ISEB. 2017. Xxf. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work intends to explore the relation between history and the formulation of political projects for the present at the books of three intellectuals of the Superior Institute of Brazilian Studies (ISEB). It intends to explore too which are the references of those authors. The first chapter analyses the work of Hélio Jaguaribe, one of the founder of ISEB and head leader of the Political Science Department. The second chapter is about Alberto Guerreiro Ramos, head leader of the Sociology department and congressist of the Brazilian Labour Party (PTB) after it. The concluding chapter is about Nelson Werneck Sodré, military army, professor of Brazilian History of ISEB and member of Brazilian Communist Party. The hypothesis of this work is that the ISEB was an important center of the national-development ideology that by the pass of the years went to the left until it was closed by the coup of 1964. The history was used by the ISEB's intellectual to understand the Brazil's particularities and the country problems to transform them in a way the Brazil becomes an autonomous country.

Key-words: Nationalisms; History and Politics; Brazilian Political Thought; National-developmentalism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ESG	Escola Superior de Guerra
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBF	Instituto Brasileiro de Filosofia
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Plano SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SUMOC	Superintendência de Moeda e Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O NACIONAL E O INTERNACIONAL NO HISTORICISMO DE HÉLIO JAGUARIBE.....	20
1.Introdução	
1.2.O conceito de História de Hélio Jaguaribe	
1.2.1 A história como sistema de Ortega y Gasset	
1.2.2 A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim	
1.2.3 A teoria da história de Hélio Jaguaribe	
1.3. A ideologia nacionalista como forma de superação: a análise das questões endógenas	
1.3.1 A crítica ao latifúndio e a defesa da industrialização	
1.3.2 A burguesia como classe dirigente da mudança	
1.3.3 O desenvolvimento: Papel do Estado, democracia e Ideologia	
1.4. A inserção do Brasil no cenário internacional: as questões exógenas	
1.5 Epílogo: Capital externo, a questão do petróleo a saída de Hélio Jaguaribe do ISEB	
2. A SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS.....	55
2.1 Introdução	
2.2 O pensamento nacionalista brasileiro e a crítica do transplante	
2.2.1 Alberto Torres: um olhar realista para o problema nacional brasileiro	
2.2.2 Oliveira Viana e a sociologia nacionalista	
2.3. A operacionalização da Sociologia do Conhecimento nas análises de Mannheim	
2.4. O conceito de história de Alberto Guerreiro Ramos e sua sociologia crítica do transplante	
2.5. Interpretação histórica e projeto político para o Brasil	
2.5.1 A problemática do latifúndio e da industrialização	
2.5.2 O Povo, seu conteúdo e papel	
2.5.3 A revolução brasileira	
2.6. História do pensamento social e político brasileiro	
2.7 Considerações finais	
3. O SENTIDO DO COMUNISMO: NELSON WERNECK SODRÉ E A HISTÓRIA NACIONALISTA E MARXISTA DO BRASIL.....	81
3.1 Introdução	
3.2. O conceito de história em Nelson Werneck Sodré	
3.3. O comunismo internacional e sua importância no pensamento de Nelson Werneck Sodré	
3.4. O nacionalismo e sua importância no pensamento de Nelson Werneck Sodré	
3.5. Interpretação histórica e projeto político para o Brasil	
3.5.1 A problemática do latifúndio e da industrialização	
3.5.2 O Povo, seu conteúdo e papel	
3.5.3 A revolução brasileira	
3.6. História do pensamento social e político brasileiro	
3.7 Conclusão	

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IDEOLOGIA DO ISEB E A HISTÓRIA COMO MITO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111

INTRODUÇÃO

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi uma importante instituição ligada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 durante o governo Café Filho e fechado em 1964 após o golpe militar. A partir de 1952, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo começou a se reunir no Parque de Itatiaia. As diferenças teóricas entre os dois fez com que em 1953 os cariocas formassem o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia (IBESP). Em 1955, decidiu-se criar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) para orientar a política no sentido da ideologia nacional-desenvolvimentista. O ISEB se organizava por cátedras de Ciência Política, Economia, Filosofia, História Universal, História do Brasil e Sociologia. Os autores que estudaremos neste trabalho foram aqueles que, dentro do ISEB, mais recorreram à História como forma de dar insumo para compreender as mudanças as quais eles julgavam necessárias para o Brasil se desenvolver.

O esforço aqui realizado de estudar o ISEB não é o primeiro. De fato, o centro nacional-desenvolvimentista já é estudado pelo menos desde a publicação em 1977 de *ISEB: fábrica de ideologias*, de Caio Navarro de Toledo (1998). Christian Lynch fez na sua “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro” levantamento das teses publicadas dentro da subárea nos programas de pós-graduação em Ciência Política. Conclui-se a partir do estudo que autores isebianos como Álvaro Vieira Pinto e Alberto Guerreiro Ramos foram objetos de pesquisas avançadas nos últimos anos. Há também na lista de Lynch trabalhos que se dedicaram diretamente ao ISEB ou que, ao se debruçar sobre temas como nacionalismo e comunismo no Brasil, acabaram por absorver o instituto nos seus recortes. Contudo, ainda não parece que a bibliografia existente atentou suficientemente para a importância da História na elaboração teórica daqueles intelectuais.

Este trabalho pretende preencher esta lacuna com um estudo sobre o ISEB que evidencie a relação entre a interpretação da História do Brasil e a formulação de projetos políticos para o país a partir da obra de três de seus principais nomes. Para tal, optaremos por analisar as obras publicadas pelos autores enquanto atuaram no instituto. A ordem dos capítulos ambiciona demonstrar a progressiva radicalização da instituição. Por isso, o primeiro capítulo tratará da obra de Hélio Jaguaribe, importante fundador e formulador de ideias do instituto. No capítulo seguinte, o objeto será os textos de Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo que se reivindicava de esquerda, e que posteriormente assumiu o cargo de deputado pelo PTB. Diferente do primeiro autor, Guerreiro Ramos era defensor da participação do povo no processo de desenvolvimento nacional. Já o último capítulo analisará a produção iseabiana de Nelson Werneck Sodré, autor marxista que, na fase final do ISEB, vinculou as teses do

instituto à defesa das reformas de base de João Goulart. O fim intencionado era realizar uma revolução burguesa no país que permitisse a longo prazo o socialismo e o comunismo. As afinidades dos dois últimos os autores nos parecem suficientes para possibilitar que os seus capítulos sejam tematicamente organizados de forma muito parecida, sobretudo nas partes em que cada um trata da interpretação do Brasil e da história do pensamento social e político brasileiro.

O primeiro capítulo será organizado de forma diversa dos demais. Na leitura dos textos dos três autores em ordem cronológica, percebemos que Hélio Jaguaribe foi quem montou boa parte do aparato teórico da ideologia isebiana. Contudo, suas ideias foram reinterpretadas e até modificadas pelos dois outros autores, responsáveis por radicalizá-las. Em todos os três capítulos faremos o esforço de, além de analisar as ideias dos autores, também delinear brevemente algumas das suas influências teóricas mais diretas. No primeiro capítulo isso será feito a partir de Ortega y Gasset e Mannheim, no segundo, com Alberto Torres e Oliveira Viana e no terceiro com as ideias Marx, Lenin, o PCB e Virgínio Santa Rosa.

Para fins de recorte, privilegiaremos propriamente livros dos autores nos quais suas ideias pareciam melhor sistematizadas. Por vezes, recorreremos a livros e demais textos publicados antes ou depois da saída de um respectivo autor do instituto. No capítulo sobre Hélio Jaguaribe isso não será preciso, diferentemente dos outros dois. Livros posteriores à saída de Alberto Guerreiro Ramos do ISEB entrarão no escopo do trabalho para levantar quais os motivos o mesmo apresenta para ter se retirado do instituto. Com isso, pode-se também explorar um pouco da militância do autor enquanto deputado pelo PTB, embora esta questão não seja diretamente objeto deste trabalho. Tendo como fim discordar das hipóteses que percebem Nelson Werneck Sodré como mero reprodutor de ideias estrangeiras, buscar-se-á também demonstrar quais são os vínculos deste autor com o pensamento político brasileiro, do qual o mesmo faz parte. O recurso às obras anteriores à entrada do autor na instituição elucida melhor este ponto.

Dentre as influências teórico-metodológicas do trabalho estão a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner. Os dois autores são tratados como aproximáveis a partir da análise de Marcelo Jasmin (2005), que os vê como complementares, na medida em que juntos ajudam a pensar as dimensões diacrônicas e sincrônicas das ideias políticas. Este trabalho tem, acima de tudo, preocupação contextualista, ou seja, esforça-se em entender as ideias defendidas pelos autores em seu contexto de produção, notando que elas faziam sentido quando pensadas.

Reinhart Koselleck (2006) vê a relação entre espaço de experiências e horizonte de expectativas em ao menos duas frentes. A primeira seria a relação entre a experiência vivida e projeção do futuro. Nesta dimensão, o ISEB se encaixa em tais categorias. Afinal, as suas teses sobre as mudanças que o Brasil precisaria para se desenvolver – e como imaginavam este futuro se concretizando – estão diretamente ligadas à leitura que os mesmos têm sobre a realidade brasileira em seu presente. Tal como se demonstrará nos próximos capítulos, é percepção comum da instituição que o Brasil vinha seguindo mudanças estruturais radicais desde 1930 e que o nacional-desenvolvimentismo era a ideologia que representava tal movimento e buscava aperfeiçoá-lo.

Na outra frente, Koselleck (2006) explica que a modernidade se caracteriza pelo afastamento da experiência e da expectativa, tal como o Iluminismo. Nesta concepção, o futuro é visto como progresso, logo, imaginado como aperfeiçoamento e distanciamento em relação ao passado. O nacional-desenvolvimentismo do ISEB opera com essas categorias também desta forma, pois a imagem que projeta para o futuro a partir do seu presente não é só uma continuação do mesmo, mas a progressiva melhora de sua realidade pelos avanços técnicos e suas consequências no campo cultural e social. Os intelectuais isebianos davam valor para fenômenos considerados superestruturais para a política, portanto não enxergavam de forma determinista a economia como motor da História. No entanto, para eles, as condições materiais necessariamente implicavam aprimoramento neste campo e nos demais.

Ainda a partir de Koselleck (2006), é possível afirmar que o uso da História pelo ISEB está vinculado à Filosofia da História, onde tal conceito tem desenho linear e incorpora em si a noção de progresso, mesmo que não necessariamente teleológico. Embora não se furtem de exemplos históricos para ilustrar o presente, estes autores não pensam a História como mestra da vida, ou seja, não têm um conceito dela na qual a natureza humana é comum a todos os povos e temporalidades e a realidade é estática. Pelo contrário, o presente sempre é visto como diferente e se mostra como uma superação do passado para estes autores. A História é vista como processo, o passado é diferente do presente, que por sua vez se formou pela agência humana na modificação das estruturas. Os autores do ISEB recorrem à História para entender este processo e compreender em que fase se encontram. Então, seria possível propor a política que a correspondesse.

Ajuizar sobre o futuro em um conceito linear de História é se pensar como parte de um processo em curso, tal como estes autores fizeram. O conceito de História dota de sentido e orienta as análises dos autores, sendo para eles insumo da ciência e do fazer político. A transformação política que resulta desse horizonte de expectativas é variável dependente da

interpretação histórica que permite ver no presente um sentido para o futuro através da análise do passado.

Uma breve contextualização da conjuntura política e econômica do período ajuda também a entender o espaço de experiências e o horizonte de expectativas dos intelectuais do ISEB. Após revolução de 1930, o Brasil começou um processo mais latente de desenvolvimento a partir do Estado, com centralização política e econômica sob o executivo. Nos governos Café Filho e Juscelino Kubitschek a economia é aberta para o capital privado. Na República de 1946 formaram-se partidos políticos nacionais que tinham visões distintas dos rumos da economia e de sua gestão política. Dentre os partidos que se mantiveram na legalidade¹, a maior oposição acontecia entre a União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A primeira se definia como partido liberal e, portanto, era contra um Estado forte e a intervenção do mesmo na economia. O segundo era herdeiro da tradição de Vargas e defendia o simétrico oposto. Tal como chama atenção Sonia Mendonça (1988), o nível de internacionalização e financeirização da economia brasileira era muito baixo no período, o que tornava muitas das ideias defendidas pelo PTB e pelos outros nacionalistas – como os que compunham o ISEB – viáveis.

Quentin Skinner (1969) chama atenção para o aspecto da linguagem como performance. A partir desta perspectiva, fica compreensível que os intelectuais do ISEB, quando escreveram, buscaram agir na realidade para alterá-la. Eles se inseriam em um debate sobre desenvolvimento no Brasil que, segundo Ricardo Bielschowsky (2004), estava longe de ser consensual. Também eram desenvolvimentistas os intelectuais em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) e liberais como Roberto Campos. A partir de um certo ponto de vista e indicando uma direção, o ISEB disputa a polissemia do conceito de desenvolvimento colocada em sua época.

Benedict Anderson (2014) demonstra em *Sob três bandeiras* que o nacionalismo em países de origem colonial adquiriu feições diversas daquele dos países europeus. Segundo o autor, na medida em que buscavam romper com uma lógica estrangeira que lhes era imposta pelas suas metrópoles, o nacionalismo ganhou faceta emancipatória em ex-colônias, tendo caráter de ideologia progressista.

De acordo com Christian Lynch (2013), existem duas correntes que marcam a tradição do pensamento político brasileiro. A primeira seria a cosmopolita, hegemônica entre 1880 e 1930. De caráter universalista, esta corrente estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma

¹ Embora mantido na ilegalidade na maior parte da República de 1946, o PCB também é relevante para discussão sobre política e desenvolvimento no Brasil. Este aspecto será melhor visto no quarto capítulo deste trabalho.

filosofia da história geral segundo a qual o país estava atrasado em relação à Europa, embora todos tendessem para uma mesma direção. Segundo o mesmo autor, as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente. Nas palavras de Christian Lynch:

O advento de um paradigma cultural nacionalista entre as duas guerras mundiais desencadeou no subcontinente uma mudança importante no modo de conceber o lugar dos países periféricos no mundo e de aferir a qualidade da sua produção cultural. A crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade da cultura de cada nacionalidade. Essa crítica matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria; que não havia linearidade, mas pluralidade das linhas de evolução nacional. Por outro lado, a singularidade da trajetória de cada país se refletia na especificidade de sua cultura, que ganhava também, ao menos potencialmente, o selo de “originalidade. (LYNCH, 2013, p. 745)

Wanderley Guilherme dos Santos (1970), em artigo sobre a imaginação política brasileira, apresenta a dicotomia entre um Brasil agrário e um Brasil industrial que já existiria desde a Primeira República e se intensificou nos anos 1930. Segundo o autor, a revolução de 30 teria sido um “divisor de águas” (1970, p. 20) no pensamento político brasileiro. A partir de tal evento começaram a ganhar força pautas características do nacionalismo, como o dualismo entre os dois Brasis, a busca de singularidades do país e a crítica a tentativas de transplantação mecânica de ideias estrangeiras. Isso se demonstraria pela publicação de livros preocupados com a formação nacional e com a compreensão das particularidades brasileiras. Alguns exemplos seriam *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre, *Aventura política do Brasil* de Azevedo Amaral, *Brasil errado* de Martins de Almeida, entre tantos outros. Wanderley Guilherme dos Santos (1970) entende que nos anos 1950 essas pautas vão se intensificar ainda mais com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Christian Lynch (2013) segue na mesma direção e coloca o ISEB entre o nacionalismo conservador do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e o cosmopolitismo cientificista da Universidade de São Paulo (USP).

Na “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro”, Christian Lynch (2016) explica o que compõe o estilo periférico de redação, característico das produções nacionais. Para ele, o fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática

específica. As elites brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro. Afirma Lynch:

Em decorrência disso, o eixo temático do PPB gira basicamente em torno do diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade Centrica. (LYNCH, 2016, p. 83)

O fato de não se virem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época na qual teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento”. (LYNCH, 2016, p. 85)

O estilo periférico também se caracterizaria pelo que o autor nomeia de “pedagogismo” (LYNCH, 2016, p. 86). Isso significa que estes autores acreditariam ser imprescindível educar as elites e as massas na cultura necessária para a vida social e para a transformação política almejadas. Consequentemente, é comum aos textos do pensamento político brasileiro a intenção de influenciar o processo político:

No fundo, todas ou quase todas as obras canônicas do PPB pretenderam influenciar o processo político. Refletiram o dilema insolúvel da ciência política: ser entendida como uma disciplina aplicada, voltada para a resolução de determinados fins práticos, ou uma disciplina pura, que descrevesse o fenômeno político independentemente de comprometimento com valores (Gunnell, 1993, p. 5). O que as distingue a esse respeito, portanto, é uma questão de grau: algumas se acharam mais voltadas para a intervenção do que outras, que se detiveram mais na descrição da realidade. Por esse motivo, apenas em sentido aproximado será possível aqui classificar as principais obras do PPB como mais normativas ou pragmáticas do que desinteressadas ou científicas. (LYNCH, 2016, p. 87)

Na história do pensamento político brasileiro, o ISEB estaria no influxo do movimento iniciado de década de 1920. Neste período, a questão nacional seria retomada como forma de fortalecer o país contra ameaças externas. Alberto Torres e Oliveira Viana são postos por Christian Lynch (2016) como os maiores representantes desta fase. Já Celso Furtado seria

responsável por inserir a CEPAL na discussão depois da Segunda Guerra Mundial. Sobre este ponto, afirma Christian Lynch:

Em nenhum grupo de intelectuais aquela concepção se expressou de forma tão característica quanto naquele que se reuniu inicialmente em torno do ideal nacional-desenvolvimentista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Os mais notáveis foram Hélio Jaguaribe, responsável por Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político (1962), e Guerreiro Ramos, autor de *A crise do poder no Brasil* (1961) e *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963). Ambos deram seguimento à ciência política pragmática perseguida na primeira metade do século por Alberto Torres e Oliveira Vianna. Outro não era o propósito do conceito de ideologia por eles mobilizado, destinado a fornecer às classes progressistas uma “fundamentação teórica” do processo de industrialização em curso que também lhe servisse de justificativa pública (Jaguaribe, 1955, p. 22). Ela funcionaria como uma “teoria da sociedade brasileira que sirva de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes hoje em nosso país” (Ramos, 1995, p. 60). A onda marxista do começo da década de 1960 atingiria jovens militantes nacionalistas do Iseb como Wanderley Guilherme dos Santos, autor de *Quem dará o golpe no Brasil* (1962) e *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil* (1963). (LYNCH, 2016, p. 92)

Os autores escolhidos para análise neste trabalho seguem a orientação indicada por Christian Lynch. A “onda marxista” indicada pelo autor estará contemplada no capítulo de Nelson Werneck Sodré. De fato, Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos foram intelectuais de realce do ISEB, no entanto os dois saíram do mesmo respectivamente em 1959 e 1958. Nos últimos anos de vida da instituição, Nelson Werneck Sodré se destacou como intelectual que fundiu o nacionalismo de seus antecessores com o marxismo. Além disso, a sua estadia até o final do ISEB, o permitiu pautar dentro do órgão a defesa de novas questões da conjuntura dos anos 1960, como as reformas de base de João Goulart.

Nas próximas páginas, o leitor irá se deparar com três estudos sobre três intelectuais do ISEB, que reivindicam um nacionalismo emancipatório. A partir do contexto em que estão inseridos e da projeção de futuro que carregam, eles recorrem às análises da História do Brasil para romper com a dominação que lhes seria imposta e desenvolver o país na direção avaliada como a mais adequada. Buscamos organizar este trabalho de modo que um eventual leitor possa ler cada capítulo separadamente e entender o que está sendo dito, ao mesmo tempo, pretendeu-se também manter certa organicidade, de modo que os três estudos que compõem este trabalho possam ser vistos como parte de um todo.

1. O NACIONAL E O INTERNACIONAL NO HISTORICISMO DE HÉLIO JAGUARIBE

1.1 Introdução

Este capítulo pretende analisar o conceito de história tal como entendido por Hélio Jaguaribe durante sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o seu uso para a ação política na mesma época. Para tal, o estudo partirá das três obras escritas pelo autor enquanto foi chefe da cadeira de Ciência Política do ISEB. São eles: *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) *Condições institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a) e *O nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b). Durante esta fase de sua produção intelectual, o conceito de História faz-se presente como insumo necessário para a compressão da realidade e para a proposição de caminhos a serem seguidos pelo Brasil para se tornar um país desenvolvido. Dentro de tal perspectiva, o autor pensa historicamente a nação tanto na perspectiva doméstica e de sua formação endógena quanto na sua inserção no cenário internacional, a fim de indicar os rumos adequados para a nova fase histórica que estaria se abrindo.

Para realizar tal esforço, examinar-se-á o conceito de História propriamente dito na obra do autor e suas influências teóricas. A seguir, será analisado como o autor se apropria de tal conceito para apresentar prognósticos e diagnósticos para o Brasil. Primeiramente, será feita análise das questões endógenas e, em seguida, das questões exógenas, que envolvem a inserção do país no sistema internacional. Por fim, discutir-se-á brevemente a questão do capital externo no país e a questão do petróleo para evidenciar o motivo da saída do autor do instituto que fundou.

Hélio Jaguaribe nasceu em 1923 e se formou em Direito pela PUC-Rio. Sua família era dona da Cia de Ferro e aço de Vitória. Ele foi chefe da cadeira de Ciência Política do ISEB até 1959, quando se retirou do Instituto. Suas obras, publicadas enquanto atuou na instituição, são anteriores às de seus colegas Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. Torna-se possível, então, levantar a hipótese de que Jaguaribe montou um aparato teórico de insumo histórico para entender e propor mudanças para o Brasil e este foi adotado pelos outros dois autores.

1.2 O conceito de História de Hélio Jaguaribe

As principais referências teóricas de Hélio Jaguaribe para a formulação do seu conceito de História² – e conseqüentemente para a sua teoria sobre o Brasil – são o filósofo espanhol Ortega y Gasset e o sociólogo de origem húngara Karl Mannheim. Dado que será preciso, no decorrer do trabalho, recorrer continuamente à recepção que Hélio Jaguaribe faz destes autores, nas próximas páginas, será feita uma exposição mais detida sobre as principais ideias e conceitos de cada um deles, que aqui assumimos como fundamentais para o historicismo do autor analisado.

1.2.1 A história como sistema de Ortega y Gasset

No texto *História como sistema* (ORTEGA Y GASSET, sd), Ortega y Gasset defende que o homem passe a utilizar a razão histórica como forma de se orientar no mundo e dar sentido a si próprio. Para tal, primeiro o autor sustenta que a vida não é dada ao homem pronta, cabendo-lhe fazê-la de acordo com as escolhas possíveis nas circunstâncias. Isso só seria viável através de uma estrutura de crenças que mediasse sua inserção no mundo e tornasse possível sua ação. Para o filósofo, as crenças seriam o estrato básico da vida, responsáveis por definir os homens enquanto tais:

Las creencias constituyen el estrato básico, el más profundo de la arquitectura de nuestra vida. Vivimos de ellas y, por lo mismo, no solemos pensar en ellas. Pensamos en lo que nos es más o menos cuestión, Por eso decimos que tenemos estas o las otras ideas; pero nuestras creencias, más que tenerlas, las somos. (ORTEGA Y GASSET, s.d., p. 3)

As crenças seriam mais efetivas na medida em que se tornassem coletivas, uma vez que interfeririam nos indivíduos independentemente da fé pessoal que eles tenham nelas. Para Gasset, quando algo passa a ser de opinião coletiva e social se torna uma realidade.

O autor compreende que o racionalismo ocidental foi uma crença coletiva desenvolvida na Europa entre os séculos XVI e XVII, que deu poder ao homem, já que o colocou no centro de suas decisões. Assim, Ortega y Gasset explica que o conjunto de crenças que caracteriza o racionalismo ocidental foi adequada para aquela época, tendo resolvido a crise de fé pela qual a humanidade daquele tempo e lugar passara. Contudo, no século XX, a

² Não se pretende com a exposição das ideias dos autores fazer-se entender que Hélio Jaguaribe os copia ou mesmo que o autor não é criador de suas ideias. Pelo contrário, como todo intelectual, Jaguaribe tem suas influências teóricas, as quais se mapeadas permitem entender melhor suas ideias. Do mesmo modo que Karl Mannheim partiu de ideias de Jean Jacques Rousseau, Karl Marx e Max Weber para formular seu projeto intelectual, Hélio Jaguaribe parte desse autor e formula o seu.

ciência teria perdido a capacidade de ser crença coletiva, porque foi concebida essencialmente pelo paradigma lógico-matemático e biológico. A ciência já não teria o que dizer sobre o homem em si.

À proporção em que a razão baseada nas ciências naturais não seria mais capaz de posições claras sobre os problemas humanos, ela deveria ser substituída por uma outra ciência, de fundamento histórico.

La razón física no puede decirnos nada claro sobre el hombre. ¡Muy bien! Pues esto quiere decir simplemente que debemos desasirnos con todo radicalismo de tratar al modo físico y naturalista lo humano. En vez de ello tomémoslo en su espontaneidad, según lo vemos y nos sale al paso. O, dicho de otro modo: el fracaso de la razón física deja la vía libre para la razón vital e histórica. (ORTEGA Y GASSET, s.d., p. 6)

A ciência de origem lógico-matemática não poderia explicar a natureza humana, porque o homem seria essencialmente plástico, variando de acordo com as circunstâncias e com o seu conjunto de crenças.

Tendo por base o mesmo pressuposto, Ortega y Gasset critica o idealismo alemão por partir de conceitos e ideias estáticas. Para o autor, o homem é acima de tudo um acontecimento, com existência sempre dinâmica:

El hombre no es su cuerpo, que es una cosa; ni es su alma, psique, consciencia o espíritu, que es también una cosa. El hombre no es cosa ninguna, sino un drama – su vida, un puro y universal acontecimiento que acontece a cada cual y en que cada cual no es, a su vez, sino acontecimiento. (ORTA Y GASSET, s.d., p. 11)

Diferente dos objetos das ciências naturais, o existir do homem não lhe é dado feito, mas construído a partir de suas interpretações do concreto. Portanto, o homem define não só o que é, mas o que vai ser, a partir das possibilidades que a cada momento se apresentam. Ele seria novelista de si mesmo (ORTAGA Y GASSET, s.d., p. 12), um Deus de ocasião que é capaz de alterar a si mesmo, na medida em que as circunstâncias o permitam (ORTEGA Y GASSET, s.d., p. 13).

Dado o peso colocado para as circunstâncias, o autor traduz a dialética entre agência e estrutura de um modo que existe equilíbrio entre os dois lados no fazer da História. Em outras palavras, o que o homem já foi impacta negativamente nas possibilidades do que ele pode vir a ser. A vida é experiência de vida; o homem é resultado de um produto histórico e sua

agência se opera dentro do que a história lhe transmite. Deste modo, é o passado que forma o presente:

Pero la experiencia de la vida no se compone sólo de las experiencias que yo personalmente he hecho, de mi pasado. Va integrada también por el pasado de los antepasados que la sociedad en que vivo me transmite. La sociedad consiste primariamente en un repertorio de usos intelectuales, morales, políticos, técnicos, de juego y placer. (GASSET, s.d., p. 14)

Ortega y Gasset entende que o homem não tem natureza, mas história (ORTEGA Y GASSET, s.d., p. 16). Assim sendo, os homens transmitem durante a história modos de ser homens para outros. Por isso, é preciso substituir a razão lógico-matemática por uma razão histórica, que pensa a história como sistema de experiências humanas que formam uma cadeira inexorável e única (ORTEGA Y GASSET, p. 17). A história é então ciência para o presente, capaz de devolver sentido para o homem e explicar seu lugar no mundo.

1.2.2 A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim

Além de Ortega y Gasset, outra influência presente no historicismo de Hélio Jaguaribe é Karl Mannheim. Deste autor, Jaguaribe partirá da Sociologia do conhecimento para elaborar sua teoria da ideologia. Compreendendo que o fenômeno da política precisa ser entendido a partir das ideias que os atores mobilizam em determinada realidade com a intenção de alterá-la. Jaguaribe também compartilhará com Mannheim o conceito de ideologia como aquilo que busca dar sentido para uma experiência que se apresenta em um determinado momento histórico.

No primeiro capítulo³ de *Ideologia e Utopia* (MANNHEIM, 1987), o autor define que o objetivo do livro é “[...] entender como os homens realmente pensam” (MANNHEIM, 1987, p. 29) e como eles orientam esse pensamento na vida política como instrumentos de ação coletiva. A partir desta formulação, o autor segue com os preceitos metodológicos e epistemológicos de sua sociologia do conhecimento. Trata-se de uma sociologia política de tipo compreensivo, que entende a história como mediação necessária para o estudo das ideias políticas.

³ Segundo indica o prefácio da edição, o primeiro capítulo foi acrescentado pelo próprio autor para a edição inglesa.

A segunda parte possui o mesmo título que o livro⁴. Nela, Mannheim se preocupará em definir os diferentes significados que o conceito de Ideologia carrega. Ele explica que haveria uma definição particular e total do termo. A primeira seria um conceito particular ligado a uma análise de ideias em nível psicológico (voltada para o sujeito), a segunda refere-se à ideologia de tipo total, relacionada a uma época ou grupo social. A concepção total de ideologia estaria preocupada em compreender a visão de mundo de um grupo a partir da reconstrução de sua base teórica e de seu sistema de ideias à luz de condicionantes históricos. Para Mannheim, o conceito total de Ideologia não é o isolamento metodológico nem do indivíduo e nem do grupo – entendido como ente abstrato. Tal concepção de Ideologia seria capaz de reconstituir o modo de ver de uma camada social de maneira diferente do conceito particular de Ideologia. No conceito total compreende-se que o pensamento individual não depende de interesses particulares.

A seguir, Mannheim analisa o itinerário histórico das duas definições do conceito para, a partir do recurso à história, extrair o seu conceito de ideologia. Segundo explica o autor, o conceito particular tem sua origem na descrença e na suspeita dos humanos uns para com os outros. Ele surgiu quando não se compreendeu mais o discurso antagônico como mentiroso, passando então a ser encarado como dependente do lugar social em que se encontrava o respectivo indivíduo que o portava. O autor levanta a hipótese de ser muito provável que tal conceito tenha surgido face à participação dos indivíduos na política. Nas palavras de Mannheim “É extremamente provável que tenha sido o trato cotidiano com assuntos políticos que, pela primeira vez, deu consciência e senso crítico ao homem face ao elemento ideológico de seu pensamento. ” (MANNHEIM, 1987, p. 89). É possível dizer que para Mannheim o conceito de Ideologia não é constituído apenas de um conjunto de ideias, mas depende da política, na medida em que só existe em função dela.

Já o conceito total de ideologia tem história diferente, sua gênese não é ligada a descrença, mas à filosofia da consciência⁵. O entendimento que dela parte é de que o mundo só existe enquanto tal a partir da atividade mental do sujeito, essa seria então a primeira forma do conceito total de ideologia. Em uma segunda etapa de desenvolvimento desta noção, Hegel teria sido responsável por lhe dar uma carga supratemporal na qual o *volk* seria portador da

⁴ Embora o nome desta parte do livro seja “Ideologia e Utopia”, o autor se concentrará na análise e definição da Ideologia. Na parte IV da obra o autor se ocupa da definição da Utopia. Simplificadamente, a diferença entre os dois conceitos seria de que enquanto a ideologia é adequada a um determinado período histórico-social, a Utopia busca transcende-lo, oferecendo uma via revolucionária de transformação. Na próxima parte deste trabalho isso será melhor tratado.

⁵ Karl Mannheim não deixa de fazer a ressalva de que “[...] a natureza historicamente cambiante da mente foi descoberta não tanto pela Filosofia, mas pela penetração da intuição política na vida cotidiana da época” (MANNHEIM, 1987, p. 93).

consciência histórica A última etapa, considerada mais importante para o autor, é quando o *volk* é substituído pela classe e disso resulta a compreensão de que a estrutura social e as ideias que a ela correspondem variam de acordo com as relações entre as divisões sociais. No decorrer do processo histórico, tal concepção teria uma trajetória dupla: de um lado o conceito de consciência forneceria regularidade em um processo de síntese e integração da história, de outro existiria a tentativa de flexibilizar o conceito total, uma vez que ela teria recorrido em esquema demasiadamente rígido. A síntese gerada por isso é um conceito de Ideologia que abandona uma ideia imutável de consciência e compreende sua sujeição a variantes históricas, nacionais e de classe.

Napoleão é colocado como responsável pela formulação do conceito moderno de Ideologia ao categorizar um grupo de filósofos que eram contrários às suas ambições de ideólogos. Posteriormente, o marxismo teria se apropriado desta concepção como espécie de arma contra a classe dominante. Nesta concepção, a ideologia particular e total se fundem, uma vez que o adversário que defenda uma determinada visão social e política é acusado de ideológico não mais somente no nível psicológico (tal qual o conceito particular), mas também no nível noológico. Passou-se a entender então que a postura a favor de certa posição é determinada pela situação geral que prevalece naquela sociedade. Segundo Mannheim, estaria implícito nisto uma concepção de falsa consciência agregada ao conceito total de ideologia. Ela consistiria em uma versão secularizada da visão de antigos profetas religiosos. Nela, qualquer contestação ao seu sistema de ideias era classificada como fruto de distorção ou mentira gerada por seres incapazes de enxergar a “verdade”. Embora na versão secularizada o critério de falsidade incorpore o discurso religioso como ideológico, em ambos os casos o critério político de realidade (MANNHEIM, 1987, p. 99) se mantém, o pensamento do adversário é posto como irrealista.

A intenção do autor ao analisar o desenvolvimento histórico do conceito de Ideologia é ontológica e epistemológica. No primeiro plano porque Mannheim acredita que a história tem a função de mostrar a natureza essencial do homem (MANNHEIM, 1987, p. 118), no segundo porque, a partir disto, ele busca formular a sua definição do termo, que leva em conta o conteúdo que o preenche a partir das experiências históricas acumuladas⁶. Nas palavras do autor:

⁶ Em outro momento do texto, o autor deixa claro que sua preocupação é sociológica e fundamentalmente com o presente: “Ao analisar diferentes tipos de ideologia, não pretendíamos simplesmente alinhar casos diferentes de significação do termo, mas objetivávamos pelo contrário apresentar, na sequência de seus significados cambiantes, um corte transversal da situação intelectual e social total de nossos dias”. (MANNHEIM, 1987, p. 119)

O estudo da história intelectual pode e deve ser realizado de tal forma que verá, na sequência e na coexistência de fenômenos, mais do que meras relações acidentais, e buscará descobrir, na totalidade do complexo histórico, o papel, a importância e o significado de cada elemento componente. (Ibidem, p. 119)

O projeto epistemológico de Mannheim propõe a transição de uma teoria da Ideologia para a Sociologia do conhecimento, capaz de levar em conta o condicionamento histórico e social não só do adversário, mas o seu próprio. Neste método de pesquisa da história intelectual e social, (MANNHEIM, 1987, p. 104) entende-se o conceito de ideologia entre uma noção não valorativa e valorativa. De um lado, porque se busca entender a ideologia a partir de seu contexto, evitando pressuposições, de outro porque se entende que uma visão positivista não é possível, já que o próprio observador também está circunscrito a uma realidade histórica e social. Daí a necessidade de submeter o estudo das ideologias históricas a uma visão não absoluta.

Mannheim batiza a sua perspectiva de relacionista. Nela, o conhecimento histórico só pode ser apreendido a partir de um observador que está ele mesmo inserido em um meio social. (MANNHEIM, 1987, p. 112). O sociólogo preocupa-se em separar seu método do relativismo. Embora a sua abordagem leve em conta os condicionantes históricos e sociais da ideologia, ela não considera que o conhecimento surgido de experiências efetivas deixa por isso de ser conhecimento.

Em tal perspectiva relacionista, os diferentes elementos de uma situação mantêm relação uns com os outros e derivam seu significado desta. Logo, as ideologias devem ser apreendidas em uma visão dinâmica (Idem, p. 11) e não estática, na qual as ideias e as visões de mundo modificam-se constantemente, assim como a função que ocupam em determinada realidade social. Por isso, os conceitos de utopia e de ideologia fornecidos pela Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim precisariam ser pensados a partir de uma realidade histórica concreta e determinada socialmente. Esta realidade, por sua vez, deve ser entendida como em constante processo de mudança. A relação entre utopia e realidade é dialética e as utopias de determinada época representam as necessidades não realizadas naquele momento histórico. A abordagem histórica não deve buscar então categorias meramente descritivas que sirvam para eventos singulares, devendo-se ao contrário, adotar um conceito de história que pense certas regularidades à luz de conceitos abstratos, baseados na realidade empírica, a fim de revelar estruturas.

1.2.3 A teoria da História de Hélio Jaguaribe

Hélio Jaguaribe partiu de pressupostos delineados por Ortega y Gasset e por Karl Mannheim para montar seu conceito de História. O autor enxerga a História como processo dinâmico no qual os homens estão inseridos. Através da compreensão do seu papel dentro dela, eles seriam capazes não só de entender, mas também de modificar sua realidade. Assim, a história é, para Hélio Jaguaribe, pressuposto para a ciência política.

O autor abre *Condições Institucionais do desenvolvimento*⁷ (JAGUARIBE, 1958a) afirmando que a história, os estudos de cultura e a sociologia do conhecimento sofisticaram a ciência política, a tornando mais objetiva. Jaguaribe menciona que colaborou particularmente para este esforço “[...] a contribuição da sociologia do conhecimento com a criação da teoria da ideologia.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 12).

Influenciado por Mannheim, o autor sustenta que esta teoria da ideologia permitiria analisar de maneira não apaixonada projetos de organização de uma comunidade, estando estes de acordo com os interesses dos grupos e classes que a compõem:

[...] em função de critérios que não postulam nem a sua bondade nem a sua maldade, nem o seu acerto, nem o seu desacerto, mas apenas a situam sociológica, histórica e politicamente, em termo de maior ou menor representatividade nas relações que a ideologia apresente com a classe ou grupo social de que é a expressão e em termos de maior ou menor representatividade nas relações que a ideologia apresente com a classe ou grupo social de que é a expressão, e em termos de maior ou menor autenticidade nas relações com o processo faseológico da comunidade a que se dirige. (JAGUARIBE, 1958a, p. 12)

Jaguaribe parte a seguir para a definição de um jogo de escalas da História e da cultura, na qual o recorte mais amplo seria a época, seguida da fase e depois da estrutura-tipo. Partindo de um conceito de cultura análogo ao conceito de crença de Ortega y Gasset⁸, o autor entende que a época se define a partir do sistema de crenças integradas, dominantes nos países cênicos. Já a fase é a etapa que determinada comunidade política se encontra no processo histórico geral de sua época, quando comparada às demais. Por último, a estrutura-tipo diria respeito às correlações internas de uma comunidade em seus planos estruturais político, econômico, cultural e social, e seria sempre singular.

Para exemplificar estes conceitos presente no pensamento histórico de Jaguaribe, pode-se mobilizar a relação do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte no período

⁷ Originalmente o livro foi conferência dada em junho de 1957 no Clube de Engenharia

⁸ Para Jaguaribe culturas são: “...sistema de crenças que realiza suas potencialidades implícitas”. (JAGUARIBE, 1958b)

que o autor escreve. O Brasil estaria na mesma época que os Estados Unidos da América do Norte, uma vez que ambos convivem no Ocidente, com crenças que fazem parte deste conjunto. Todavia, os dois países não estariam na mesma fase e nem possuiriam a mesma estrutura-tipo. Dado que a fase seria a etapa na qual uma comunidade se encontraria no processo histórico de sua época, o Brasil estaria em uma menos desenvolvida que os EUA. Já a estrutura-tipo seria ontologicamente diferente, uma vez que o processo histórico interno dos dois países não é o mesmo, assim como sua geografia e sua economia. Mas, Jaguaribe dá a entender, em uma passagem, que a variável explicativa seria a economia, de que a política variável dependente: “[...] dada uma estrutura econômica, tende a organizar-se determinada estrutura política, a constituir-se certa relação entre as classes sociais, a impor-se determinado estilo cultural. Tudo isso compõe a figura da estrutura-tipo.” (p. 13)

A fase em que se encontra determinada comunidade é correlata a sua estrutura-tipo. Em *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*⁹ (JAGUARIBE, 1958c), quando esclarece como se dá a relação entre a fase e a estrutura-tipo, o autor deixa entrever que seu conceito de História se encaixa no que Koselleck caracteriza como conceito moderno de História (KOSELLECK, 2006), para o qual o processo histórico é visto como linha evolutiva que caminha para determinado telos. No caso de Jaguaribe, esse telos seria atingir a fase de desenvolvimento na qual estariam os países cêntricos. No mesmo livro, ele advoga que seus pressupostos teóricos partem de uma “[...] concepção faseológica do processo histórico social.” (JAGUARIBE, 1958c, p. 13) na qual a História é composta de etapas que, uma vez percorridas, modificam a estrutura-tipo.

A partir do momento em que se determina a estrutura-tipo de uma comunidade, em relação ao processo histórico global de que ela faz parte, se encontrava num estágio evolutivo inferior ao de outras comunidades que determinam o processo de vanguarda deste história global, temos os elementos para prever as tendências para as quais caminha essa comunidade, que são as de atingir gradualmente as etapas já percorridas pelas comunidades mais desenvolvidas dentro do mesmo sistema cultural, o que abre a possibilidade a que me referi há pouco, de um mínimo de determinação objetiva quanto às conveniências e quanto as tendências e propensões.” (JAGUARIBE, 1958c, p. 15)

Partir deste aparato teórico-metodológico permitiria “[...] a predeterminação do curso histórico provável de uma comunidade[...].” (JAGUARIBE, 1958c, p. 11). Ao mesmo tempo em que, tal como sugere Ortega y Gasset, compreendidas as circunstâncias em que a comunidade estaria inserida, sua agência histórica estaria nas escolhas feitas para modificar a

⁹ Originalmente a obra foi uma conferência dada em 11 de maio de 1956 no Fórum Roberto Simonsen.

estrutura em “[...] virtude dos quais pode-se considerar uma determinada escolha política mais indicada do que outra”. Jaguaribe compreende que a História transforma ao mesmo tempo o homem e a sociedade. O primeiro é visto como ente que não é imutável, constituído como tal através de suas relações com o mundo e com outros homens. A mediação do processo se daria pela cultura, que também se transforma no tempo. O intelectual concebe a história de modo dialético e busca instrumentos de superação de determinada fase do processo histórico a partir da defesa de contradições que, uma vez se afirmando, são antíteses que possibilitarão a síntese.

Todo processo histórico é contraditório, na medida em que é dialético. Em outras palavras, todo processo histórico consiste na transformação de estruturas, em virtude e por meio de modificações que conduzem a impasse as estruturas anteriores e forçam a criação de formas novas de organização e de trabalho. (JAGUARIBE, 1958b, p. 47)

Para Jaguaribe o nacionalismo cumpriria o papel de crença coletiva, ideologia para a ação e antítese dialética dos problemas brasileiros a fim de superá-los e promover o desenvolvimento.

1.3 A ideologia nacionalista como forma de superação: a análise das questões endógenas

Uma vez explicitado o aparato teórico historicista de Hélio Jaguaribe, cumpre verificar como ele o operacionaliza para examinar o Brasil e propor formas de superar sua condição periférica. Esta parte do capítulo irá analisar as formulações do autor sobre as questões endógenas do país e como ele pretende superar os seus problemas. Em *O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b), o autor se dedica diretamente à análise da questão nacional no Brasil a partir de um aparato teórico-metodológico historicista.

A obra consiste em uma organização dialética das ideias. Hélio Jaguaribe perpassa o livro inteiro apresentando teses, suas antíteses e no final de cada parte uma superação de ambas, a título de buscar a adequação das ideias às necessidades do momento histórico. Assim, na narrativa que o autor constrói, o Brasil se dividiria politicamente entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas), admitindo que as duas definições seriam vagas e englobariam muitas diferenças. Nacionalismo poderia ser desde a extrema direita fascistas à extrema esquerda comunista. Ele se definiria pela negação de certas políticas, como a inserção do capital estrangeiro na exploração de recursos naturais e pela afirmação de outras, como monopólio do Estado na exploração destes. O entreguismo é definido como a opinião oposta disso. Jaguaribe entende que o nacionalismo teria surgido antes de sua formulação teórica,

como resposta aos problemas estruturais do Brasil. Porém, se ele não fornecesse a si mesmo formulação racional iria desaparecer com o tempo. Seria preciso dar a tal corrente formulação sistemática, que tornasse seus defensores cientes do papel histórico que precisariam cumprir. *O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) foi uma tentativa de cumprir esta missão.

Enquanto fenômeno histórico-social, o nacionalismo surgiria do choque de condições objetivas com condições subjetivas. As primeiras seriam de ordem histórica (estabelecimento de uma Cultura ocidental a partir do Renascimento), sociais (como forma de organização de uma comunidade) e geográficas (fixação territorial). Já as condições subjetivas são de ordem cultural: cosmovisão, linguagem, arte, instituições e tecnologia. A Nação se constituiria como tal quando, dadas algumas condições objetivas, o fator subjetivo agregaria a formulação de um projeto de integração nacional. Sem ele uma nação no sentido histórico não se torna uma nação no sentido político. O nacionalismo seria aspiração fundadora e preservadora da nacionalidade que, dada as condições objetivas para tal, se constitui como projeto nacional. No sentido que Ortega y Gasset (s.d.) dá ao termo, a Nação e o nacionalismo surgiriam no pensamento de Hélio Jaguaribe como crenças coletivas.

Segundo o autor, haveria duas formas de Nacionalismo. O primeiro seria integrador, próprio da fase em que o Brasil se encontraria. O segundo seria o imperialista, fenômeno de países cêntricos, cujo o desenvolvimento econômico e cultural extravasou o território da nação. Tal como teria ocorrido na Europa desde a Idade Moderna até o Século XIX, o fim do nacionalismo seria realizar um modelo de humanidade via integração político jurídica. O fim almejado com isto seria assegurar os interesses econômicos e de defesa de comunidades portadoras de condições objetivas de solidariedade. Nas palavras do autor:

Basicamente, portanto, o projeto nacionalista é algo que, fundado na necessidade de assegurar, mediante um adequado ordenamento político-jurídico, as comuns necessidades econômicas e de defesa, unifica, em dado território comunidades vinculadas pelos mesmos laços histórico-culturais. (JAGUARIBE, 1958b, p. 29)

A configuração nacional brasileira só teria sido possível a partir de 1930 Os movimentos políticos da independência e da república são vistos por Hélio Jaguaribe como meras alterações superestruturais. As transformações econômico-sociais que, desde a abolição teriam começado a criar um mercado interno e a consequente industrialização do país mereceriam maior destaque. Nos anos seguintes, acontecimentos externos como as guerras mundiais e a crise de 1929 teriam forçado o Brasil a voltar-se para si.

Jaguaribe junta o desenvolvimento da economia com as lutas ideológicas internas. Então, apresenta que a divergência entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas) teria a ver com a manutenção do antigo regime produtivo do Brasil. Estes últimos favoreceriam ideias cosmopolitas e defenderiam as políticas econômicas liberais presentes no Império e na República. Como antítese desta posição, os primeiros prefeririam um dirigismo que favorecesse a industrialização, com políticas protecionistas e de transferência de renda, buscando a soberania nacional. Embora não disfarce sua preferência pelo nacionalismo, o autor queria, acima de tudo, superar as duas correntes. Quando estudou a história da gestão econômica do Brasil, ele reconheceu excesso dos dois lados. A busca de Hélio Jaguaribe pela síntese das ideologias autóctones, o fez concluir que o problema estaria no fato de que o cosmopolitismo subestimaria a capacidade nacional de investimentos e o nacionalismo pecaria pelo oposto. A síntese estaria no equilíbrio.

A Composição social dos dois grupos também seria distinta. O nacionalismo seria integrado pela burguesia industrial, pelo proletariado e pela *intelligentsia* classe média. O primeiro é visto por Hélio Jaguaribe como o setor “[...] mais dinâmico[...]” (JAGUARIBE, 1958b, p 35), capaz de encaminhar a industrialização. Com ela, o segundo, se beneficiaria da ampliação de seu consumo, enquanto o terceiro ocuparia cargos técnicos e administrativos que surgiriam. Já o cosmopolitismo seria composto pela burguesia latifundiária e mercantil, setor que foi dominante enquanto perduraram as condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Império e da República Velha, e pela parcela da classe média que compunha o setor terciário parasitário, patrocinado pela Estado Cartorial via empregos públicos de baixa funcionalidade.

Tal estrutura de Estado seria responsável por “[...] ser o instrumento de manutenção de uma estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos.” (JAGUARIBE, 195b, p. 41). Logo, esse modelo de Estado seria inadequado para as exigências do desenvolvimento. A união entre burguesia e a classe média para perpetuarem seus privilégios via Estado Cartorial levaria ao aumento do déficit do orçamento público, o que seria incompatível com o desenvolvimento. A burguesia conservaria processos produtivos obsoletos que manteriam baixa a produtividade, bem como sistemas comerciais e financeiros especulativos, que agravariam a inflação. A contradição fundamental do nacionalismo seria a de ambicionar promover o desenvolvimento sem combater a política de clientela e o Estado Cartorial. A forma racional e integrada de soberania seria incompatível com esse modelo de Estado. Os serviços públicos deveriam ser

organizados para atender as exigências públicas de forma eficiente, não para promover empregos e favores.

O autor não nega a existência de conflitos sociais no Brasil. Contudo, estes não se dariam entre as classes, mas entre setores internos dinâmicos e estáticos das mesmas. Não haveria, portanto, luta de classes, mas de estrutura faseológica. Nesta modalidade de conflito, a tensão se daria entre aqueles acomodados no seu momento histórico e os obsoletos. Porém, Jaguaribe não se priva de otimismo, para ele, a maior conquista da época seria o fato de que o homem estaria adquirindo consciência do seu lugar no processo histórico. Dado este acontecimento, a ideologia nacionalista já teria condições para emergir como instrumento de superação do atraso brasileiro:

Somente a partir da compreensão faseológica dos fenômenos sociais e das investigações da sociologia do conhecimento sobre o sentido das ideologias é que foi possível, no entanto, converter em projeto socialmente deliberado o processo do desenvolvimento econômico-social. (JAGUARIBE, 1958b, p 51)

O nacionalismo seria um movimento que pretenderia racionalizar e acelerar o desenvolvimento do país, por sua vez, sua promoção deveria ser objetivo ideológico de todas as classes sociais no Brasil, salvo as parcelas vinculadas às estruturas semicoloniais. O que Hélio Jaguaribe defende não é um nacionalismo em si mesmo, mas um nacionalismo pragmático, que deveria cumprir o papel de ideologia e estabelecer-se como crença coletiva: “O nacionalismo, como se viu, não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 52).

Compreende-se o nacionalismo como uma ideologia destinada a cumprir uma missão na fase histórica em que se encontrava o Brasil. Na medida em que o desenvolvimento econômico-social tivesse lugar, ele tenderia a desaparecer, A afirmação da Nação serviria como antítese da imposição da condição periférica e subdesenvolvida para o Brasil. Longe de uma noção essencialista ou estática, o nacionalismo defendido por Hélio Jaguaribe era historicamente transitório:

Paradoxalmente, o nacionalismo é antinativista e antifolclórico. Não significa isso o repúdio cultural às nossas tradições nem a perda de sensibilidade para as contribuições da arte popular. Significa, apenas, que tais contribuições irão passando da vida para o museu, que nós as incorporamos como compreensão do passado e não como formas aprisionadoras de nosso devenir. (JAGUARIBE, 1958b, p. 55)

Em outros dois livros do autor, publicados durante sua atuação no ISEB, aparecem de forma mais clara alguns pontos que marcam a relação que ele estabelece entre interpretação e compreensão do processo histórico e a formação de projetos políticos para o país a partir de uma ideologia nacionalista. Partindo principalmente de *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) e *Condições Institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a) será possível averiguar nas próximas páginas que existem para Hélio Jaguaribe três principais pautas para cuja realização há forte justificativa histórica. São elas: a crítica ao latifúndio e defesa da industrialização, a burguesia como classe responsável por trazer as inovações e dirigir o processo de mudança e, por fim, a defesa de certo modelo de desenvolvimento capitalista centrado no Estado.

1.3.1 A crítica ao latifúndio e a defesa da industrialização

Para Jaguaribe (1958a) (1958c), o Brasil teria passado por três fases na sua história, cada qual correspondente a uma determinada estrutura-tipo. A primeira teria permanecido desde o descobrimento do Brasil até século XIX. Seu perecimento teria começado por volta de 1850, com a progressiva substituição de mão de obra escrava pela assalariada. Para o autor, a condição colonial de um país seria definida por duas principais características, sendo elas a heteronomia, na qual: “...o processo econômico é provocado por fatores externos à própria comunidade, quer dizer, é determinado pelas suas relações de intercâmbio.” (JAGUARIBE, 1958B, p. 14) e a exogenia, que se definiria pelo acúmulo de renda ocorrer apenas na metrópole, privando a colônia de seus benefícios.

O trabalho escravo, característico da estrutura-tipo colonial, não permitiria o processo interno de acumulação de renda, pois não haveria salário e logo não se faria possível sua troca por consumo. “Não havendo pagamento de salários, a sociedade cresce por justaposição de riquezas. A uma fazenda de café se acrescenta outra fazenda de café, mas não há circuito de investimento, relação de investimento, produto e poupança.” (JAGUARIBE, 1958a p. 15). A única acumulação que existira em território nacional seria a de riqueza, uma vez que a de renda se faria no exterior “[...] no processo de venda de escravos, de compra e de revenda do produto primário importado pela comunidade colonial” (JAGUARIBE, 1958a, p. 15)

Segundo o autor, a transição de uma dessas fases históricas do processo econômico brasileiro para outra necessitaria a conjugação de um fator externo com um interno. Assim, a mudança da estrutura-tipo colonial para a semicolonial seria resultado da extinção do tráfico e a conseqüente alteração do regime de produção para o de mão de obra assalariada.

A segunda estrutura-tipo, a semicolonial, teria durado de 1850 até a crise do café nos anos 1920. A crise de 1929 seria responsável por agravá-la. Nela“...o Brasil se depara com a incapacidade de continuar financiando, com o produto da sua exportação cafeeira, todas as necessidades do seu consumo. ” (JAGUARIBE, 1958a, p. 16), Nesta estrutura-tipo persistiria a heteronomia, mas a exogenia tenderia gradualmente a desaparecer, pois uma vez implementada a mão de obra assalariada, surgiria o mercado interno consumidor,.

A partir dos anos 1930, o Brasil estaria entrando em uma terceira fase de transformação. Nas fases colonial e semicolonial as classes dirigentes produziam e vendiam sobretudo café, pois era o produto que apresentava maior taxa de rendimento por causa das condições naturais que favoreciam sua produtividade. Contudo, a crise deste modelo teria forçado o país a investir no mercado interno. O Fator externo que teria possibilitado o avanço para essa etapa foi a crise cambial, enquanto o interno foi a formação de um mercado voltado para o país.

Uma vez que o principal produto de exportação brasileiro era o café, ele não aumentaria seu consumo externo de acordo com o aumento per-capita das nações compradoras. O único fator que influiria no aumento de sua compra seria o crescimento vegetativo da população dos países, inferior às necessidades de exportação do Brasil. Ao mesmo tempo, a população brasileira estaria crescendo, assim como suas necessidades de consumo. As divisas adquiridas pela venda de café não seriam suficientes para suprir esta demanda. Esse problema teria se agravado ainda mais com a crise de 1929, obrigando o Brasil a produzir internamente os produtos acabados que não conseguia mais adquirir no exterior. Adicionou-se a isso a crise cambial, que criou obstáculos para a entrada de produtos estrangeiros concorrentes. A solução foi a industrialização do país, pela diversificação da lavoura, voltada a partir daí também para o mercado interno.

Para Hélio Jaguaribe, o Brasil estaria nos anos 1950 em uma fase na qual a sua estrutura-tipo subdesenvolvida se encontraria em momento de transição entre a situação colonial e a situação autônoma. O país teria capacidade de desenvolver-se e superar o momento de transição, contudo, haveria obstáculos. Os principais problemas seriam as características subdesenvolvidas do Brasil: baixa renda per-capita em relação aos outros países, diferenciação do consumo entre as classes e a predominância da produção primária sob a produção elaborada. Em suma, para seu país se tornar desenvolvido e autônomo, o autor acreditava que ele precisaria primeiro que o setor agrário-exportador deixasse de ser maior e mais importante do que o setor industrial.

O fato de o Brasil não ter à época uma indústria desenvolvida manteria o país atrasado. Sua situação enquanto semicolonial se daria justamente por manter características arcaicas que o impediriam de ser autônomo. Para o autor:

A situação colonial é uma situação que independe das relações políticas; ela é determinada, sobretudo, pela situação econômica, social e cultural do país dado, em relação a outros que, ainda que sem a inculcação política expressa da condição de metrópole, atuam para com este país tal como se o fossem. (JAGUARIBE, 1958c, p. 20)

Jaguaribe parece entender especificamente no trecho acima a política como administração e domínio direto do território. Portanto, ele define a situação colonial como, estar-se submetido a uma metrópole por imposição de uma lógica econômica e cultural¹⁰, independente de se pertencer oficialmente ao território do mesmo. O Brasil tinha como principal consumidor e exportador os EUA, sendo mais de 50% do comércio exterior nacional feito com esse país. Para Jaguaribe isto “[...] mostra que os Estados Unidos da América do Norte, independentemente de vínculos políticos, funcionam como um país semi-metropolitano em relação ao Brasil. ” (JAGUARIBE, 1958c, p. 22). Portanto, os Estado Unidos da América do Norte seriam a semi-metrópole da semicolônia Brasil.

Enquanto país semicolonial, o Brasil já teria começado a operar em função do seu mercado interno e possuiria processos internos de capitalização que começaram a permitir o seu crescimento interno, com investimentos próprios. Ele se encontraria em uma etapa na qual teria tendência progressiva de diminuição de dependência do comércio exterior, com crescimento da produção interna. Entretanto, a etapa em que o país se encontraria não privaria de ter problemas a resolver, sendo os principais a crise no comércio exterior e a na diferença entre oferta de bens e serviços (energia elétrica, combustíveis, serviços de base e transportes).

De 1947 em diante o equilíbrio entre importações e exportações teria começado a se romper. A crise aberta daí em diante seria a segunda etapa da crise cambial: “O país não tem mais capacidade de financiar as importações de equipamentos de que necessita para produzir os produtos acabados, de que por sua vez necessita para atender ao seu mercado interno. ” (JAGUARIBE, 1958c, p. 36) Enquanto o Brasil continuasse a exportar majoritariamente produtos primários não haveria maneira de aumentar divisas para reverter este quadro.

A infraestrutura nacional seria inadequada para esta fase. A estrutura do país não teria se modificado o suficiente desde os anos 1930, fato que poderia ser comprovado pela relação

¹⁰ Jaguaribe condiciona a superação da condição semicolonial do país a superação do que ele chama de “pontos de estrangulamento” (JAGUARIBE, 1958b). Isso será analisado mais para frente nesse trabalho.

entre investimento total e rendimento serem muito baixa entre setor de transportes e o de produção de serviços públicos (apenas 4.4%). Isto tornaria esses setores pouco atrativos para o investimento do capital privado. O problema poderia ser superado se a industrialização brasileira se acirrasse ainda mais. Na etapa em que o Brasil se encontraria, a maneira de vencer os gargalos do desenvolvimento, seria que ele passasse “...a produzir internamente os equipamentos que até agora vínhamos importando.” (JAGUARIBE, 1958c, p. 42). Nesta etapa de transição, seria preciso não só produzir nacionalmente as próprias fábricas para atender o mercado interno, mas também seus equipamentos. Isso permitiria o equilíbrio da balança comercial brasileira e o consequente avanço do desenvolvimento.

1.3.2 A burguesia como classe dirigente da mudança

Segundo a análise de *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958a), o processo de desenvolvimento que o Brasil passou desde 1930 teria sido responsável por gerar uma mudança na sua estrutura social. De uma classe dirigente de latifundiários com relação predatória e especulativa com a terra, passou-se a uma burguesia diversificada, com setores industriais e preocupados com o mercado interno. Formou-se também o proletariado e uma classe média diversificada. Esta última, teria deixado de se empregar apenas no funcionalismo público para ocupar também cargos técnicos e administrativos nos novos empreendimentos que surgiram.

No entanto, este processo econômico e social não teria evolução política correspondente. A estrutura do Estado brasileiro seria basicamente a mesma de antes de 1930, o que dele faria um “Estado Cartorial.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 51). O autor define tal conceito da seguinte maneira:

Estado Cartorial é o Estado que resulta de uma situação em que o jogo do poder se faz em termo de política de clientela. A política de clientela, por sua vez, consiste no processo pelo qual se constitui o poder, uma comunidade em que existe um grupo detentor dos meios de produção rural, que são os latifundiários, apoiado por um grupo mercantil dos centros urbanos e em torno dos quais gira necessariamente toda a possibilidade de emprego, toda a possibilidade de concessão de favores, de sorte que as clientelas se organizam em forma piramidal, através de contratos tácitos ou relações semelhantes, para assegurar uma composição política correspondente a essa mesma composição econômica. (JAGUARIBE, 1958a, p. 51)

Nesta fase do Brasil, haveria um desarranjo entre o econômico-social e a estrutura do Estado-nacional. Este seria responsável por conservar uma contradição: a classe industrial

teria a propensão de assumir o comando do processo econômico e social, mas o Estado brasileiro era de tipo agrário, dominado por coronéis que conservavam um poder excessivo.

A manutenção do Estado Catorial se deveria, em partes, ao fato de as classes no Brasil seriam vítimas de uma confusão ideológica geral. O Proletariado seria vítima de equívocos que o levariam ao assistencialismo e o culto de um líder carismático,. No entanto, o que ele necessitaria de fato seria a expansão do desenvolvimento econômico, pois é a baixa produtividade que não permite a remuneração adequada da classe.

Já a Classe média, era seduzida por movimentos moralistas como o lacerdismo¹¹. Para Jaguaribe, este tipo norma de conduta cultivada pela classe média seria próprio do meio rural, devendo tornar-se ultrapassado na fase em que o Brasil estaria. O autor compreendia que a classe média não queria perder privilégios e nem símbolos de diferenciação social que permitissem seu contraste em relação aos proletários. Nas palavras do autor:

E cultiva preconceitos anti-industriais e anti-proletários, parcialmente motivados pelo fato de que na evolução de uma sociedade agro-pastoril para uma sociedade industrial, tendem a desaparecer as pequenas sutilezas da hierarquia social, em torno do qual tanto se aferra a classe média. (JAGUARIBE, 1958a, p. 54)

O que de fato a classe média necessitaria é do desenvolvimento. Com o incremento de parques industriais ela seria empregada em cargos técnicos e administrativos, o que permitiria, inclusive, o acesso de mais pessoas ao lugar da pequena burguesia. Isso também retiraria a classe média do lugar marginal que teria em seu país. Com a industrialização, a classe média poderia se inserir de fato no processo produtivo, enquanto em uma sociedade agrária permaneceria sem lugar.

A burguesia recebeu atenção especial do autor. Seu problema estaria no fato de que seu setor mercantil continuaria na liderança. Quando o interesse da burguesia industrial fosse atendido, o de todas as demais classes também seriam. Hélio Jaguaribe era leitor de Joseph Schumpeter (1961). Deste autor, ele retirou sua compressão de que o empresário capitalista é o ator responsável por trazer a inovação. Nas palavras de Schumpeter:

A ordem capitalista, da maneira como está materializada na instituição da empresa privada, prende eficientemente o capitalista ao seu trabalho” [...] O mesmo sistema que, em uma determinada época, condiciona os indivíduos e as famílias que formam a classe burguesa, seleciona também, ipso facto, os indivíduos e famílias que ascenderão nesta classe ou dela serão excluídos.

¹¹ O termo faz referência ao político Carlos Lacerda, que na época era da União Democrática Nacional.

Esta combinação de função estimuladora com função seletora não é absolutamente coisa simples. [...] “O homem que ascende, em primeiro lugar, à classe dos homens de negócio e, depois, dentro dela se mostra indivíduo capaz, ascenderá com toda a probabilidade até onde o puder levar sua capacidade, simplesmente porque, neste esquema, ascender a uma posição e nela atuar bem é, ou sempre foi, de maneira geral a mesma coisa. Este fato, tão frequentemente obscurecido pela tentativa autoterapêutica dos fracassados para negá-lo, é muito mais importante para a apreciação da sociedade capitalista e da civilização que ela cria do que tudo que se possa recolher da teoria pura do sistema capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p. 95)

Tanto Schumpeter quanto Jaguaribe compreendem uma divisão social entre classes dirigentes e dirigidas na qual cabe à primeira empreender para levar o desenvolvimento para as demais. Em ambos os autores quem cumpre este papel é o empresário capitalista, durante o processo de desenvolvimento, a relação entre as classes sociais precisa ser de cooperação. O autor austríaco apresenta esta conclusão a partir de crítica que faz ao conceito de luta de classes de Karl Marx:

Para qualquer mente não deformada pelo hábito de orar pelo rosário marxista, deve ser evidente que a relação entre as classes, em tempos normais, é, principalmente, de cooperação e que qualquer teoria contrária deve basear-se, em grande parte, para verificação, em casos patológicos. Na vida social, antagonismo e colaboração apresentam-se juntos e são, de fato, inseparáveis, exceto em casos muito raros.” (SCHUMPETER, 1961, p. 29)

Jaguaribe recepcionou estas ideias para o Brasil, adequando-nas à situação nacional. Para ele, haveria uma “Missão da Indústria nacional” (JAGUARIBE, 1958c, p. 55). Partindo do conceito de Ideologia tal como pensado por Karl Mannheim, Jaguaribe concluiu que a burguesia apresentaria as linhas de representatividade e de autenticidade da mesma:

Pode-se chamar como representativa uma ideologia que efetivamente corresponde aos interesses situacionais do grupo de que ela é a expressão; pode-se chamar de autêntica a ideologia que realmente corresponde às necessidades da comunidade no momento dado. Ora, neste momento, aquilo de que realmente o país tem necessidade, que é a promoção do seu desenvolvimento econômico em termos de mobilização ótima dos fatores disponíveis no país, em função deste, é exatamente o que corresponde ao interesse da burguesia nacional. (JAGUARIBE, 1958a, p. 55 e 56)

O interesse da burguesia industrial representaria, portanto, o interesse de todas as classes: o desenvolvimento. Caberia a esta burguesia cumprir seu papel histórico de promovê-lo. Isso deveria ser feito a partir da formulação de uma Ideologia não só representativa da burguesia, mas autêntica do Brasil, uma vez que estaria de em harmonia

com o interesse de todas as classes sociais. Angélica Lovatto (2010) elucida melhor este ponto:

No decorrer da análise do pensamento de Hélio Jaguaribe percebe-se claramente a reafirmação de que a representatividade e a autenticidade ideológica estavam presentes na burguesia industrial brasileira. Isso porque ela representaria o dinamismo econômico daquele momento, ou seja, a base moderna sobre a qual deveria se processar a reforma do Estado. Esta classe congregava todos os interesses situacionais e seria, por isso mesmo, a mais autêntica para conduzir, enquanto força dirigente, o desenvolvimento nacional. (LOVATTO, 2010, p. 104)

1.3.3 O desenvolvimento: papel do Estado, democracia e Ideologia

Hélio Jaguaribe acreditava que o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país seria alcançado via um processo de industrialização liderado burguesia. O resultado disto seria a ruptura do Brasil com todos os resquícios coloniais que o prenderiam, tornando-se autônomo em todos os campos. Recepcionando a obra de Ortega y Gasset (s.d.), Jaguaribe passou a enxergar não só o indivíduo, mas a própria nação como algo que se faz dentro de sua própria história.

Assim como propõe o filósofo espanhol, é tomando consciência das circunstâncias que a condicionam historicamente que é possível dar sentido para a vida. Mas, para o brasileiro, trata-se da vida do país e como o seu processo histórico o condiciona em determinado sentido no qual ele mesmo deve ser agente de sua mudança. A razão histórica passa a ter com Hélio Jaguaribe enquadramento nacional, fornecendo junto com a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim aparato teórico-metodológico que pretendeu compreender o passado histórico do Brasil para lhe formular um projeto político adequado para o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, sua emancipação¹².

Tal como o próprio nome de uma de seus livros propõe, o autor entende que para atingir o desenvolvimento seria preciso antes garantir certas condições institucionais para o mesmo. Estas ideias são fruto de recepção de outro trabalho de Karl Mannheim, desta vez *Liberdade, poder e planificação democrática* (MANNHEIM, 1972). O sociólogo húngaro pretendeu propor nesta obra um modelo de planificação que fosse o mesmo tempo democrático. Sua intenção era superar os excessos cometidos tanto pelo Capitalismo dos

¹² Isto será melhor visto neste parte do capítulo a partir da análise do papel do Estado, da democracia e da Ideologia na obra de Hélio Jaguaribe.

Estados Unidos da América do Norte quanto pelo comunismo da União das República Socialistas Soviéticas. Para tal, Mannheim julgava ser importante não só modificar as estruturas econômicas de uma sociedade, mas também as políticas e culturais. Segundo ele:

Sem menosprezar a significação da estrutura econômica, salientaremos que, sem as modificações correspondentes no plano político e cultural não há reformas satisfatórias. Cada vez mais se reconhece que a verdadeira planificação consiste na coordenação das instituições, da educação, dos valores e da psicologia. Só quem puder ver as importantes ramificações de cada passo isolado, poderá atuar com a responsabilidade exigida pela complexidade da época moderna. Nestas circunstâncias, um livro sobre a essência da planificação democrática deve tomar como tema a vida social em sua totalidade: novas instituições, homens novos, valores novos. (MANNHEIM, 1972 p. 17 e 18)

Partindo da inspiração manheimiana de compreender e resolver os problemas de uma comunidade a partir da compreensão de todos os seus, Hélio Jaguaribe propôs soluções para o caso brasileiro. O autor formulou então seu conceito de “institucional” com dois sentidos. No sentido amplo, ele seria o próprio processo social. Nesta definição, seria institucional tudo que fosse construção social humana. Já no sentido restrito, ele seria:

Em sentido estrito, porém, o institucional se distingue do processo social global como o ato pelo qual, no processo global, a comunidade erige determinados valores como fins, determinadas normas como processo, e assim organiza entidades operativas para a consecução dos seus fins. (JAGUARIBE, 1958b, p. 39)

Haveria comprovação histórica da influência de ambos sentidos do conceito de institucional nos processos de desenvolvimento. O amplo se verificaria pela relação entre o protestantismo calvinista e a formação do capitalismo. Já no sentido de instituições como normas que ordenam o processo social, a principal seria o Estado moderno, tanto como agente quanto como norma.

Para o autor, a diferença entre os dois conceitos de Instituição derivaria politicamente em duas concepções distintas do processo de desenvolvimento. Elas, por sua vez, seriam representadas por ideologias políticas que buscariam lhes dar sentido teórico. O conceito de Institucional no sentido amplo seria representado pelo liberalismo, concebendo então o desenvolvimento como decorrente da livre espontaneidade do meio social. Já o conceito estrito entenderia o desenvolvimento como fruto de ação diretora e configuradora do processo. As teorias que buscariam dar sentido a essa forma de compreender o processo de desenvolvimento seriam representadas pelas concepções de Estado interventor e diretor.

Para resolver este conflito entre opostos, Hélio Jaguaribe aplicou em *Condições Institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a) o mesmo procedimento dialético que depois organizou *O nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) como um todo. Apresentando ideias contrárias, ele as organizou enquanto tese e antítese e procurou superá-las a partir de uma síntese. Esta, por sua vez, incorporaria características das duas ao mesmo tempo em que avançaria para além delas. Assim como Mannheim (1972), Jaguaribe se esforçou nesse procedimento por oferecer uma terceira via para a resolução dos conflitos que marcavam o seu tempo, dando a esta o sentido de um caminhar histórico dialético. Nas palavras do autor:

Vale a pena, porém, observar que, historicamente, a controvérsia tende a ser superada, que no nível teórico, que no nível prático. Verificamos que diminui cada vez mais o número dos autores que propendem a defender uma posição liberal estrita, e paralelamente os que tendem a defender o dirigismo total.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 40)

A crítica de Hélio Jaguaribe ao liberalismo tem por base a percepção de tal corrente do pensamento como teoria abstrata, que pressuporia um *homo economicus* racional inexistente. Todavia, sua antítese – o dirigismo – também seria problemática, pois visaria esgotar o real pelo conceito (JAGUARIBE, 1958b, p. 41), impondo de cima para baixo políticas concebidas no plano intelectual. A solução do autor foi conciliar estes contrários, dando à síntese produzida o sentido de um caminhar histórico para determinada direção. Para Jaguaribe, seria o planejamento democrático que resolveria tal conflito, a partir da criação uma teoria que correspondesse às exigências da história. Eis, para o autor, a principal condição institucional para o desenvolvimento:

Essa propensão a realizar, tanto na prática como na teoria, uma conciliação entre os princípios da espontaneidade e do dirigismo, quebrando o radicalismo anterior, representa a tendência, em nosso tempo, a conceber as condições institucionais do desenvolvimento, como algo que deve ser organizado na forma de um planejamento democrático. Planejamento que não só induza os cidadãos a se autodeterminarem – reservando-lhes certa área de privacidade no âmbito da qual funcionem, com a espontaneidade, os móveis psicológicos e sociais correntes –, mas também organize condições e estímulos diretos e indiretos que levem ao desenvolvimento a se processar de acordo com a expectativa contida no plano. (JAGUARIBE, 1958a, p. 42)

Consequência da análise feita pelo autor das estruturas-tipo do Brasil, o país estaria em uma fase histórica na qual o desenvolvimento começaria a ter condições materiais para

ocorrer. Os principais fatores endógenos que permitiriam isso seriam o aumento do mercado, determinado pelo crescimento da população, e o enriquecimento per capita, responsável por expandir para o interior hábitos de consumo que antes estavam só em regiões litorâneas. Já os principais fatores exógenos seriam as crises cambiais dos anos 1920 e dos anos 1940. A primeira teria forçado o abandono do antigo sistema produtivo agrário-exportador e a segunda teria forçado a produção de equipamentos para compensar as carências cambiais.

Contudo, todo o esforço econômico teria sido em vão se não ocorresse também a superação dos “pontos de estrangulamento” (JAGUARIBE, 1958a), a serem ultrapassados por marcos institucionais. Estes existiriam em quatro níveis: econômico, social, cultural e político. No nível econômico o ponto de estrangulamento seria o fato de que formação de poupança e de investimento não coincidiria com as necessidades da população, gerando desequilíbrio na oferta de serviços de bens e de infraestrutura. Para Jaguaribe este não é tão grave, pois tenderia a ser superado no longo prazo. Inclusive, o uso de capital estrangeiro não seria dispensável para tal.

No nível social, os pontos de estrangulamento seriam a tendência de manutenção de privilégios de classe e parasitismo social. Eles impediriam que a sociedade ganhasse sentido democratizante. Todas as classes (proletários, classe média e burgueses) sofreriam com o parasitismo. Proletários seriam reféns de um sistema político-jurídico que não era moderno e a classe média ficaria ociosa. Por sua vez, a burguesia continuaria com empreendimentos menos produtivos, exemplificador pelo autor com o açúcar do Nordeste, que só seria capaz de competir com o do Sul por ser subsidiado. Hélio Jaguaribe defende a democratização como necessária, sua ausência seria fator de estrangulamento social. O planejamento que deve ser feito na fase histórica que se abria para o Brasil deveria ser democrático, como o de Mannheim (1972). Apenas democratizando o país seria possível modernizá-lo:

No plano das nossas relações sociais, esses fenômenos de estrangulamento se apresentam em termos de permanência, além do período em que historicamente ainda eram compreensíveis, dos privilégios de classe, que tendem a enquistar-se em determinados sistemas de resistência e dificultam a horizontalização da democracia brasileira, suscitando, ademais, um fenômeno extremamente grave, que é o parasitismo social. (JAGUARIBE, 1958b, p. 17)

Existiriam dois estrangulamentos da cultura, ambos criticados pelo autor por seus excessos. Como lhe é característico, Jaguaribe almejava sua síntese. Estes pontos seriam a alienação colonial, responsável por produzir a implantação mecânica de lógicas exógenas, e o

nativismo primário, que engessaria a cultura brasileira. O problema do último é que as características brasileiras mantidas pelo subdesenvolvimento são postas como inalteráveis. O que é alvo da crítica de Jaguaribe é que coexistiriam duas mentalidades. Uma, de origem colonial perceberia tudo no Brasil como inferior ao que vem de fora. Outra teria como pressuposto um conceito de nação e de cultura essencialistas e conservadores, sem pensá-los como inseridos em uma dinâmica histórica que os modificaria.¹³ Jaguaribe compreende que se afirmar como brasileiro é afirmar sua Nação como uma igual às demais, entendendo que, como sua História é diferente e sua estrutura-tipo única, as ideias que teriam determinado sentido em outros países, no Brasil seriam recepcionadas e dialogariam com a realidade tal como aqui ela se encontra. Os problemas de uma mentalidade alienada são expostos pelo autor na passagem abaixo:

A alienação leva o brasileiro a pensar como se fosse inglês, francês, ou americano, esquecido de que, se os instrumentos teóricos da cultura ocidental se caracterizam por sua ‘transferibilidade’, nunca é transferível a perspectiva, sempre própria de cada pessoa, de cada povo e de cada momento, e que, portanto, toda transplantação cultural que consigo acarrete a transferência de perspectiva, falseia a possibilidade de utilização dessa cultura, desse instrumento teórico, por contrabandear uma perspectiva que a torna inautêntica. (JAGUARIBE, 1958a, p. 45)

O desenvolvimento só seria viável após a superação dos seus pontos de estrangulamento. Esta deveria vir através de planejamento, produzido como síntese dialética da controvérsia entre liberalismo e dirigismo. Hélio Jaguaribe faz breve levantamento das tentativas de planejamento da história do Brasil, compreendendo o Plano SALTE do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra como insuficiente, pois era apenas aplicação de recursos a atender obras consideradas essenciais. Já a Comissão Mista, depois incorporada ao BNDE, era para Jaguaribe a principal agência de planificação do Brasil. Ela teria sido responsável por organizar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, ao qual o autor atribui a potencialidade de modificar os setores básicos, como transporte, energia e indústria de base.

Jaguaribe acreditava que as condições necessárias para atingir o desenvolvimento ainda não tinham sido alcançadas. O Brasil já teria atingido nível razoável de conhecimento sobre si e de seus problemas e desporia de categorias e instrumentos para organizar sua economia, mas, para o autor, é “[...] completamente inútil organizar planos, se não houver as condições institucionais que permitam a sua execução.” (JAGUARIBE, 1958b, p.48)

¹³ Entre os intelectuais do ISEB, quem melhor desenvolve e dá sistematicidade para essa discussão é Alberto Guerreiro Ramos em sua obra sociológica como um todo, mas principalmente em RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Isto será tema do próximo capítulo deste trabalho.

Para que as condições institucionais do desenvolvimento fossem atingidas seria necessária a agência de setores esclarecidos, capazes de instruir a burguesia sobre o processo que o Brasil estaria passando, tornando-a ciente de seu papel histórico de encabeçar o desenvolvimento. Mannheim (1972) nomeia este tipo de elite de *Intelligentsia*. Hélio Jaguaribe concorda com o sociólogo húngaro que sem este setor e sem ideologia não há condições institucionais para o desenvolvimento:

Para poder instaurar as condições institucionais que tornarão possível a aplicação dos planos e farão do planejamento a função precípua do Estado, é indispensável a mobilização ideológica, em virtude da qual os diversos setores que compõem a sociedade brasileira conciliem o seu próprio interesse com os objetivos do plano. (JAGUARIBE, 1958a, p. 49)

A partir de recepção da obra *Ideologia e Utopia* de Mannheim (1987), Jaguaribe compreende ideologia como “[...] uma racionalização de expectativas de organização da sociedade, decorrente da posição situacional dos membros dessa sociedade.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 49). Na fase em que o Brasil se encontraria, haveria correspondência dos interesses das classes com as condições institucionais necessária para o desenvolvimento, ambos se beneficiariam do aumento de produtividade. Portanto, uma ideologia voltada a instruir a burguesia industrial seria mais representativa e a mais autêntica para o Brasil, uma vez que teria conexão lógica e factual entre suas formulações e a classe que representa as exigências de sua comunidade na fase em que se encontraria o país.

A educação ideológica faria a burguesia brasileira ter consciência de seu papel no desenvolvimento, se convertendo de burguesia latifundiária e agrário-exportadora para “[...] burguesia nacional e progressista.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 52). Do mesmo modo, o problema de reorganizar o Estado para deixar de ser cartorial e parasitário, tornando-se funcional, seria “...um problema de educação e organização ideológica.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 53). Tal como propõe Angélica Lovatto:

Construir uma ideologia desenvolvimentista significava, para Jaguaribe, construir uma ideologia nacionalista. Esta construção implicava na “criação de uma sociedade desenvolvimentista e o desencadeamento de condições” que propiciassem “a superação do subdesenvolvimento econômico” e estivessem “essencialmente vinculados à ideia de planejamento (LOVATTO, 2010, p. 109)

Os outros pontos de estrangulamento verificados estariam no nível político, representados pelo Estado Cartorial e pela política de clientela. As duas estruturas existiriam

em simbiose, uma alimentando a outra e impedindo igualmente que se tenha um Estado hábil, independente de classes improdutivas. Também a partir da Ideologia que Hélio Jaguaribe tentou propor uma superação dos pontos de estrangulamento políticos, afirmando que as mudanças estruturais precisam ser também democratizantes. Seria do interior de um regime democrático ajustado aos valores culturais brasileiros que sairia a fórmula que reajustaria o Estado às forças dinâmicas capazes de conduzir o processo social.

O autor percebe a ascensão de uma nova forma de fazer política após a complexificação da sociedade e seu crescimento vegetativo. Estas teriam impedido que a relação entre político e eleitor fossem meramente clientelistas, fazendo emergir a “política ideológica” (JAGUARIBE, 1958a, p. 30). Hélio Jaguaribe a define como aquela que se oporia à política de clientela e “[...] em lugar de estabelecer uma barganha interindividual ou intergrupala do favor pelo voto, estabelece uma relação de orientação entre os interesses situacionais de determinado grupo ou de determinada classe e as formulações que convém a esse grupo e a essa classe.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 30). O que o autor pretendia com essa nova forma de fazer política era aplicar os critérios de representatividade e de autenticidade da Ideologia às eleições. Determinada classe, que se beneficia de determinado programa, votaria em um candidato que o representasse. No entendimento de Angélica Lovatto (2010), a questão política seria o problema fundamental a ser resolvido e a política ideológica seu método:

Registre-se que, na hierarquia dos problemas, a questão política aparece sempre em primeiro lugar, ou seja, como a condição essencial para o desencadeamento dos outros fatores. Aqui se encontra uma das determinantes fundamentais levantadas por Jaguaribe para o encadeamento das soluções nacionais: a necessidade da manutenção do que chama de política ideológica, em torno da qual a sociedade se mobilizaria como substituta corretiva da política de clientela. (LOVATTO, 2010, p. 103)

Em *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958b) Hélio Jaguaribe afirma que haveriam dois conceitos de História à época. Cada um deles portador de compreensão ideológica distinta sobre a administração da economia. Na perspectiva mecânica formal o processo histórico seria entendido a partir de determinismo físico e de livre arbítrio ético. Nesta, a História seria entendida como sucessão de eventos na qual as transformações ocorrem por conta de decisões de indivíduos. A sociedade seria uma dinâmica de grupos que se processaria por um jogo de interesses. No Brasil, a perspectiva cosmopolita que foi transplantada do processo de formação nacional dos Estados Unidos da América do Norte,

seus adeptos carregariam posição neoclássica em economia e defenderiam que a atividade econômica teria que ser agroexportadora. Para eles, a indústria só seria conveniente se tivesse competitividade internacional.

Já na perspectiva histórico-dialética, o homem seria agente histórico plástico inserido em determinada cultura e estrutura também mutáveis. No plano econômico esta postura seria nacionalista e (ou) socialista. Seus adeptos entenderiam a divisão internacional do trabalho como produto histórico e, portanto, modificável.

A divisão nacional entre aqueles que defendem maior participação do Estado e os que a condenam como excessiva seria expressão desta última concepção de História. Ambas remeteriam a momentos específicos do passado ocidental. A segunda, liberal, seria fruto do apogeu do capitalismo comercial, entre os séculos XVII e XVIII. Já a primeira, sua crítica, seria o socialismo do século XIX, produzido pela reação proletária à massificação da mão de obra industrial e à propriedade privada.

As duas ideologias teriam cumprido função importante no seu contexto de surgimento, todavia, com o passar dos anos se tornaram obsoletas. O liberalismo fundamentaria suas teses no contratualismo, desmentido pelo avanço das ciências sociais. Não caberia mais no Século XX sustentar uma oposição entre indivíduo e Estado com base em tais premissas. O trunfo do socialismo teria sido o de fazer a crítica da concepção mecânico-formal e jusnaturalista do capitalismo por uma via histórico-dialética, revendo o direito de propriedade como fruto de decisão social submetido à jurisdição da sociedade. No entanto, o pensamento marxista teria se convertido em escolástica e se dogmatizado.

Passados os anos, o debate ideológico entre socialismo e capitalismo teria deixado de expressar a realidade concreta dos países que adotaram um ou outro sistema. A História teria forçado a União Soviética a se aproximar do capitalismo. Este último, por sua vez, teria se socializando até se converter em democracia social.

Em países subdesenvolvidos, as exigências de padrão de consumo seriam muito superiores as que eles dispõem. A necessidade de apropriar tecnologia estrangeira, acrescida à influência do imperialismo, obrigariam-nos a adotar a via capitalista privatista de desenvolvimento. O socialismo possível seria o capitalismo de Estado. Com isso, se poderia concentrar capacidade social de poupança em um órgão da comunidade, centralizando a acumulação de recursos e permitindo uma orientação planejada do investimento.

O Brasil seria um país que se encontraria entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Nele, o regime vigente de capitalismo abriria para a burguesia a oportunidade de promover o desenvolvimento econômico-social. Apenas lhe faltaria a

adequação às exigências da democracia social, via redução de privilégios de classe e equidade de oportunidades. A instrução ideológica nacionalista dos setores dinâmicos da burguesia preencheria esta lacuna. Com ela, a “classe revolucionária” iria perceber seu papel histórico e se transformar em uma classe de investidores e empresários eficientes, do tipo idealizado por Schumpeter (1961).

1.4 A inserção do Brasil no cenário internacional: as questões exógenas

Dentre os intelectuais do ISEB, Hélio Jaguaribe foi o único que se dedicou sistematicamente a analisar e propor soluções para o Brasil no plano das relações internacionais. Tal esforço pode ser verificado na 3ª seção, de nome Política Exterior, de *O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (1958b). Em tal empreitada, o autor não abriu mão de seus pressupostos teórico-metodológicos historicistas, assim como manteve a defesa de perspectiva nacionalista.

Jaguaribe diagnostica a evolução de uma tomada de consciência por parte da população sobre a relação entre desenvolvimento econômico-social e política exterior. Isto estaria fazendo com que as Relações internacionais se tornassem “[...] um esforço global para o atendimento na área internacional das necessidades de cada país.” (JAGUARIBE, 1958b p. 221). A Política exterior, que antes seria objeto de chancelarias, estaria se tornando preocupação pública.

O Itamaraty recebeu a crítica de aplicador de precedentes, quase sempre provenientes da época do Barão do Rio Branco, mantenedores do mesmo sentido cosmopolita e aristocrata da República Velha. Para Hélio Jaguaribe, fazia-se necessária a formulação de uma política exterior condizente com a realidade nacional dos anos 1950. Também era imperativo determinar quem a estabeleceria e de que modo. A primeira questão envolveria disputa entre cosmopolitismo e nacionalismo e a segunda envolveria disputa dentro da Administração pública e do Congresso. O autor propõe então, o recurso à História como forma de compreender a política externa brasileira e alterá-la no sentido do desenvolvimento nacional:

Somente a partir de uma apreciação histórica de nossa política exterior se poderá compreender os fatores que a conduziram à crise atual e se disporá de elementos para o confronto crítico das novas formulações propostas pela corrente cosmopolita e pela nacionalista. (JAGUARIBE, 1958b p. 225)

Segundo Jaguaribe, a política externa brasileira se dividiria em três fases: da colônia ao Barão do Rio Branco do Barão até a Segunda Guerra Mundial e dela até os anos 1950. A

primeira fase teria como características principais a defesa e consolidação da integridade territorial, assim como a preponderância do Brasil na América do Sul. Já a segunda, se destacaria pela valorização do Brasil enquanto civilização diante da Europa. Nesta, haveria uma atitude ornamental e aristocrática da diplomacia nacional, que, para cumprir a missão que lhe caberia, teria se esforçado por construir uma imagem pública de seu país que demonstrasse a acomodação das elites brasileiras nos estilos de vida europeu. Este seria o marco inicial da decadência diplomática, que a partir daí teria se estabelecido a prática priorizar o agrado das elites estrangeiras em detrimento da defesa dos interesses endógenos.

Entre 1906 e a terceira conferência pan-americana, os EUA se apresentava como fora do jogo internacional, então, o Brasil teria se aproximado do país como forma de defender-se do imperialismo europeu. Entretanto, na segunda fase da política exterior brasileira, o país do Norte já teria se tornado uma potência e, mesmo assim, o Brasil continuava próximo dele. Isso teria resultado em uma relação de dependência do primeiro com relação ao segundo. Também não teria mudado a percepção das elites, que continuariam vendo estas relações como paritárias e reguladas por solidariedade pan-americana.

O problema apontado por Jaguaribe era que, uma vez que a História seria dinâmica, as mudanças fariam partes de sua natureza, o que exigiria adequação das políticas às novas realidades emergentes. A política externa brasileira não teria acompanhado este processo, seus agentes teriam visto a história como estática e não se adaptaram às transformações. Na sua terceira fase, as elites diplomáticas deveriam pautar a Industrialização do país, expansão do mercado interno e diversificação do regime produtivo. Era preciso superar o caráter ornamental da política externa, readequando-a às dinâmicas do tempo.

Com as progressivas alterações que o comunismo internacional teria sofrido para adequar-se às exigências nacionais dos Estados onde disputou influência, os conceitos e medidas adotadas pelo Brasil em segurança nacional se mostrariam obsoletos. Jaguaribe não vislumbrava risco de revolução comunista no Brasil¹⁴. A autonomia e a segurança nacional não estariam mais ameaçadas pela URSS. Mais uma vez, a política externa teria perdido a corrida contra a História. Para o autor, os EUA seriam ameaça muito maior ao desenvolvimento nacional autônomo do que o país soviético. A doutrina de segurança nacional teria se convertido em instrumento de subserviência do Brasil à nação do Norte.

Continuando no procedimento de expor contrários para produzir sua síntese, Jaguaribe se dedicou a analisar as políticas americanista e neutralista. Para ele, os defensores da

¹⁴ É necessário fazer a ressalva de que para Hélio Jaguaribe seria aconselhável a proibição do funcionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) para evitar a proliferação de radicalismos.

primeira postura poderiam ser divididos em três grupos, mobilizadores de argumentos distintos. Os que advogavam a partir do argumento ideológico acreditariam que a civilização ocidental cristã precisaria ser defendida contra o comunismo internacional. Logo, os países que quisessem preservar seu caráter ocidental deveriam apoiar os EUA, único capaz de conter o avanço do comunismo.

Já os mobilizadores do argumento pragmático, entenderiam que além dos motivos ideológicos, a política americanista seria do interesse de ambos envolvidos. Afinal, os Estados Unidos da América do Norte seriam o maior mercado exportador e importador do Brasil. O país sul-americano não teria relação afetiva com os demais países subdesenvolvidos do mundo, mas de competição, pois disputariam investimentos e financiamentos estrangeiros. A categoria de subdesenvolvido englobaria países com realidades e recursos materiais e naturais diferenciadas. Além disso, se um bloco destes países ameaçasse os desenvolvidos, eles não hesitariam em recorrer a formas mais enfáticas de intervenção.

O terceiro argumento, o realista, veria na aliança entre os dois países uma forma menos prejudicial de dependência. Dada a divisão do mundo em dois blocos, as nações precisariam se integrar em um destes. Concordando com os dois outros grupos dos motivos pelos quais o Brasil não deveria se aliar ao bloco soviético, acrescentam que o país estaria na área geográfica de influência dos EUA. A perda de poder de barganha consequente desta situação poderia ser compensada com as vantagens de uma política leal de cooperação com a nação do Norte, expressa na política americana do *Key Country*. Nela, os EUA deveriam fortalecer seus aliados para poder usufruir deles na luta contra a URSS. Os *key countries* seriam os países capazes de fornecer melhor cooperação, por vantagens na situação geográfica e de disposição de recursos naturais e humanos. O Brasil estaria qualificado para exercer esta função na América do Sul. Os realistas também ajuízam que o país não disporia de forças suficientes para assumir posição neutra, sendo empurrado para o bloco americano sem tirar vantagens do alinhamento.

Antítese do americanismo, os neutralistas defenderiam posição nacionalista de uma política exterior própria para o Brasil e próxima da América Latina e os blocos afro-asiático e árabe. Eles seriam neutros no que tange ao conflito entre EUA e URSS. Hélio Jaguaribe também analisa essa postura pelas três categorias que usou para analisar os americanistas, com a diferença de denominar as posições dos grupos de fundamentos e não de argumentos.

O fundamento ideológico entenderia o argumento da existência de um conflito fatalista entre EUA e URSS como falso. Só haveria na época um modelo de civilização, o Ocidental-universal, do qual URSS e EUA fariam igualmente parte. Influenciado pelas ideias

de Schumpeter (1961) e das teses sobre planificação de Mannheim (1972), o autor parte do diagnóstico de que existiria convergência das superpotências para a planificação. Mas Jaguaribe cunhou, a partir de sua epistemologia nacionalista, sua própria tese sobre planificação. Para ele, o desenvolvimento histórico de um país se dá internamente aos mesmos. Assim, tanto os EUA quanto a URSS teriam dado soluções nacionais para resolver os seus problemas e assim suas respectivas ideologias seriam representativas dos seus processos internos. Em determinado ponto, a competição entre os dois forçou-os a solucionar seus problemas pela absorção de propriedades de seus respectivos opostos. De um lado, os EUA se aproximaram do socialismo, saindo do capitalismo manchesteriano para o social. Do outro, a URSS se aproximou do capitalismo saindo do socialismo distributivista para o competitivo. Para Jaguaribe o conflito dado seria entre duas superpotências competindo pela imposição de seus interesses na hegemonia mundial. Nas palavras do autor: “O principal conflito de nosso tempo, portanto, longe de ser um conflito de civilizações ou mesmo de valores, é um conflito de poder.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 246)

A recomendação de Hélio Jaguaribe é que os países subdesenvolvidos copiem não o resultado, mas o procedimento dos EUA durante sua fase de formação e amadurecimento, de isolacionismo e neutralidade em conflitos internacionais. Neste sentido, os Estados Unidos da América do Norte seriam modelo a ser seguido, uma vez que já passaram por uma fase que os países subdesenvolvidos estariam passando depois.

No fundamento pragmático, entende-se que a complementariedade de interesses entre EUA e Brasil seria relativa. Interessaria ao primeiro a manutenção do segundo como exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Também não seria vantajoso para o Brasil se privar do comércio com zonas sobre influência soviética, uma vez que o país pode escoar sua produção de café para estas áreas, que absorveria este e demais excedentes de produção. Situado entre os dois blocos, os países neutros poderiam valer-se de sua importância estratégica para barganhar com ambos. O fundamento pragmático também observa que provavelmente o fim do conflito entre EUA e URSS se faria por transação e os países neutros poderiam ter importância como árbitro neste processo.

Por fim, o fundamento realista conceberia uma progressiva parlamentarização do conflito entre EUA e URSS na qual os neutros igualmente poderiam entrar como mediadores importantes. Também conceberiam que, no caso de uma guerra, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte faria com que o primeiro país tivesse o ônus de se comprometer com um lado sem colher as respectivas vantagens desta escolha.

Depois de inventariar as duas correntes e seus grupos, Hélio Jaguaribe propôs sua síntese. Nela, a tese dos neutralistas de que a posição ideológica adotada por um país depende de sua posição no contexto mundial estaria correta. Na Europa Ocidental seria o americanismo, já nos países subdesenvolvidos de grande extensão territorial, a ideologia representativa é a terceira posição. Entretanto, esta terceira via não deveria ser pensada como superação dialética do capitalismo e do socialismo. As duas ideologias estariam inseridas em processos histórico-dialéticos próprios, produtores de sínteses singulares. Fenômeno atestável pelo fato de a aproximação progressiva de uma das ideologias com a outra só se verificar nas práticas dos seus respectivos países.

Esta posição também não deveria ser vista como indiferente em relação ao capitalismo ou socialismo. O primeiro foi o regime mais adequado para os EUA e o segundo à URSS. Cada país, em processo de desenvolvimento ou subdesenvolvido, deveria analisar, de acordo com as suas circunstâncias históricas, qual das duas doutrinas lhe seria mais próxima. No caso do Brasil e da Argentina, Hélio Jaguaribe enxergou o capitalismo como a solução melhor.

O autor entende a terceira via seria como a opção mais autêntica, representativa e pragmaticamente vantajosa para o Brasil. Contudo, ela ainda não seria executável, pois não existiria neutralidade possível sem o meio de se impor. Os EUA se encontravam com um nível de autonomia em relação a Europa durante seu desenvolvimento que o Brasil não tem frente a ele. Assim, Jaguaribe vinculou a possibilidade de o Brasil assumir posição neutra ao seu desenvolvimento, que deveria se concretizar via industrialização e ascensão da burguesia representante deste setor:

São completamente distintas as possibilidades de o Brasil assumir uma política exterior independente conforme, domesticamente, prevaleçam as forças latifúndio-mercantis ou as forças vinculadas ao desenvolvimento, constituindo essa alternativa a principal condição de que dependerá a possibilidade e o grau de independência de nossa política exterior. (JAGUARIBE, 1958b, p. 270)

As correntes vinculadas ao desenvolvimento brasileiro careceriam de expurgar-se de idealismos para se opor a todas as teses contrárias ao neutralismo. O Brasil da República Velha seria economia complementar das dominantes, por isso sua política externa teria caráter ornamental e cosmopolita. Após a Segunda Guerra Mundial, o país se tornou economicamente dependente dos EUA, fazendo sua política exterior se submeter à potência do Norte. O neutralismo seria possível quando se realizasse o desenvolvimento econômico-social do país via uma revolução nacional-democrática. Então, as forças tornadas dominantes

na economia brasileira passariam a ter poder para assumir esta posição. Uma vez que o Estado Cartorial desse lugar a um Estado Funcional, o Brasil seria capaz de formular política externa independente.

Nesta obra de Jaguaribe a relação entre o Nacional e Internacional é imbricada, porque “[...] a política exterior exerce um dos mais decisivos condicionamentos na política geral do país.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 275). A maneira como o Brasil se pensava no contexto internacional modificava a maneira como ele se pensa para dentro, e, conseqüentemente, como pensa suas políticas domésticas

Para adotar postura neutra, o Brasil precisaria de apoio internacional, uma vez que sanções provenientes do Norte eram esperadas. Assim, o país deveria se coordenar com a Argentina para possibilitar a integração dos países da América Latina, permitindo uma solidariedade regional capaz de impor aos EUA a neutralidade da área. A dependência da compra de café pelos poderia ser substituída a longo prazo pela diversificação dos itens de exportação, e, a curto prazo, seria preciso expandir o mercado comprador. Uma vez adotada postura neutra, isto poderia ser alcançado com o Leste sobre influência soviética.

Mantendo sua epistemologia histórica e nacionalista, Jaguaribe compreende que o sentido do neutralismo variaria para cada país, de acordo com a posição que se encontrariam no conflito entre EUA E URSS. No caso brasileiro, as afinidades econômicas, culturais e psicológicas são mais fortes com o primeiro do que com o segundo. O neutralismo não necessitaria ser mediana das duas potências, podendo, no Brasil, pesar mais para os EUA. A intervenção nacional nessas lutas seria pela sua defesa da autodeterminação dos povos e para evitar que as explorações de mão de obra quase servil tornassem os seus produtos menos competitivos. A Organização das Nações Unidas (ONU) recebe de Hélio Jaguaribe o posto de principal arena da nova política exterior brasileira. Seria necessária a criação de um comitê de países neutros para coordenar a ação antibelicista, anticolonialista e desenvolvimentista.

No aparato conceitual de Hélio Jaguaribe nacionalismo, neutralismo e política externa independente são percebidos como praticamente sinônimos. Defendendo um nacionalismo que almeja o desenvolvimento, o autor esforçou-se por construir uma narrativa que possibilitasse construir uma coalizão de apoio para seu projeto. Como consequência de suas teses, ele desloca o eixo das relações internacionais do Leste-Oeste para o norte-sul.¹⁵ Os conflitos não se dariam mais apenas no plano das relações entre Ocidente e Oriente, tal como

¹⁵ Esta análise não é original deste autor, mas da Professora Maria Regina Soares Lima durante aula do curso “O internacional na visão das elites brasileiras”, dado em conjunto com a Professora Leticia Pinheiro no IESP-UERJ. Se julgou correto dar o devido crédito.

estabelecidos entre as potências da guerra fria. Esta mudança permitiria que as nações subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento pudessem se mover, através do estabelecimento de coalizões e formação de blocos, dentro das instituições internacionais de controle. Uma vez que os países do Sul estariam em situação semelhante na organização internacional do trabalho, como produtores de commodities, alianças entre eles seriam vantajosas para que a cooperação permitisse a superação do estado subalterno ao qual se encontravam.

1.5 Epílogo: Capital estrangeiro, a questão do petróleo e a saída de Hélio Jaguaribe do ISEB

Tal como já foi exposto aqui anteriormente, *O Nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958c) é organizado inteiramente pela exposição do conflito de teses contrárias para tentar propor a superação das mesmas. Além da parte sobre a política externa, o autor se dedica a apresentar e solucionar outras questões, são elas: a política de petróleo e a de capital estrangeiro.

Nas obras anteriores de seu período de atuação no ISEB, Hélio Jaguaribe já demonstrava não ser totalmente contrário à entrada de capital externo para auxiliar no desenvolvimento nacional. Em resposta a Jorge Martins Rodrigues na sessão de debates de *O problema do desenvolvimento e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) o autor já defendia que a melhor forma de investimento estrangeiro para o Brasil seria a de empréstimos externos, pois eles permitiriam a permanência dos lucros no país e sua consequente acumulação de renda. O motivo principal apresentado pelo autor é que, na fase em que o Brasil se encontrava, ele não teria poupança suficiente para fazer sozinho o seu processo de desenvolvimento.

Ao analisar a questão do Petróleo, Jaguaribe apresenta em *O Nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) que:

[...]o que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc.. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard, ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria-prima. (JAGUARIBE, 1958b, p. 52).

Segundo Angélica Lovatto (2010), o que o autor pretendia com tal assertiva era mediar as posições contrárias, defendendo que o uso do capital estrangeiro não era intrinsecamente ruim, desde que seus efeitos espoliativos fossem controlados. Se era erro dos cosmopolitas subestimar a capacidade de desenvolvimento autônomo do país, os nacionalistas se equivocavam ao exagerá-la. Uma vez que Hélio Jaguaribe defendia um nacionalismo pragmático, caberia:

[...] utilizar os meios que fossem necessários, independentemente da origem de seus agentes – mesmo os estrangeiros – para alcançar um fim: o desenvolvimento brasileiro. Neste texto, portanto, era reiterada pelo autor a defesa da utilização do capital estrangeiro como corretivo eficiente para a insuficiência de recursos internos do país. (LOVATTO, p. 141 e 142)

O contexto histórico e o clima interno do Instituto certamente não foram favoráveis às ponderações de Jaguaribe. Cinco anos antes da publicação do livro o país havia encerrado a *Campanha do Petróleo é nosso* com a criação da Petrobrás, empresa estatal portadora do monopólio da exploração do combustível fóssil. Segundo Nelson Werneck Sodré em *A verdade sobre o ISEB* (SODRÉ, 1978), Jaguaribe teria sido alvo de campanha difamatória encabeçada por Alberto Guerreiro Ramos dentro do instituto. Guerreiro Ramos teria levado cópia ainda não publicada do livro de *O nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) para a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), apresentando-o como traidor da causa nacionalista interessado em entregar o petróleo brasileiro para o capital internacional. Esta tensão também teria se refletido no Instituto, dividindo as opiniões dos seus membros entre os dois lados envolvidos. Por fim, Hélio Jaguaribe acabou por escolher se retirar do ISEB. Encerrava-se então a militância do intelectual dentro do instituto que ele mesmo ajudara a construir.

2. A SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

2.1 Introdução

Este capítulo pretende explorar a importância da História na defesa de uma epistemologia sociológica adequada ao Brasil feita por Alberto Guerreiro Ramos durante sua atuação no ISEB. Pretende-se também ver a relação de tal projeto com as ideias políticas mais amplas do autor. Segundo indica Christian Lynch (2015), Guerreiro Ramos queria formular uma teoria da sociedade brasileira que se realizou apenas no plano epistemológico, a partir da obra *A Redução sociológica*. Contudo, o analista poderia reconstituir essa teoria não sistematizada a partir do exame dos textos do autor.

Para realizar tal tarefa, primeiro serão expostas algumas referências julgadas fundamentais para o autor. São elas a crítica nacionalista do transplante de Alberto Torres e Oliveira Viana e a sociologia do conhecimento Karl Mannheim. Depois, analisar-se-á como o conceito de história aparece na fase iseiana de Guerreiro Ramos para, a seguir, tratar da interpretação do Brasil feita pelo autor e de sua da história do pensamento social e político. Pretende-se demonstrar que além de compreender o Brasil e seu sentido, o autor estava preocupado em alterá-lo. Ele realizou o procedimento já feito antes por Oliveira Viana e Karl Mannheim de inventariar e criticar a produção antecedente para se vincular a uma tradição com o fim de aperfeiçoá-la.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro na Bahia em 1915. Em 1942 se formou em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e no ano seguinte graduou-se pela Faculdade Nacional de Direito da mesma instituição. Nos anos de 1950 foi catedrático de Sociologia do ISEB e professor de Administração pública da Fundação Getúlio Vargas. Após sua saída do instituto, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), onde ocupou cadeira de deputado federal entre 1963 e 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro ato institucional após o golpe militar.¹⁶

2.2 O pensamento nacionalista brasileiro e a crítica do transplante

Segundo Pedro Paiva Marreca e Helio Cannone (2017), Alberto Torres e Oliveira Viana funcionam como elo da tradição que reivindicava a necessidade do estudo da história do Brasil e de sua realidade social para a formulação de um projeto político nacionalista e ao

¹⁶ Informações retiradas de: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos

mesmo tempo modernizador. Estes autores seriam os primeiros a pensar o nacionalismo como forma de fazer o país avançar para algum sentido e não simplesmente preservá-lo. Argumentam os autores:

O recurso à história advogado por Torres e Viana é justificado, especialmente, na necessidade imperiosa do estudo da história para a compreensão dos condicionantes econômicos e sociais, dos quais decorreria o “problema nacional” presente. Ambos dão grande importância à história do passado colonial e à herança ibérica como fatores explicativos desse problema, porém, ao invés do foco no aspecto cultural eles estão mais interessados com suas consequências no plano da autonomia econômica e da organização social. Revista sob a luz da economia e da sociologia, a história nacional não é exaltada de forma ufanista, como no caso do nacionalismo romântico, ou tida como uma condenação que, por sua relação com a cultura ibérica, impediria o acesso à modernidade, como no caso de intérpretes liberais. (MARRECA, CANNONE, 2017, p. 5)

Wanderley Guilherme dos Santos (1970) afirma que a geração dos anos 1930 representa uma espécie de divisor de águas, responsável por lançar questões que iriam ser retrabalhadas e desenvolvidas por todo o pensamento político brasileiro posterior. O ISEB é posto pelo autor como herdeiro desta geração. Wanderley Guilherme dos Santos não deixa de chamar atenção para o fato de que Alberto Torres e Francisco Oliveira Viana foram os dois intelectuais – depois de Euclides da Cunha – que teriam dado início à maneira de ver o Brasil que orientou esta geração. De fato, ambos são comumente citados e comentados por Virgínio Santa Rosa, Góes Monteiro, Martins de Almeida, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Alceu de Amoroso Lima e muitos outros considerados de esquerda ou de direita, até chegar nos intelectuais dos anos 50, como Nelson Werneck Sodré e Alberto Guerreiro Ramos. Cabe então expor brevemente algumas de suas ideias, enfatizando aquelas que parecem ter repercutido mais no objeto de estudo deste capítulo.

2.2.1 Alberto Torres: um olhar realista para o problema nacional brasileiro

Logo na introdução de *O problema nacional brasileiro* (2002), Alberto Torres já afirma a necessidade de um olhar prático e baseado em fatos para o Brasil. Também é alvo de crítica do autor os estudos sociais e políticos feitos em sua época: eles partiriam de dados e análises que não seriam condizentes com a vida social brasileira, mas com a de sociedades e civilizações mais velhas do que o seu país. Alberto Torres deu motor à crítica do transplante depois desenvolvida por Oliveira Viana. No ISEB, Alberto Guerreiro Ramos buscou dar a ela densidade teórica e sistematicidade ao aplicá-la à sociologia brasileira.

Na parte do livro de Torres intitulada “Senso, consciência e caráter nacional”, o autor faz uma narrativa sobre o surgimento da Nação. Para ele:

O espírito da “nação” forma-se, assim, como um sentido coletivo de proteção, de amparo, de assistência e de socorro, práticos e efetivos, contra riscos conhecidos e experimentados, entre homens e famílias que vivem juntos, tendo interesses comuns, e sabendo da existência de outros grupos, com os mesmos caracteres, e ligados pelos mesmos interesses, contrários, ou alheios, aos dos seus, e prontos a sacrificá-los, a bem da gente de seu sangue. (TORRES, 2002, p. 30)

A partir deste pressuposto geral, o autor percebeu a Nação brasileira como a associação de indivíduos que a habitam e que são protegidos pelos órgãos políticos que constituem o seu Estado. Eles formariam um país na medida em que enxergassem entre si uma continuidade histórica e de heranças culturais. A partir da analogia com a função de Deus em uma esfera religiosa, o autor defende a necessidade da existência do Estado para organizar a vida nacional:

Na vida espiritual, o homem comunica a sua relação com a realidade divina, pelo nexó da fé, na esfera da consciência individual; o século e o mundo, o tempo e o espaço, ao alcance da relatividade da sua vida objetiva, ficaram entregues à única força e única autoridade efetiva e prática sobre seu arbítrio e sobre sua responsabilidade: o Estado, órgão da nação. (TORRES, 2002, p. 48)

Para Alberto Torres, o problema não estaria na formação do Estado no Brasil, mas na ausência de consciência nacional necessária para dar organicidade para a comunidade política. Para o autor, os países que passaram por colonização não teriam formado artificialmente a sua nação. Isto faria com que no Brasil a nação se confundisse com a vida da população, sendo algo intuitivo e não pensado. Um dos problemas mais graves da ausência de consciência nacional seria o transplante mecânico de ideias estrangeiras, indesejáveis porque as nacionalidades europeias e dos EUA estavam em estágios diferentes, tornando-as culturalmente incompatíveis com a brasileira. Expressão disto seria a forma como a questão racial viria sendo tratada no país, tema ao qual o autor dedica toda uma parte do livro¹⁷.

Torres entende que nenhuma nação apresenta uma única raça homogênea. Para ele, o meio social definiria mais do que fatores biológicos e o Brasil deveria agregar as diferenças étnicas sem hierarquiza-las:

¹⁷ Tal como apresenta Luiz Augusto Campos (2015), a posição de Alberto Guerreiro Ramos sobre o “problema do negro no Brasil” tem forte inspiração dos juízos de Torres sobre a questão.

Brasileiros, o nosso afeto patriótico deve abranger, numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, de alemães, de todos os outros povos, que formam a nossa nação. Fora destes, não temos que reconhecer senão homens, senão semelhantes, seres da mesma natureza e do mesmo espírito, para quem o nosso país teve sempre abertas, com urbanidade e franqueza talvez inigualadas, e com vivos transportes de hospitalidade, casas e almas. (TORRES, 2002, p. 35)

O capítulo que trata da questão racial começa com o elogio das características do povo brasileiro. Isto porque, para Torres, o seu povo exageraria os próprios males. Influenciado pelas ideias vindas dos jornais de Paris, o Brasil transformaria o diagnóstico das incompatibilidades em desânimo com suas características locais, incluindo as raças que habitavam o território. Alberto Torres não acreditava na teoria da superioridade das raças brancas, fazendo referência, inclusive, ao antropólogo relativista Franz Boas para enfatizar que o ambiente pesaria mais que a raça para o desenvolvimento de uma cultura. A raça não teria nada a ver com a civilização, segundo este autor.

Apesar de ser um país com maioria populacional que não era do tipo europeu branco, o Brasil reproduziria ideias decadentes sobre a inferioridade dos negros. Na visão de Alberto Torres, as raças existentes no país seriam as mais adaptadas ao clima e à geografia brasileira. O colono alemão teria prosperado no Brasil apenas porque os lugares que colonizou eram próprios para o seu tipo físico. O autor concluiu então que a desigualdade entre raças no Brasil teria origem em questões que não são biológicas, como ausência de educação, escassez de alimentos e de moradia. Ele advoga: “A posição relativa, a hierarquia das raças, nas diversas épocas, é um simples fenômeno da evolução social; não é um fato anatômico, nem fisiológico: eis a conclusão deste trecho”. (TORRES, 2002, p. 72)

Este tipo de problema, para o autor, não teria a ver com problemas individuais, mas sim nacionais. Era pressuposto de Torres que a sociedade moldaria o indivíduo, no entanto, o Brasil não teria formado a consciência nacional necessária para o seu povo ser capaz formar juízos sobre si e sobre os fatos que lhe envolve, o impedindo de avançar na direção do progresso. Escreve o autor:

O caráter nacional, a formar, entre nós, não é o caráter dramático, das obras de regeneração, nem um rígido caráter punitivo; mas um caráter consciente e sereno, capaz da sinceridade de reconhecer, sobre o espelho das nossas flagrantes realidades, que não sabíamos nada das coisas da nossa terra, e que temos vivido a pretender executar, sobre este solo único, um repertório de teorias exóticas. Tendo caminhado para o oceano, precisamos regressar ao

centro: voamos, abandonando a terra, que implorava os nossos cuidados. Quisemos formar cabeça, antes de possuir um corpo, plantamos sementes importadas, e ainda não sabemos produzir sementes; importamos e cultivamos frutos alheios, abandonando os frutos do nosso clima. (Idem, p. 64 e 65)

Configurado este movimento, o Brasil teria uma soberania real, um espírito nacional prático que iria coordenar os interesses comuns daqueles que habitavam o território. A separação entre política e sociedade foi vista por Alberto Torres como fenômeno comum de sua época, a ser superado. No âmbito econômico, ele defende uma solução muito diferente daquela que mais tarde os isebianos advogariam nos anos 1950. No primeiro, o modelo econômico do Brasil deveria ser baseado em exploração eficiente do solo e não em comércio e indústria, pois o país necessitaria aproveitar os recursos que disporia. Para ele, um dos principais problemas da indústria estaria no excesso de deslocamento das massas rurais para as grandes cidades, gerando, progressivamente, superpovoamento em algumas regiões e abandono de outras. Porém, a crítica de Torres para chegar a esta conclusão não o afasta tanto dos seus sucessores, pois o autor não defende um lugar dependente para a economia brasileira. Para ele, a desvantagem de exportação para mercados externos esgotaria os recursos naturais para gerar produtos de interesse secundário nos mercados internacionais. Alberto Torres defendia, então, um modelo econômico autônomo para o Brasil, mesmo que o arranjo de modo diferente dos industrialistas posteriores.

A economia tem neste autor papel fundamental para a independência de um país. Para ele, o Brasil não teria desenvolvimento nacional porque a economia internacional faria o governo escravo de interesses estrangeiros, tornando o país subalterno, condição esta que precisa ser superada, uma vez que “A independência de um povo funda-se, antes do mais, sobre a sua economia e sobre as suas finanças”. (TORRES, 2002, p. 128). Seria condição para a liberdade de uma nação ter sua economia livre, no sentido de uma economia independente, autônoma.

Embora a economia tenha papel preponderante, para que as mudanças nesta esfera sejam realizadas, mutações no âmbito das ideias também se fariam necessárias. O fato da mentalidade brasileira copiar teorias e concepções que não seriam autóctones impediria que a “vida prática” (TORRES, 2002, p. 124) nacional se guiasse para os seus próprios interesses. Daí, Alberto Torres extraiu a sua tese da necessidade de formar uma consciência nacional brasileira. Ela deveria permitir que os habitantes do país se entendessem como tal, passando então a ver o Brasil por suas próprias lentes e não pela de terceiros.

Na parte final da obra, intitulada “Nacionalismo”, o autor critica as teorias estrangeiras de Rousseau e Marx como idealistas e mecânicas, na medida em que veem determinada direção para a vida social dos povos. Para Torres estas teorias seriam desvinculadas da prática e da realidade social tal como ela se apresentava. Ao contrário de se deixar influir pelas concepções exógenas, o Brasil precisaria de uma política nacional que percebesse o Estado como ator primordial para o seu progresso:

Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político administrativo, com seus vários órgãos. (TORRES, 2002, p. 143)

Porém, a concepção do Estado necessária para Torres possuía características distintas. O Estado liberal, advogado por muitos à época de Torres, seria mera substituição o despotismo das autoridades centrais pelo dos indivíduos. Também seria erro de sua versão liberal entregar a economia nacional aos interesses do capital especulativo estrangeiro. Para resolver os problemas do Brasil seria preciso um Estado que se guiasse pela necessidade de uma política nacional, definida pelo autor como:

A política nacional de um povo se pode definir como a atividade espontânea da sociedade, na defesa do seu caráter e da sua economia: no preparo nutritivo do seu desenvolvimento material, e no educativo do seu espírito. Esta política resulta, em geral, de um instinto da própria nacionalidade, isto é, de um certo número de hábitos, gravados hereditariamente nos organismos, transmitidos pela tradição, que conservam o vínculo do interesse coletivo, a consciência dos perigos comuns, o senso do auxílio mútuo, da solidariedade e da cooperação, fixados, por experiência secular, entre indivíduos relativamente semelhantes, habitando a mesma terra. (TORRES, 2002, p. 159 e 160).

Segundo Alberto Torres, afirmar a nacionalidade com o intuito de ser tornar o país autônomo seria um movimento mundial ao qual o Brasil estaria na contramão. Apesar de crítico do transplante mecânico de ideias que tiveram seu desenvolvimento em outras civilizações, ele defendia a imitação do procedimento geral adotado pelas nações consideradas avançadas como meio de atingir o progresso.

2.2.2 Oliveira Viana e a sociologia nacionalista

Pelo menos desde a sua obra de 1920, *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Viana se preocupava com o problema do transplante de ideias exógenas para a realidade

brasileira e suas consequências na política nacional. Em livro de 1948, *Instituições políticas brasileira* tal crítica é sistematizada para orientar, com aprofundamento sociológico, uma forma nacionalista e realista de organização política do Brasil. Tal percurso é feito na primeira parte do segundo volume, dedicada à metodologia do Direito público, ou “os problemas brasileiros da ciência política” (VIANA, 1999, p. 348). Nela, Oliveira Viana inventariou a produção jurídica que o antecedeu a partir das figuras de Rui Barbosa e Alberto Torres, reconhecendo méritos e apontando defeitos. Em seguida, o autor apontou sua contribuição para o Direito público brasileiro: ela levaria em conta tanto o acúmulo deixado por aqueles que o antecederam quanto as próprias inovações do autor.

O primeiro capítulo desta parte do livro se direciona ao idealismo utópico e ao marginalismo das elites brasileiras. Oliveira Viana afirma retirar este conceito do sociólogo norte-americano Robert Park. Segundo esta visão, o homem marginal viveria entre duas culturas. Seu exemplo brasileiro se situaria entre sua própria cultura e a europeia e norte-americana, que lhe forneceria as ideias, os paradigmas constitucionais e os critérios de julgamento. Isto levaria ao transplante de instituições e modelos incompatíveis com a realidade histórica e social do Brasil. Nas palavras do autor:

É claro que não seriam capazes da insensatez de decretar, por um "golpe", um sistema budista ou xintoísta para o Brasil -- e isto sob a alegação de que não existem tradições budistas ou xintoístas no Brasil, cristão e católico, como é pela sua cultura. Contraditoriamente, porém, acham, sem maiores indagações, sem nenhum respeito a essas tradições ou a esta "cultura", que se possa, por uma Constituição, decretar que os brasileiros passem a praticar o parlamentarismo inglês -- como em 1824; ou mesmo o regime federativo americano -- como em 1891; ou mesmo o regime comunista da Rússia Soviética -- como no ano 6000. Isto é, regimes ou sistemas de conduta política que o nosso povo, por quatro séculos e meio de sua história, nunca praticou; regimes ou sistemas inteiramente fora dos seus hábitos mentais e sociais, inteiramente alheios às linhas habituais do seu comportamento social na vida pública e que, portanto -- para que fossem por ele praticados com acerto e eficiência -- seria preciso que ele realizasse uma mudança radical de hábitos, de usos, de formas de conduta, como todas as dificuldades que esta mudança importaria. (VIANA, 1999, p. 354)

O marginalismo presente nos povos latino-americanos seria marcado pela discordância entre o direito enquanto lei e a realidade social. Os juristas nacionais não legislavam, então, para o brasileiro tal como ele é, mas para sua representação idealizada. Tal atitude é o que Oliveira Viana nomeia de “Idealismo utópico das elites”, responsável por organizar modelos jurídicos para o Brasil sem pensar sua realidade e seu o povo, assumindo que este não teria o nível de educação e evolução social requeridos para tais instituições. Exemplo do equívoco

colocado pelo autor teria sido o de prescrever um sistema constitucional de base municipal em um país dominado por política de clãs e lutas entre famílias.

Para Oliveira Viana, Rui Barbosa¹⁸ seria “marginal” típico, criticável por ter biblioteca tão rica em livros ingleses, norte-americanos e franceses e tão escassa em obras brasileiras. Segundo o autor, Rui Barbosa não teria estudado o Brasil. O direito para o jurista anglófilo seria uma técnica a ser aplicada, e não uma ciência social. Rui teria vencido na prática do Direito e da política nacional e Alberto Torres fracassado porque o primeiro, enquanto muito erudito, soubera recorrer a argumentos de autoridades estrangeiras enquanto o segundo citara pouco e tivera biblioteca reduzida. Rui Barbosa pensaria o Brasil como um inglês, assimilando posteriormente também os EUA como modelo. Resultado disto seria supor uma organização a uma estrutura política nacional partindo do pressuposto de que o cidadão brasileiro e o britânico fossem semelhantes.

Não só vitupério mereceria Rui Barbosa. Como homem entre dois regimes, ele teria adquirido na sua formação monarquista a qualidade de um sentimento vivo de nacionalidade, de grandeza do Brasil e de sua projeção no continente. Esta identidade com sua pátria o teria feito usar de sua influência para conter a transformação do federalismo em confederação. Outra qualidade sua teria sido a de introduzir os juristas ingleses e norte-americanos em uma cultura jurídica francesa. Por causa de sua atitude combativa e graças às convicções liberais que o fariam desconfiado em relação ao Estado, ele soubera conter as ilegalidades oriundas dos órgãos do executivo.

Oliveira Viana julga no seu texto que, se ainda vivo nos anos 1940, Rui Barbosa pensaria diferente. Caso tivesse tido contato com as inovações vindas das ciências sociais, ele perceberia a ineficácia do transplante de instituições para povos com formação social e cultural distinta. Do mesmo modo, ele teria notado que, diferente da Europa, no Brasil o poder central não seria maléfico, mas fundamental como força organizadora.

No final da vida, Rui Barbosa já estaria demonstrando que estava se adequando às exigências nacionais. Se vivido mais, poderia ter visto o avanço das ciências sociais e o impacto da Primeira Guerra Mundial nas mentalidades europeias. Oliveira Viana considerou que, no tempo em que escrevia este livro, o Direito estaria incorporando às ciências sociais, superando o Direito constitucional da época de Rui pelo Direito administrativo.

¹⁸ A crítica à Rui Barbosa como idealista, que não entendeu o Brasil pelo que ele realmente era e aplicou modelos artificiais é marca comum do nacionalismo brasileiro. Praticamente toda a geração nacionalista desde os anos 1930 e os nacional-desenvolvimentistas do ISEB compartilhavam esta análise com Oliveira Viana.

Conseqüentemente, a fase idealista desta disciplina estaria sendo superada pela fase objetiva e realista, virando ele mesmo ciência social. Se vivo, Rui Barbosa incorporaria estas inovações.

Ao analisar a obra de Alberto Torres, Oliveira Viana classifica a metodologia que ele compartilha com este autor como nacionalista. Enquanto olhar para a realidade, tal método se definiria da seguinte maneira:

Porque esta realidade não poderá jamais ser buscada nos livros que nos chegam da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Rússia; e, sim, nos estudos que fizermos sobre nós mesmos -- sobre a nossa terra, sobre a nossa sociedade e sobre o nosso homem, quando nos dispusermos a estudá-los à luz da ciência social, com os seus critérios objetivos de investigação e julgamento; -- e também nos dispusermos a utilizar os resultados destas investigações como representando verdades científicas, que devemos respeitar e acatar. (VIANA, 1999, p. 397 e 398)

Oliveira Viana compôs no seu texto uma tradição de estudos do Direito enquanto costume que começariam com Euclides da Cunha e Silvio Romero e que, com Alberto Torres, ganhariam forma mais consistente. A contribuição dele próprio seria a de realizar este esforço com estudos rigorosos e científicos da sociologia e da história das instituições brasileiras, empreitada iniciada em *Populações meridionais do Brasil*. Enquanto Euclides da Cunha teria introduzido fatores da realidade brasileira para a análise do país, Torres teria o mérito de construir uma “pragmática política para o Brasil” (VIANA, 1999, p. 400), já Oliveira Viana, avançaria com este esforço ao costura-lo com os avanços das ciências sociais. Ele elogia que, para Alberto Torres, a ciência social estava a serviço da ciência política, entendida como método de resolução dos problemas de organização nacional:

Daí, para ele, no que concerne à metodologia científica, todas as investigações, estudos e observações da nossa realidade social deveriam ser conduzidas para este fim superior: -- encontrar neles a chave para a solução de todos os problemas da nossa organização social e econômica e da direção política e administrativa do país. Ele punha, assim, a Ciência Social a serviço da Ciência Política. (VIANA, 1999, p. 405)

Torres teria evidenciado que o Brasil teria, à sua época, perdido o sentido de sua nacionalidade. Para ele, os problemas da pátria deveriam ser tomados como problemas nacionais e não das partes que a compõem. Oliveira Viana deu a Alberto Torres o mérito de reavivar o sentido nacionalista do país, restaurando a importância da consciência nacional para sua organização. Porém, Torres também teria seus equívocos: ele confundiu filosofia social com ciência social, além de ter visto o Brasil como um todo e não como um agregado

de distintas partes. Reparar estes erros seria a contribuição do próprio Oliveira Viana para o pensamento nacionalista brasileiro, a qual ele desenvolveu no último capítulo desta parte do livro.

Para Oliveira Viana, os problemas do Estado não poderiam ser resolvidos sem se levar em conta as condições culturais de vida do povo. Objetivo que por caminho um pouco diferente também teria sido o de Alberto Torres, mas sofisticado por Oliveira Viana com a ciência social que se fazia disponível no seu tempo. Seria possível, então, formar uma metodologia “objetiva, culturalista e sociológica” (VIANA, 1999, p. 415). A partir dela, o autor concluiu que o Brasil não seria unidade nacional pronta, mas unidade que se deve ter como alvo constituir

2.3 A operacionalização da Sociologia do Conhecimento nas análises de Mannheim

Se Guerreiro Ramos se vinculou diretamente à tradição de pensamento nacionalista legatária de Alberto Torres e Oliveira Viana, sua sociologia, por sua vez, teve forte influência de um autor estrangeiro, Karl Mannheim. Ele recepcionou as obras deste autor para formular seu conceito de história e sua própria concepção do que consistiria o fazer sociológico. Além disto, Alberto Guerreiro Ramos inspirou-se de análises e conceitos do autor húngaro para formular sua interpretação do Brasil e sua organização do pensamento nacional.

Em sua obra *A redução sociológica* (1996), Alberto Guerreiro Ramos deixou explícito que o pensamento de Mannheim lhe influenciava¹⁹: “É, todavia, na obra de Karl Mannheim que se encontram referências mais abundantes para a fundamentação teórica da redução sociológica” (RAMOS, 1996, p. 99). O autor chega a propor que, embora não usasse o termo, Mannheim teria aplicado a redução sociológica no estudo de vários assuntos, porque ele teria incorporado ideias da filosofia e do pensamento fenomenológico e culturalista à sociologia. Ele seria também um dos poucos cientistas sociais de sua época que teria submetido a própria sociologia a uma reflexão radical. O brasileiro também elogia o húngaro por compreender que “Somente situados na configuração referencial de que fazem parte, os acontecimentos e os objetos aparecem em seu adequado sentido” (RAMOS, 1996, p. 100). Vale a pena então,

¹⁹ Embora seja dado pelo autor protagonismo à Mannheim, ele não é o único autor citado como influente para sua redução sociológica. Em duas partes do texto, Guerreiro Ramos se ocupa de explicitar suas influências na filosofia e na sociologia. Entre os autores citados estão Heidegger, Husserl, Hans Freyler, os materialistas franceses e o existencialismo. Certamente estes autores também foram influentes para o projeto de sociologia de Alberto Guerreiro Ramos, mas para os objetivos desse trabalho não parece cabido aprofundar tais influências. Para um estudo da influência do existencialismo e demais correntes no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos, ver: AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC. 2006.

expor brevemente algumas ideias deste autor que serão influentes para a redução sociológica de Alberto Guerreiro Ramos.

O conceito de ideologia de Mannheim, assim como os pressupostos epistemológicos de sua sociologia do conhecimento, já foram expostos no capítulo anterior deste trabalho. Afim de complemento, trataremos brevemente da maneira como ele, após delinear seus pressupostos teóricos nas duas primeiras partes de seu trabalho, se ocupou na terceira²⁰ e, sobretudo, na quarta parte do livro de operacionalizar a sua Sociologia do Conhecimento para análise das doutrinas políticas e dos estilos de pensamento nela imbricados. Na quarta parte, ele se preocupou em delimitar as diferenças entre a Ideologia e Utopia. Enquanto a primeira estaria adequada à visão de mundo da época à qual corresponde, a segunda necessariamente representaria uma transcendência em relação à realidade que romperia suas amarras e projetaria, no campo das ideias, uma possibilidade de futuro diferente do presente. O autor não deixou de fazer a ressalva de que embora esteja em consonância com a sua realidade histórica, a ideologia nunca corresponderia totalmente à prática, afinal, na vida social seu conteúdo acaba por ser deformado. Os grupos dominantes seriam os responsáveis por determinar geralmente o que em sua época foi utópico, ao passo que as classes ascendentes que conflitam com *o status quo* determinariam o que foi ideológico.

Para sua análise das mentalidades utópicas o autor expressamente faz uso da metodologia weberiana dos tipos ideais. Sua exposição sobre este ponto teria o fim de evidenciar que as descrições feitas sobre as experiências históricas de mentalidade utópica não serviriam para explicar casos individuais, mas sim o fio estruturante dos diferentes componentes da coletividade em questão. A partir disto, o autor apresenta quatro formas de mentalidade utópica, as bases nas quais se sustentariam e qual seria a inovação que apresentariam no pensamento utópico.

A utopia humanitarista liberal caracteriza-se ia por uma visão linear e progressista da história na qual o gênero humano tenderia a se aperfeiçoar. Este estilo de pensamento seria idealista e, por isso, veria o presente como estágio anterior de um futuro no qual a razão iria se realizar. Os socialistas também carregariam uma visão de história que tenderia para determinado fim, mas, diferente dos liberais, eles se baseariam não em ideias, mas na história (lida a partir de superação contínua de estruturas socioeconômicas). Já os conservadores,

²⁰ Na terceira parte do livro o autor se ocupará do problema de uma ciência da conduta política e para tal fará o esforço de analisar distintas formas de apropriação do pensamento histórico-político em diferentes doutrinas. Com isso ele parece pretender comprovar a sua perspectiva relacionista uma vez que entende que mesmo seus pressupostos estão passíveis de variação de acordo com a posição do indivíduo ou grupo social que dele se apropria. Para não tornar esta parte do trabalho ainda mais extensa, optou-se por não desenvolver esta reflexão de Mannheim.

teriam se constituído enquanto forma de mentalidade pela reação aos liberais, uma vez que buscariam preservar o que eles pretendiam alterar. Tal grupo se constrói em oposição aos topos de seu adversário, valorizando o passado e vendo a realidade, tal como ela se apresenta, positivamente, pois ela teria o mérito de ter conseguido fazer-se realizar. O presente seria definido por esta mentalidade como o que conseguiu criar valor no decorrer do tempo.

Em texto intitulado *O pensamento conservador* (1981), o autor se ocupou exclusivamente em analisar este estilo de pensamento. Segundo Mannheim, o romantismo alemão do século XVIII até metade do século XIX foi responsável por dar consistência ideológica para a resistência às mudanças estruturais causadas pelo avanço da modernidade. A crítica contrária à revolução francesa teria se originado na Inglaterra, mas se intensificado na Alemanha. Exemplo disto seria que Edmund Burke teria tido sua leitura mais conservadora pelos seus tradutores alemães, onde também a antítese entre pensamento liberal e conservador apareceria de forma mais evidente. Sociologicamente, o romantismo representaria o adversário histórico dos filósofos do capitalismo burguês – os iluministas. Enquanto estilo de pensamento²¹, o conservadorismo teria como marca a oposição às doutrinas calcadas no direito natural.

Com as mudanças no mundo material, o estilo de vida burguês e racionalista teria se sobreposto às formas de pensar e agir tradicionais. A consequência disto na modernidade seria que a política teria substituído a religião como centro referencial das tomadas de decisões e definição dos estilos de pensamento. Segundo Mannheim, a oposição organizada contra o racionalismo burguês e suas consequências para a ordem econômica, política e social haveriam começado não pela esquerda, mas pela direita, com os conservadores. Eles teriam se contraposto intelectualmente ao projeto da burguesia e constituído um estilo de pensamento preocupado em preservar o que o capitalismo viria por fazer ruir.

Mannheim teve o cuidado de não confundir o conservadorismo com o tradicionalismo. O primeiro seria fenômeno moderno, circunscrito nas suas situações históricas e sociológicas. Agir de modo conservador seria almejar a preservação e reprodução de determinada estrutura objetiva desenvolvida historicamente. Já o tradicionalismo, seria fenômeno mais instintivo, uma atitude psicológica geral ligada a formas tradicionais de sociabilidade e comportamento na qual os indivíduos são apegados ao passado e temem inovações. Quem segue uma dessas tendências não necessariamente seguiria a outra.

²¹ Mannheim propõe no texto que se utilize o termo “estilo” para se referir a um conjunto de pensamentos de um grupo em uma determinada época. Para ele, se o historiador da arte poderia olhar para uma obra e identificar sua escola e período na qual foi feita, o historiador das ideias informado pela sociologia do conhecimento poderia fazer o mesmo com seu objeto.

2.4 O conceito de história de Alberto Guerreiro Ramos e sua sociologia crítica do transplante

Edison Bariani (2015) destaca a importância do contexto internacional na produção da *Redução sociológica*. De fato, o contexto externo parece ajudar a explicar porque o autor escreveu seu livro naquele momento e em qual quadro mais geral ele estava inserido. Afirma Bariani:

Era uma época de confiança no progresso, no desenvolvimento, nas possibilidades técnicas e nas transformações políticas; de agitação e ousadia artística e cultural, de renovação política da esquerda após as revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Após a Conferência de Bandung (em 1955), dava-se a ascensão do nacionalismo, decaía o colonialismo europeu e persistia a “guerra fria”, mas seu sistema dicotômico já apresentava fissuras pela posição de não alinhamento e neutralidade de alguns países. (BARIANI, 2015, p. 16)

Tal conjuntura é compatível com a análise de Christian Lynch (2015). Segundo o autor, a sociologia de Guerreiro Ramos era um plano deliberado de criar uma teoria pós-colonial aplicada ao Brasil. Alberto Guerreiro Ramos tinha como plano maior formular uma teoria da sociedade brasileira, entretanto, ela se concretizou apenas em parte, na sua dimensão epistemológica, com a *Redução sociológica*. Segundo o autor:

O reconhecimento do caráter culturalista, relativista e historicista da ciência social impunha ao cientista social a obrigação de pensá-la à luz das necessidades e particularidades do contexto latino-americano, onde grassava o semicolonialismo e a dependência cultural. (LYNCH, 2015, p. 28)

Dentro do ISEB, Hélio Jaguaribe já havia apontado em *Condições Institucionais do desenvolvimento* (1958c) que, para o Brasil se desenvolver, seria preciso superar os dois gargalos culturais do desenvolvimento: a alienação e o nativismo. Como já foi visto no capítulo anterior deste trabalho, o primeiro se caracterizaria por uma atitude de subserviência para com as culturas estrangeiras, que, ao mesmo tempo ignoraria os produtos nacionais. Já o segundo, seria seu inverso, uma preservação exagerada das características brasileiras que não atentaria para o fato de a história de uma nação ser dinâmica, portanto, seus símbolos tenderiam a ser superados pelo tempo. A *Redução sociológica* de Guerreiro Ramos foi o esforço de levar a diante a crítica de Jaguaribe e aplicá-la aos problemas da sociologia dos

anos 1950. O autor apostava que esta ciência seria a única capaz de interpretar o Brasil e lhe propor as mudanças necessárias para o seu desenvolvimento.

Alberto Guerreiro Ramos definiu a redução sociológica como a aplicação do procedimento científico geral da redução para a sociologia. Seria um método comum na química, no qual ocorre a extração dos elementos secundários que prejudicariam a matéria para manter apenas sua parte essencial. Na sociologia, isto seria feito a partir de alguns pressupostos gerais. Seriam eles: a não admissão da existência de realidade social *a priori* e estática, entendimento de que a relação do objeto com o seu observador é relacional e feita a partir de sua visão de mundo e, por fim, a compreensão de que os objetos só existem como tal em seus contextos determinados. Em todos esses componentes da redução sociológica os pontos de contato com a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim parecem ser evidentes. Guerreiro Ramos seguiu a crítica ao transplante feita por Alberto Torres e Oliveira Viana e deu sistematicidade e desenvolvimento sociológico com a recepção que o autor fez da sociologia de Karl Mannheim para o contexto brasileiro.

Guerreiro Ramos definiu em sua obra que a relação com o conhecimento estrangeiro deve ser crítico-assimilativa. Longe de um isolacionismo ou de um nacionalismo epistemológico essencialista, o autor propôs que o transplante de conceitos, ideias e teorias produzidas em outros lugares e contextos deveria ser crítica e consciente. Feito isto, se poderia evitar que a importação de noções estrangeiras fizesse com que a realidade local fosse representada como distorcida e exótica toda vez que não correspondesse à teoria exógena²². Tal procedimento crítico assimilativo parece ser exatamente a maneira como Alberto Guerreiro Ramos se apropriou do conhecimento produzido por Karl Mannheim. De fato, não é difícil perceber a influência de Karl Mannheim na sociologia feita por Guerreiro Ramos.

Nos dois sociólogos a História é um insumo necessário para as ciências sociais. Para Guerreiro Ramos, os humanos também são seres dentro da história e deveriam se pensar a partir dela para que pudessem tomar consciência de sua situação no processo histórico. Logo, o sociólogo, que é também humano e por isso, produto histórico, deveria partir dos problemas que se apresentassem no seu tempo para elaborar análises, diagnósticos e soluções. Guerreiro Ramos parte de um critério temporal (a história) e um critério espacial (a nação) para defender a formulação de uma sociologia adequada ao Brasil.

²² Na *Cartilha Brasileira do aprendiz de sociólogo* (RAMOS, 1995), Guerreiro Ramos chamou o procedimento não crítico de transplante de saberes estrangeiros de “sociologia enlatada” (RAMOS, 1995 p. 105) e a opôs ao seu projeto de sociologia, que inspirado em Mannheim ele intitulou de “sociologia dinâmica (RAMOS, 1955, p. 105).

Se a História foi colocada como matéria-prima da ciência social, foi também de uma visão histórica que o autor partiu para chegar a conclusões de cunho epistemológico. Na obra *A Redução sociológica*, o autor coloca o seu projeto como uma forma de adequação da sociologia brasileira com o método de criação desta ciência nos outros países do mundo. Ele criticou o fato de que os cientistas sociais no Brasil apenas reproduziriam as teorias, métodos e objetos que são utilizados na Europa e nos Estados Unidos. Isto porque, segundo o autor, cada um dos países os quais o sociólogo brasileiro tenta imitar teria partido da análise dos problemas locais no seu fazer científico. Inspirado pela posição de Alberto Torres, Guerreiro Ramos, também advogou que a verdadeira imitação dos países centrais seria copiar o procedimento geral usado e não os resultados específicos que ele deu em cada lugar. Seria dentro da História que se faria a sociologia.

Embora apresente contundentemente a necessidade de reversão do quadro, o autor não atribuiu o transplante à vontade daqueles que o fizeram. Ele o explica também dentro de sua teoria da história. Para Alberto Guerreiro Ramos a história da humanidade deveria ser percebida a partir de uma “Lei de Fases” (RAMOS, 1996, p. 129). Nesta, os problemas que se apresentariam para uma sociedade seriam determinados pela fase do desenvolvimento em que ela se encontraria. O autor entende que os períodos da história deveriam ser explicados de acordo com as condições da vida material e que a existência social determinaria a consciência. Deste modo, o mesmo conclui que a parte mais alta de evolução até o seu presente são as sociedades capitalistas ou socialistas, existindo uma tendência dos povos ocidentais periféricos de atingir o padrão de vida dos que estão no centro. Na medida em que o progresso técnico gerasse aumento de produtividade, novos grupos iriam tomando consciência de seu papel histórico e participando efetivamente da política.

Em *A dinâmica da sociedade política no Brasil*²³, o autor (1995) desenvolveu análise política da História do Brasil que se assemelha às análises de Mannheim sobre os estilos de pensamento, tanto pela referência imediata à dinâmica no título, quanto pela equivalência das categorias usadas pelo brasileiro com o conteúdo das do húngaro. Guerreiro Ramos dividiu as tendências ideológicas em três grupos: ascensão (progressistas), domínio (conservadores reformistas) e decadência (reacionários). Os grupos em ascensão são os que os que prometeriam “[...] com o advento de seus ideais, o fim da história ou o reino da liberdade e da razão.” (RAMOS, 1995, p. 63). O problema destes seria que eles acabariam por perder “[...] a dialética infinita da realidade social” (RAMOS, 1995, p. 63) uma vez que procurariam uma

²³ O texto é fruto de conferência dada em Paris em 1955.

síntese última da história. “Já os Dominantes: “tendem a considerar definitivo o estágio atual da estrutura social” (RAMOS, 1995, p. 63), no máximo eles assumiriam defeitos que deveriam ser reparados. Sua visão da sociedade e da História seria estática. Por sua vez, os grupos em Declínio “[...] esforçam-se por voltar ao passado [...]” (RAMOS, 1995, p. 64), sendo expressão do próprio atraso. A classe média, para o autor, teria caráter ambíguo: atuaria como aliada ora das classes ascendentes, ora das classes dominantes e ora das classes em declínio. O papel político ocupado por estar dependeria de seu nível de vida. Em situação melhor, apoiaria as classes dominantes, e, quando, pior se aliaria às classes ascendentes.

Guerreiro Ramos discordava da ideia de que haveria uma síntese última a se atingir. Uma vez que a História jamais seria estática, para todo grau de desenvolvimento haveria sempre outro superior. O que caberia ao sociólogo não seria encaminhar a humanidade para um *telos*, mas adequar-se às exigências do seu tempo, as fornecendo sofisticação teórica. Nesta teoria dinâmica da História tudo seria perene e tenderia a ser superado. A essência da realidade social seria a transitoriedade. A consequência sociológica e política seria a compreensão de que uma determinada tendência que em um momento apresentava-se como progressista, na medida do avanço da História tenderia a se tornar conservadora.

2.5 Interpretação histórica e projeto político para o Brasil

Embora não tenha dado sistematicidade para a sua teoria da sociedade brasileira, a mesma pode ser reconstituída a partir da análise de textos do autor, tal como apresenta Christian Lynch (2015). Nos textos isebianos de Alberto Guerreiro Ramos encontram-se três pontos de crítica comum dos intelectuais do ISEB, fazendo também uso da história para entendê-los e buscar solucioná-los. São eles: a problemática do latifúndio e da industrialização, o povo, seu conteúdo e papel e a Revolução brasileira.

2.5.1 A problemática do latifúndio e da industrialização

Embora não tenha ficado famoso como Nelson Werneck Sodré pelo seu diagnóstico feito sobre a situação da terra no Brasil, Alberto Guerreiro Ramos não tem posição tão distinta daquele autor. Embora não classifique as relações existentes no campo brasileiro durante sua época de feudais, ele as percebia como atraso, acreditando que elas teriam de ser superadas pela crescente industrialização e consequente urbanização do país. Em *A Redução sociológica*, o autor (1996) chega a colocar estes fatores como pré-condição para a entrada do país na História. Na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995), ele enaltece a

industrialização como categoria fundamental da sociologia na América Latina. Em suas palavras:

É essencialmente, e, sobretudo nos países da periferia econômica, um processo civilizatório, isto é, aquele mecanismo por meio do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais. Estas estruturas só alcançam alto grau de civilização mediante o desenvolvimento industrial. (RAMOS, 1995 p. 145).

Para o sociólogo, os altos níveis de saúde e bem-estar dos países industrializados seriam causados pelo desenvolvimento tecnológico. Na medida em que ele aumentaria, não só aumentaria a qualidade de vida de um país, mas também a qualidade política, razão pela qual o Brasil deveria almejá-lo. Porém, o latifúndio seria impedimento para o avanço da urbanização, atravancando o próprio país. Em *A dinâmica da sociedade política no Brasil*, Guerreiro Ramos (1995) traça uma breve história do papel político dos latifundiários brasileiros, partindo das suas categorias de classes ascendentes como progressistas, dominante como conservadoras e reformistas e classes em declínio como reacionárias. O autor interpreta os latifundiários como classe ascendente em 1822, quando teriam feito a independência e organizado o Estado. Desta data até 1930 eles eram classe dominante, tornando-se, após a revolução, em declínio. Haveria à época uma possibilidade de mudança: “E nestes dias já se descortina como possível uma aliança (que parece esboçada na última eleição presidencial de 1955) do proletariado com a burguesia industrial numa luta contra seus inimigos comuns” (RAMOS, 1995, p. 67). Estes inimigos comuns seriam justamente os latifundiários, contrários ao interesse de desenvolvimento da Indústria nacional. Assim como os demais intelectuais do ISEB, Guerreiro Ramos propôs uma coalizão entre diferentes setores da sociedade para permitir o desenvolvimento do Brasil.

Em 1930 teria se iniciado o declínio da burguesia do latifúndio mercantil como classe dominante, perdendo sua posição no centro do poder para a burguesia industrial. A manobra política que deu início ao Estado Novo em 1937 foi interpretada pelo autor como um ordenamento político-estatal de Vargas para conseguir orientar a produção para consumo interno sem grandes percalços. Isto porque seria preciso dar um sentido intervencionista ao Estado. Graças à ascensão do proletariado como força política nos anos 1930, estariam se fazendo possíveis as condições de dar fim à situação alienada do Brasil, via aliança de seus setores progressistas.

2.5.2 O Povo, seu conteúdo e papel

As referências à categoria “povo” e suas potencialidades são abundantes na obra de Alberto Guerreiro Ramos, aparecendo mais na fase propriamente sociológica de sua produção. Sobretudo na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995) e n’ *A redução sociológica* (1996). No segundo livro, após afirmar que “A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos” (RAMOS, 1996, p. 46), o autor advoga que em seu tempo o povo estaria formando esta consciência de si. Na sua definição: “A personalização histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado a percepção dos fatores que o determina, o que equivale à aquisição de consciência crítica” (RAMOS, 1996, p. 47). O termo povo seria próprio em países periféricos para definir os habitantes de determinado território que, se entendendo como parte da mesma nação e tomando consciência de sua condição de subalternidade em relação aos outros povos, buscariam superá-la.

Mesmo após a saída de Alberto Guerreiro Ramos do ISEB a referência ao povo que estava presente desde os anos 1950 na sua produção não desapareceu e foi ganhando conotação mais próxima das práxis políticas imediata. O sociólogo saiu do ISEB em 1958 e dois anos depois veio a se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro. Em conferência dada na Faculdade Nacional de Filosofia em 1959 de título os *Princípios do povo brasileiro*, o autor define povo como: “[...] um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins.” (RAMOS, 1960, p. 228). Guerreiro Ramos partiu de um conceito genérico e foi procurar sua aplicação na história do Brasil. De modo semelhante ao feito por Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil* (1952), ele diferenciou população e povo, uma vez que o segundo implicaria consciência.

Para o sociólogo, na independência não haveria povo, este começaria a se formar na república para ter seu ápice após a revolução de 1930, quando a massa de trabalhadores teria começado a ganhar consciência de seu papel. A tarefa que estaria colocada nos anos 1950 e 1960 seria a de liberta-se da condição colonial, tanto o domínio cultural quanto no econômico, para permitir o desenvolvimento das indústrias nacionais e todos os seus frutos benéficos. Contudo, o povo precisaria de um condutor para dirigir o processo histórico-social. Esta vanguarda era, possivelmente, o Partido Trabalhista ao que o autor estava filiado. Análoga ao conceito de *intelligentsia* de Mannheim (1986), esta seria a que, informada pelos interesses do povo, daria direção ao processo nacional, o representando. Mas a ela caberia apenas coordenar o processo, sendo o povo o ator do desenvolvimento. Segundo o autor:

A emancipação econômica do país não será obtida, se o povo não exercer efetivamente a categoria que a história já lhe conferiu, de empresário principal do desenvolvimento, se não se fizer apelo à sua capacidade produtiva e não lhe for assegurado o controle ideológico da programação econômica. (RAMOS, 1960, p. 235)

Cinco princípios do trabalhador brasileiro foi publicado originalmente em 1959 no periódico *Vanguarda Popular*. Nele, Alberto Guerreiro Ramos (1960) aprofundou a sua associação entre trabalhadores e povo. Observando sua época, o autor afirmou que “Atualmente o povo se tornou no Brasil realidade histórica concreta. O povo é, para o sociólogo brasileiro contemporâneo, a categoria cardinal de seu trabalho. O teste de validade de sua produção científica é aprovação popular.” (RAMOS, 1960, p. 260). Ele percebia não só a entrada do Brasil em uma fase histórica em que existiria povo, mas também ressaltava que a sociologia precisaria se aproximar e se pensar a partir dele.

No final do breve texto, ele descreveu os cinco princípios dos trabalhadores brasileiros, os quais teriam sido retirados de ideias já aceitas por líderes sindicais reunidos na Confederação Nacional da Indústria em novembro de 1958. Trabalhador e povo são entendidos como sinônimos. Nestes princípios, o trabalhador aparece como sócio do desenvolvimento nacional e como força política sem a qual um governo não mais se sustentaria. O autor previa uma relação direta entre planejamento econômico do Estado e interesse popular que vincularia diretamente a questão nacional com os interesses dos trabalhadores. Segundo Guerreiro Ramos “Os trabalhadores condenam toda forma de sectarismo e reconhecem que [...] devem ajustar as suas reivindicações aos imperativos da emancipação nacional” (RAMOS, 1960, p. 261). Ponto concluído no quinto e último princípio: “Os trabalhadores brasileiros só apoiam soluções nacionais dos problemas nacionais.” (RAMOS, 1960, p. 262).

Na definição do trabalhador como sócio — o que indicaria parceria — do desenvolvimento, assim como na condenação a sectarismos e a associação entre interesses nacionais e populares deduz-se o encontro das teses de Guerreiro Ramos com a dos demais isebianos. Para ele, também se faria necessária uma aliança política entre os setores interessados em soluções nacionais para o desenvolvimento do Brasil para que o processo se realize. Mesmo depois de sair do ISEB, Guerreiro Ramos ainda defendia um modelo de desenvolvimento — tido por ele como revolução — composto por uma frente ampla na qual os trabalhadores não fossem prejudicados pelos outros integrantes dela.

2.5.3 A revolução brasileira

Alberto Guerreiro Ramos dedicou obra inteira ao tema da Revolução brasileira. Em *Mito e Verdade da Revolução brasileira* (1963), ele apresenta o marxismo como uma teoria emprestada, que não seria condizente com a realidade brasileira por não ter sido feita para pensá-la. Esta corrente de pensamento seria, portanto, ameaça ao desenvolvimento nacional. O sociólogo justificou no livro sua saída do ISEB pelo fato de o instituto ter sido envolvido por estas ideias. Embora reconhecesse as contribuições de Marx para o entendimento da História e de seu desencadear, Guerreiro Ramos não alinhou a revolução brasileira ao paradigma marxista de compreensão do conceito. Para o autor, o filósofo alemão teria contribuído com a teoria da revolução ao submetê-la a análise científica e por isso teria percebido que o elemento objetivo se sobreporia ao subjetivo, permitindo que se compreendesse a revolução como expressão de uma realidade histórica e social. Lenin, após Marx, viria a contribuir para a teoria ao propor uma forma de organizar o elemento subjetivo. Amarrando estas ideias, Guerreiro Ramos arranhou o seu conceito:

[...] revolução é o movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nomes dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários. (RAMOS, 1963, p. 30).

Para o autor, a revolução seria a substituição das classes que estão no poder por outras, a partir das leituras das condições objetivas que se apresentariam em determinado momento histórico. Não existiriam etapas a serem seguidas, a revolução brasileira não seria uma revolução burguesa em termos marxistas, mas um processo constituído por elementos burgueses e trabalhadores, unidos pela defesa do interesse nacional. No juízo do sociólogo seria “[...] anacrônico o clássico modelo marxista de revolução, segundo o qual cada sociedade teria de percorrer, um após outro, os diferentes modos de produção até chegar ao socialismo”. (RAMOS, 1963, p. 44).

Embora fosse crítico da internacionalização proposta pelo marxismo de seu entendimento da história através de etapas, Alberto Guerreiro Ramos não deixou de elogiar um aspecto da revolução russa: ela teria sido a revolução que a Rússia precisaria naquele momento de sua História. Lenin e seus correligionários teriam lido bem as condições objetivas de seu país e dela derivado uma teoria da ação que responsável por superar os problemas que se apresentavam. A revolução brasileira deveria ser o mesmo, mas no Brasil,

buscando, assim, solucionar seus problemas específicos. Ela viria a cumprir o papel de submeter a direção da economia nacional ao Estado, que por sua vez canalizaria o desenvolvimento para o interesse dos trabalhadores. A revolução nacional necessária não precisaria passar por um estágio de amadurecimento do capitalismo, pode substituí-lo por um socialismo de tipo estatal, afinal a história seria “[...] rebelde à teoria” (RAMOS, 196, p. 68). Advoga o autor:

A História não confirmou a hipótese de que o socialismo surgiria, de início, nos países de capitalismo maduro. [...] O socialismo assume cada vez mais, em nossa época, feição de método político e econômico, adequado para promover o desenvolvimento acelerado de nações onde o capitalismo ou não chegou a medrar, ou se encontra em condições ainda rudimentares (RAMOS, 1963, p. 73).

2.6 História do pensamento social e político brasileiro

Também na organização histórica do pensamento social e político feita por Guerreiro Ramos percebe-se a influência de Karl Mannheim, Alberto Torres e Oliveira Viana. Assim como os outros dois brasileiros, o sociólogo a canalizou para um fim político. Ele afirmou haver uma expressão do colonialismo brasileiro a ser superada, no campo da cultura, a partir de uma ideologia nacionalista entendida a através da interpretação que dera Mannheim ao conceito. O húngaro define-a como um conjunto de ideias que estariam “[...] adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam ‘organicamente’ e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período”. (MANNHEIM, 1986, p. 217). Enquanto intelectual do ISEB, Alberto Guerreiro Ramos procurou consolidar uma ideologia nacional-desenvolvimentista que fosse integrada às necessidades de seu tempo, dando sentido à transformação que ele percebia como em curso no Brasil desde a revolução de 1930.

Luiz Augusto Campos (2015), ao analisar o levantamento feito por Guerreiro Ramos dos autores que trataram das relações raciais no Brasil, destaca o modo como se dava

a relação entre infraestrutura e superestrutura no pensamento do autor:

Como Guerreiro repetiu inúmeras vezes, os problemas colocados para uma dada nação refletem o estágio de desenvolvimento de sua infraestrutura. Portanto, ele não enxergava a relação entre superestrutura e infraestrutura como uma via de mão única. Talvez, como a maior parte de sua geração, composta de “intelectuais mannheimianos” comprometidos com o desenvolvimento do país (Villas Bôas, 2006), Guerreiro conferia uma certa

precedência às forças econômicas infraestruturais, mas não a ponto de transformar a superestrutura em seu epifenômeno: [...] (CAMPOS, 2015, p. 104)

Embora julgasse necessárias alterações nas estruturas materiais de seu país para ser possível desenvolvê-lo, Guerreiro Ramos não entendia as ideias e a cultura como reflexo das mudanças econômicas. De modo semelhante a Alberto Torres, o sociólogo reivindicava a formação da consciência nacional como necessária para a mudança na estrutura social e econômica do Brasil. Igual ao seu antecessor, o autor percebia que as ideias tinham agência na transformação da realidade social e política.

De forma parecida com o procedimento realizado por Mannheim para formular o conceito de Ideologia e realizado por Oliveira Viana para estabelecer a sua metodologia objetiva do Direito, o autor recorreu ao pensamento social e político brasileiro para disso extrair sua teoria. Neste procedimento, Guerreiro Ramos se viu como parte de uma tradição nacional-estatista do país, a qual buscou organizar para tirar de suas contribuições conteúdo para os esforços que ele queria realizar no seu tempo. Ele almejava um Brasil autônomo, que se pensasse a partir de sua realidade e de suas próprias categorias. No campo econômico o país deveria gerir seu próprio desenvolvimento e, no político, necessitaria de um Estado forte, que condicionasse estes esforços para o aumento da qualidade de vida do povo. (frase muito confusa).

Na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995) este procedimento aparece pela primeira vez. Oliveira Viana foi indicado na obra como um dos autores que mais errou na compreensão sobre o negro no país. Diferente do que já havia feito Alberto Torres, o autor fluminense não teria entendido que no país o negro se confundiria com povo, sendo parte integrante do mesmo e não produto a ser superado. Com exceção desta referência negativa, Oliveira Viana recebeu de Guerreiro Ramos o título de primeiro sociólogo propriamente dito no Brasil. No mesmo texto em que o autor lamenta os erros sobre raça cometidos, ele também destaca que teria sido equivocado não convidar Oliveira Viana para ensinar quando se começou a abrir cursos de ciência sociais no país. Inserindo-se na tradição de autores que tinham uma relação crítico assimilativa com a ciência social estrangeira para formular uma sociologia nacional, Alberto Guerreiro Ramos se percebeu como espécie de herdeiro do autor fluminense. Ele refez a mesma linhagem delineada em *Instituições política brasileiras* (1999) e se colocou como o resultado da tradição perpetrada por Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana.

Em *O tema da transplantação na sociologia brasileira* (1995), Visconde de Uruguai foi colocado como o responsável por inaugurar a escola nacionalista de pensamento brasileiro. Estes autores foram os que, na história das ideias no Brasil, teriam se destacado por esboçar um pensamento vinculado à realidade nacional. Visconde de Uruguai teria sido crítico do transplante das instituições e Silvio Romero responsável pelo primeiro esforço de interpretação sociológica do Brasil. Alberto Torres teria o mérito de ter buscado formar via estrutura político-jurídica a nacionalidade, mas teria errado ao achar que a mesma podia se formar artificialmente de cima pra baixo. Já Oliveira Viana teria consolidado os esforços em uma interpretação original e sociológica do Brasil. Todavia, Guerreiro Ramos criticou todos eles por não terem circunscrito a condição de formação nacional à criação de um capitalismo local. O autor condena a metodologia de Oliveira Viana por observar apenas fatores superestruturais e psicológicos, fazendo-o atribuir o fracasso das transplantações a questões de costumes locais e caráter. Fatores matérias também precisariam ser considerados:

[...] na verdade, a transplantação no Brasil e nos países de formação semelhante tem sido um fato normal e inevitável decorrente da interação de fatores objetivos, em que ressaltam os econômicos, os quais foram negligenciados por aqueles autores. (RAMOS, 1995, p. 282)

Em *Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil*, o autor (1995) submeteu a História à possibilidade de autonomia dos povos, ressaltando que apenas sob condições objetivas seria possível um esforço de teorização que alterasse o quadro nacional: “A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta da cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais.” (RAMOS, 1995, p. 35). Para ele, a situação colonial para manutenção da exploração econômica se aliaria a outras formas de dependência, como a assimilação e aculturação. Nesse quadro, o colonizado teria condições limitadas de identificação com a sua circunstância histórica imediata e, por isso, adotaria critérios exógenos que não se acomodariam com a sua realidade. O papel do sociólogo seria o de entender sua tradição nacional para permitir a consciência geral sobre os problemas autóctones, justamente o que Guerreiro Ramos tentou fazer.

Em *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias*²⁴, Alberto Guerreiro Ramos (1995) ampliou sua história do pensamento brasileiro para pensar não só a formação de uma sociologia nacional, mas para explicitamente extrair dela uma teoria política para a nação, tal como pretendido por Alberto Torres e

²⁴ Originalmente o texto foi uma palestra dada em 1955 na Faculdade Nacional de Filosofia.

Oliveira Viana. Nele, o autor parte dos conceitos de Idealismo orgânico e Idealismo utópico para discordar do autor *Instituições Políticas brasileiras*. Para Guerreiro Ramos, o idealismo utópico nem sempre teria sido decorrência da imitação, ele estaria quase sempre aliado às tendências positivas da evolução da sociedade. São essas tentativas de teorização da realidade nacional “[...] orientadas no sentido de possibilitar sua melhor conformação ou de dominar o processo de crescimento da sociedade nacional.” (RAMOS, 1995, p. 80) que ele se dedicou a expor no texto.

Informado historicismo de Mannheim, Guerreiro Ramos compreende que seria preciso extrair o significado das ideias no momento em que ocorreram, uma vez que as tentativas de teorização política no Brasil refletiriam o grau de consciência possível em cada momento. Ele explica que Republicanos de 1870 e os positivistas não teriam percebido as contradições econômicas de sua época, exprimindo, então, as aspirações de estratos superiores da classe média. Este último, aliado com o processo de expansão industrial representava o processo de desenvolvimento da sociedade nacional. O movimento positivista teria sido o primeiro a colocar a teorização como fundamental para formular a ação política. Já Silvio Romero mereceria os louros por seu esforço persistente em respaldar sua ação em uma teoria da sociedade brasileira. No final da palestra o autor concluiu qual o rendimento de todos estes processos para a política:

O golpe de 1889; Sylvio Romero, no período republicano; a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910; os movimentos revolucionários de 1922 e 1924; a Coluna Prestes e 1930 são marcos da revolução da classe média contra a burguesia latifundiária e mercantil. (RAMOS, 1995, p. 98)

O interesse para Guerreiro Ramos ao analisar o decorrer das ideias políticas no Brasil foi semelhante ao de Mannheim ao estudar o desenvolvimento histórico do conceito de Ideologia e de Oliveira Viana ao levantar as metodologias do Direito que o antecederam. Os três pretenderam compreender as ideias em seu tempo e o papel que desempenharam nele. Com a realização deste procedimento, Guerreiro Ramos buscava entendê-las como progressistas na medida em que teriam buscado afastar o Brasil dos interesses arcaicos da sociedade, representados pelos latifundiários contrários a formação de uma indústria nacional autônoma.

3.7 Conclusão

Alberto Guerreiro Ramos marca um momento do ISEB no qual as teses apresentadas por Hélio Jaguaribe já tinham sua interpretação à esquerda. Ao mesmo tempo, o período de atuação do sociólogo no instituto antecede à fase na qual o marxismo teria ganhado força. Enquanto intelectual do ISEB e deputado pelo PTB, Guerreiro Ramos se caracterizou pela busca de um modelo econômico, social e também cultural para o Brasil que permitisse a democratização, na medida em que dava ao povo agência nos processos de mudança.

Sua redução sociológica e sua crítica ao transplante desenvolveram os enunciados de Alberto Torres e de Oliveira Viana de modo a evidenciar a necessidade de uma visão do Brasil por si. A contribuição de Karl Mannheim deu a esta sociologia um radicalismo histórico, onde não bastaria só entender o país, mas compreendê-lo no momento estudado, tanto para ver suas continuidades com o passado, quanto para notar as diferenças. Guerreiro Ramos não se conteve apenas no esforço de compreensão do Brasil, ele se via ao mesmo tempo como intelectual e ator político, preocupado em apreender a transformação em curso no seu tempo a fim de servir-lhe como agente. Além de recorrer à História para a formulação de uma sociologia brasileira que compreendesse os problemas nacionais, Alberto Guerreiro Ramos fez também política, uma vez que assumiu posição nos conflitos colocados, propondo resolvê-los com sua sociologia historicista.

3. O SENTIDO DO COMUNISMO: NELSON WERNECK SODRÉ E A HISTÓRIA NACIONALISTA E MARXISTA BRASILEIRA

3.1 Introdução

Este capítulo irá analisar a relação entre História e política na fase isebiana da produção de Nelson Werneck Sodré. O itinerário será analisar primeiramente o conceito de história que perpassa a obra do autor, depois expor as relações dele com o comunismo internacional, com o PCB e com a tradição de pensamento sobre o Brasil. No último ponto, a ênfase será dada aos autores dos anos 1930. Segue-se a direção indicada por Wanderley Guilherme dos Santos (1970) de que os conceitos que orientaram a imaginação política brasileira no decorrer século XX foram desenvolvidos e enfatizados por intelectuais e atores daquele período da história nacional.

O capítulo também analisará a interpretação do Brasil elaborada por Nelson Werneck Sodré e o projeto político que dela deriva. A hipótese que se busca sustentar é a de que o autor junta a tradição de pensamento que Christian Lynch (2014) chama de “Nacional periférica” com o comunismo internacional, criando uma versão marxista da primeira.

Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 no Rio de Janeiro, formou-se em 1933 na Escola Militar de Realengo e na Escola do Comando e Estado-Maior do Exército em 1946. Em 1955 passou a atuar como professor de História do Brasil do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em 1962, tornou-se chefe da cadeira de História onde ficaria até o fechamento do instituto em 1964.²⁵

3.2 O conceito de história em Nelson Werneck Sodré

A história era, para Nelson Werneck, o fundamento de sua teoria. Tudo deveria ser entendido situacionalmente em seu contexto, tanto as ideias dos autores, como os seus conceitos: “[...] o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história, e por isso mesmo que é história” (SODRÉ, 1963, p. 167). Por isso, é necessário definir os pressupostos do conceito de história em Nelson Werneck Sodré para compreender suas análises e diagnósticos sobre o Brasil. Embora se trate de um autor original, profícuo e que desenvolveu muitas ideias próprias, não se deve desprezar o fato de ter sido marxista e filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Em *A ideologia do Colonialismo* (1961), Nelson Werneck elogiou Euclides da Cunha por ter reconhecido que foi com Marx

²⁵ Informações extraídas do verbete do Dicionário Histórico biográfico da Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre

que ciência e socialismo teriam se unido. Também não é incomum em seus textos a referência aos pressupostos do marxismo como enunciados gerais científicos que serviriam para pensar qualquer realidade. O autor estava inserido em uma tradição particular de pensamento, por isso, suas ideias são melhor entendidas se pensadas dentro deste paradigma. A seguir, serão expostas algumas questões centrais do filósofo Karl Marx que parecem ter repercutido particularmente em Nelson Werneck Sodré.

Em *Crítica da filosofia do Direito de Hegel* (2005), Karl Marx esboça seu pensamento de base materialista através da discordância com o pensamento político filosófico de Hegel. O filósofo se opõe à suposição de que existiriam ideias que se naturalizariam no real, negando haver camadas abstratas de pensamento que se fariam realizar no mundo. As ideias só teriam sentido dentro da História, sendo construções sociais que expressariam um determinado ponto de vista e apresentariam uma visão de mundo correspondente aos momentos de suas formulações. Deste ponto de vista materialista, seria o ser que determinaria a consciência.

Marx parte da dialética hegeliana e desenvolve uma filosofia da História na qual o conflito de ideias é transformado em luta de classes. A tese seria a classe social que estaria no poder e, que, por sua vez, teria sua antítese. Do conflito entre as duas surgiria uma síntese. Para Marx, o proletariado era visto como a única classe que, quando posta no poder, não geraria contradição. Logo, o produto da tensão entre burgueses e proletários seria o comunismo, *telos* desta teoria da História.

Em Nelson Werneck Sodré, assim como em Marx, a História se moveria através de um conflito entre classes, no qual uma derrubaria a outra sucessivamente. Nelson Werneck concorda com as análises de *O capital* (2013) sobre a acumulação primitiva e processo de colonização europeu. A Introdução de seu livro *Formação histórica do Brasil* (1967) consiste em uma descrição da história europeia, com ênfase na Península Ibérica, até a chegada dos Portugueses na América. As análises do autor ganham maior originalidade quando ele se debruça sobre a História do Brasil, tema a ser analisado na próxima parte deste capítulo.

Outro ponto importante da teoria da História de Nelson Werneck é a problemática dos modos de produção. Seu diagnóstico da existência de relações feudais ou semifeudais no Brasil partiram de um amalgama das teses marxistas e sua recepção de debate já existente no pensamento político e social brasileiro. Para Sodré, o desenvolvimento da História estaria vinculado ao avanço de forças produtivas e ao desenvolvimento de novas tecnologias para a produção. Na medida em que essa evolução ocorresse, ela geraria impactos sociais responsáveis por modificar as bases sociais e políticas da comunidade. O autor concebeu que haveria um desencadeamento evolutivo dos modos de produção, do menos para o mais

desenvolvido. Assim, do escravismo seguir-se-ia o feudalismo, a ser superado pelo capitalismo. Na sua análise da História do Brasil estes pressupostos ganharam desenho original.

3.3 O comunismo internacional e sua importância no pensamento de Nelson Werneck Sodré:

A História do pensamento político de Nelson Werneck Sodré se confunde com a história do marxismo no Brasil, contudo, não com ela toda. Faz sentido, então, esboçar uma breve narrativa de como uma ideologia de origem cosmopolita como o marxismo ganhou conteúdo nacionalista.

Para além do próprio Karl Marx, o intelectual e ator político comunista que parece mais influente no Brasil – e, conseqüentemente, no pensamento de Nelson Werneck Sodré – é Lenin, principalmente a partir de seus textos *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1984) e *Que fazer?* (s.d.). Do primeiro, os comunistas brasileiros se informaram principalmente do conceito de imperialismo e de colônia. Já do segundo, foram recepcionadas no Brasil a concepção de vanguarda e o método de organização do partido revolucionário.

Escrito em 1916, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1984) o seu autor se dedicou a compreender a fase em que o capitalismo se encontrava em sua época. Na análise de Lenin, o modo de produção o teria se transformado em um sistema global de subjugação de colônias por um número reduzido de países. Desse modo, o próprio crescimento delas seria sufocado pelas potências centrais. Com o avanço do capitalismo, os países imperialistas que almejassem continuar se expandindo, teriam passado a precisar explorar não só o seu proletariado interno.

O intelectual comunista acreditava que a História do capitalismo era a História da formação do monopólio e da financeirização do mundo. Para o autor, o sistema econômico teria seguido três fases. Na primeira, das décadas de 1860 até 1870, ele teria experimentado a livre concorrência, a partir de 1873 já existiria a formação de cartéis e seu conseqüente monopólio. Finalmente, do fim do século XIX até o início do século XX os cartéis teriam se tornado a base de toda a economia capitalista, transformada nesta fase em imperialismo.

Na transição do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista os bancos passariam a atuar como principais agentes do capital. Começaria então a haver uma tendência de concentração de investimentos em poucos bancos que, acabariam por controlar o capital, uma vez que seriam eles que concederiam o crédito. Para Lenin, a formação de um capitalismo financeiro na qual os bancos controlam o capital seria uma característica

fundamental do imperialismo, substituindo da exportação de mercadorias pelo de capitais. Esta seria feita para as colônias, na medida em que o capitalismo crescesse excessivamente nos países centrais, seria preciso alocar recursos nos periféricos. Isto geraria uma disputa entre os países capitalistas pela partilha do mundo e pela conseqüente manutenção de seus respectivos monopólios. Nas palavras de Lenin:

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENINE, 1984, p. 40)

O dirigente comunista diagnosticou que o capitalismo estaria em nova fase parasitária, na qual os países imperialistas se manteriam pela exportação de capitais para as colônias exploradas. As nações dominantes se tornariam credores dos países subalternos, gerando um crescimento agregado do capitalismo como um todo, mas que cada vez mais se mostraria desigual e dependente. Os países em condição colonial teriam seu crescimento associado ao dos países centrais.

Sintetizando o argumento de seu texto, Lenin afirma o seguinte:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LENINE, 1984, p. 42)

Que fazer? (s.d.) foi publicado originalmente em 1902, antes do texto sobre o imperialismo e antes da Revolução Russa de 1917. A preocupação fundamental do dirigente comunista nesse texto era fazer uma espécie de manual do partido revolucionário para orientar o movimento que estaria por vir. Para tanto, Lenin levantou a ideia do partido como vanguarda que guiaria as massas para a sua libertação. Crítico das concepções espontaneístas, defensoras da mobilização das lutas de acordo com o que estaria posto na dinâmica específicas dos trabalhadores, Lenin advogava que a consciência deveria ser imputada de fora

do movimento operário. Seria o partido que guiaria o proletariado para entender o seu verdadeiro interesse, uma vez que este era o ilustrado pelas concepções científicas fornecidas pelo marxismo.

Para Lenin, se o proletariado fosse deixado por si nunca transcenderia o sindicalismo ordinário e imediatista, as greves jamais ultrapassariam sua condição meramente econômica, de demandar melhores salários e condições. O que a vanguarda seria capaz de orientar as massas para uma revolução social e política, capaz de leva-la para uma outra forma de vida em sociedade. Tal parece ter sido o impulso que orientou a revolução que aconteceu na Rússia em 1917 e que criou um paradigma que se exportou para fora do país. Não à toa que intelectuais e militantes de esquerda brasileiros viriam a formar em 1922 um partido comunista no Brasil.

Nelson Werneck Sodré apareceu como intelectual importante na fase nacionalista e de frente ampla progressista do PCB, contudo esse período não marca a história do partido como um todo. Segundo Raimundo Santos (1991) foi a partir do suicídio de Getúlio Vargas que o Partido Comunista do Brasil se viu obrigado a diferenciar as forças não comunistas internas e compor com os setores tidos como progressistas. Antes disto, ele teria posição sectária, contrária a Getúlio Vargas e de fundo cosmopolita, considerando pouco importantes as análises das questões internas para fazer a revolução no país. Expressão destes juízos são os escritos de Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil.

No texto de 1931 *Manifesto da Contrarrevolução* (1979) aparece a crença do autor de que os problemas que o Brasil estaria atravessando não seriam peculiaridades do país, mas problemas derivados de sua inserção em uma lógica internacional. Os pontos que mereceram a consideração do autor foram o latifúndio, o imperialismo e a questão do trabalho. Para o primeiro, Astrojildo enunciava tratar-se de problema geral dos países na mesma etapa de desenvolvimento que o Brasil; sua solução não estaria na mudança do estatuto jurídico da terra, mas no desenvolvimento das forças produtivas a fim de dar cabo de resquícios atrasados. O segundo problema parte do diagnóstico de que a Nação seria uma colônia explorada por países de Civilização geológica. Os Estados Unidos da América e Inglaterra extrairiam ferro, carvão e petróleo das colônias para o seu próprio desenvolvimento.

Astrojildo Pereira enxergava a partir de concepção clássica do marxismo, na qual o Estado era visto como o representante dos interesses da burguesia. Portanto, este seria incapaz de emancipar o trabalhador. Em texto de 1934, intitulado *Campo de batalha* (1979), o militante do PCB criticou a forma como o governo de Getúlio Vargas lidou com a questão do trabalhador. Para ele, a revolução de 1930 foi um movimento fascista e antirrevolucionário na

qual o liberalismo foi mera demagogia. O autor acreditava haver no Brasil um conflito entre os setores latifundiários e industriais, todavia, eles se uniriam contra os movimentos revolucionários. Assim, o corporativismo que emergiu no governo de Getúlio Vargas foi percebido por Astrojildo Pereira como uma forma de fascismo, responsável por mascarar dos verdadeiros interesses dos trabalhadores. Na visão deste intelectual comunista o mundo estaria caminhando progressivamente para o socialismo e o PCB, enquanto representante deste movimento da História, seria seção do Partido Comunista da União Soviética.

Segundo Marcos Del Roio, (2000), a figura que exprime a mudança de postura no PCB é Luiz Carlos Prestes. Para o autor, o ex-tenente teria aderido ao PCB após ver frustrada a sua tentativa de organizar um Liga de Ação revolucionária. Ele teria sido responsável por liderar a disputa por hegemonia dos seus seguidores dentro do partido, fazendo com que novas pautas e interpretações ganhassem força no PCB. Da mistura do positivismo militar com o comunismo teria surgido a defesa do Estado forte, do industrialismo e do combate ao latifúndio. Tal como verifica Del Roio (2000) a ânsia por uma sociedade economicamente desenvolvida, regulada pela ciência e pela objetividade e dirigida por um Estado forte, seriam questões comuns ao stalinismo e ao positivismo. Nas palavras do autor:

[...] importante é notar que a visão de revolução prospectada por essa tendência almejava a construção de uma moderna economia industrial e um forte Estado nacional capaz de agir no combate à miséria e ao atraso cultural, bandeiras comuns do stalinismo e do positivismo. Num primeiro momento, supunha a construção de alguma forma de capitalismo de Estado em condições de garantir a soberania nacional no cenário mundial e constituir uma alternativa nacional-popular de progressão histórica fundada na valorização da força de trabalho. Até pelas circunstâncias da época houve dificuldades em se pensar a organização do processo democrático dentro de um moderno Estado de direito parlamentar de cidadania ampliada, mas isso se deveu principalmente ao fato da questão nacional, definida no seu confronto com o imperialismo, juntamente com a identificação do latifúndio feudal como a causa decisiva do “atraso” do país, constituir o cerne teórico-político dessa concepção de revolução. (DEL ROIO, 2000, p. 88 e 89)

Para João Quartim de Moraes (1998), o documento que demonstraria a passagem do comunismo brasileiro para o nacionalismo foi um discurso de Luiz Carlos Prestes proferido em 23 de maio de 1945. Nele, o dirigente deixava de defender a derrubada do Estado para defender reformas nas quais o interesse do povo e da nação se encontrassem. Para João Quartim de Moraes (1998) teria sido aí que surgira pela primeira vez a concepção de revolução brasileira como processo de caráter social-democrático e nacional. Entretanto, a mudança no contexto histórico nos anos seguintes teria sido responsável por uma “guinada à esquerda” (MORAES, 1998, p. 219) por parte do PCB. Explica o autor:

Tanto o agravamento do confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos quanto o triunfal avanço das forças revolucionárias na imensa China, botando para correr o sanguinário ditador Chang Kai-Chek, contribuíam decisivamente para reforçar a desafeição dos comunistas brasileiros pelas instituições liberais burguesas. De nada lhes valera haver respeitado escrupulosamente as regras. Elas haviam sido mudadas para excluí-los. O exemplo de Mao Tsé-Tung, de outro lado, trazia um exaltante convite à ação: na ponta do fusil, os camponeses estavam realizando a reforma agrária e completando o “cerco das cidades pelo campo” (1947-1948). (MORAES, 1998, p. 219)

A carta de janeiro e o Manifesto de agosto de 1948 se caracterizariam por uma visão do Estado como superestrutural e, logo, expressão dos interesses das classes dominantes. Getúlio Vargas era criticado por não ter rompido com a lógica colonial do Brasil e nem com as relações análogas às feudais existentes no campo. Defendia-se a tomada de poder via ruptura institucional para pôr fim à democracia burguesa e encaminhar o país para o comunismo. A concepção democrática presente no discurso de Prestes em 1945 só retornaria após o suicídio de Getúlio Vargas. A partir daquele evento, os comunistas teriam passado a ver a possibilidade de aliança com o trabalhismo, uma vez que ambos tinham na União Democrática Nacional inimigo comum.

No XX Congresso do Partido Comunista Soviético esta reorientação do PCB foi petrificada em documento oficial. Em documento conhecido como a “Carta de 1958”, o Partido Comunista do Brasil passou a defender explicitamente uma via não sectária e pacífica de revolução. As pautas principais do PCB passaram a ser a luta contra Imperialismo dos Estados Unidos da América e a defesa desenvolvimento econômico por moldes nacionalistas e democráticos. Antes de uma revolução socialista, o Brasil precisaria de uma revolução nacional-democrática e antifeudal²⁶. Nesta leitura, o desenvolvimento capitalista foi percebido como interesse do povo e do proletariado como um todo²⁷. Lê-se no documento:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. (LOWY org., 2006, p. 227)

²⁶ “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. (LOWY org., 2006, p. 226)

²⁷ “O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano”. (Idem, p. 228)

É nesta fase da história do PCB que Nelson Werneck Sodré apareceu como intelectual importante do Partido, segundo Marcos Del Roio (2000), ele era um dos intelectuais comunistas mais influentes e produtivos da época. João Quartim de Moraes (2000), ao tratar do Programa Nacional Democrático do PCB, coloca Nelson Werneck Sodré como “[a] expressão teórica mais completa do programa”. (MORAES, 2000, p. 162). De fato, é possível sustentar a partir das leituras das obras isebianas do autor a hipótese de que ele juntou as leituras e concepções sobre o Brasil que já carregava anteriormente com o as teses defendidas pelo seu partido à sua época. Portanto, Sodré compreendeu a história do Brasil por uma chave que era ao mesmo tempo comunista e nacionalista.

Nelson Werneck Sodré partiu das análises de Lenin sobre o imperialismo, mas as fundiu com o programa nacional-democrático do PCB e com o seu próprio nacionalismo tenentista. O autor buscou um modo brasileiro de romper a relação de dependência do seu país com o capitalismo na sua fase imperialista e parasitária das colônias, tal como analisado pelo dirigente comunista russo. A defesa do industrialismo presente nos textos de Sodré era uma forma de resistência ao capital financeiro internacional, na medida que gera desenvolvimento interno, sem a necessidade do capital estrangeiro de rentistas.

De acordo João Quartim de Moraes (1991), os dois conceitos fundamentais de Lenin e de Stalin que orientaram o pensamento comunista no Brasil seriam os de tática e de estratégia. A diferença entre os dois é que o primeiro diria respeito aos objetivos que deveriam orientar a ação do partido dada a conjuntura imediata e o outro seriam as estratégias de longo prazo. Em Nelson Werneck Sodré o desenvolvimento capitalista era a tática e a revolução comunista a estratégia. Outra noção analisada por João Quartim de Moraes (1991) foi a “etapa”. Sodré compreendia a partir de suas leituras sobre o Brasil e do programa nacional-democrático do PCB, que, na etapa em que o país se encontrava, era precisa realizar a revolução burguesa no país.

Influenciado por Lenin, Nelson Werneck queria produzir consciência revolucionária nas massas. Ele se pôs no lugar de vanguarda para guiar os interesses das massas. Seus escritos foram um esforço teórico de dar sentido para o movimento que ele acreditava ser necessário em sua época. Entretanto, Sodré não é influenciado somente pelo comunismo internacional ou pelo PCB, ele se inseria na derivação socialista da tradição nacional-periférica do Brasil.

3.4 O nacionalismo e sua importância no pensamento de Nelson Werneck Sodré

Geralmente, os trabalhos sobre a obra de Nelson Werneck Sodré percebem o marxismo e o comunismo internacional como variáveis explicativas de suas ideias. A obra do autor é posta em função das ideias comunistas estrangeiras ou de sua recepção pelo PCB. Nesta linha interpretativa, é como se houvesse uma função na qual o comunismo internacional é o X e a obra de Nelson Werneck Sodré é o Y dela derivado. Contudo, ao inserir-se a tradição de pensamento nacionalista brasileiro – que antecede ou não está ligada diretamente ao comunismo brasileiro – como variável de controle do modelo, percebe-se que a primeira hipótese não se sustenta. Marcos Del Roio (2000) aponta crítica em direção semelhante:

Evidente que o núcleo da reflexão de Sodré está condicionado pelas múltiplas injunções da época histórica que sugeriam a indefinição do desenlace da revolução burguesa no Brasil, e essas incluíam os influxos do reformismo krusheviano no movimento comunista e as condições históricas do próprio marxismo no Brasil e no mundo. Agora, identificar pura e simplesmente, sem qualquer nuance, a reflexão de Nelson Werneck Sodré sobre a formação social brasileira e o tema da revolução, com a chamada tradição terceiro-internacionalista e aos documentos políticos do PCB, é incorrer no reducionismo ou esquematismo de que o acusam. Isso porque, embora Sodré — como marxista que é — enfatize a dimensão do econômico, sua análise, como se procurou sugerir, transcende o economicismo presente em vários documentos políticos do PCB, assim como a percepção meramente instrumental do fazer política. (DEL ROIO, 2000)

Nelson Werneck Sodré foi um autor comunista e, certamente, as ideias dessa corrente de pensamento influiriam nas suas interpretações. Porém, elas não explicam sozinhas as concepções do autor. Algumas de suas ideias, comumente associadas às influências exógenas, são melhor compreendidas à luz de autores nacionais com os quais Nelson Werneck dialogava.

Como já apresentado no capítulo anterior deste trabalho, Wanderley Guilherme dos Santos (1970) discorre sobre formação de um pensamento nacionalista brasileiro que, na década de 1930 ganhou maior projeção a partir de leituras como as de Alberto Torres e Oliveira Viana. A geração daquela década recepcionou de forma diversa as obras destes autores. Eles foram recepcionados tanto por conservadores e fascistas – como Miguel Reale e Plínio Salgado – quanto por autores que se consideravam à esquerda no espectro político, como Francisco Martins de Almeida, Francisco Pontes de Miranda e Virgínio Santa Rosa. Passou a haver, então, uma complexificação ainda maior da tradição de pensamento

nacionalista brasileiro, tendo, com estes intelectuais, derivações tanto à esquerda quanto à direita no espectro político brasileiro²⁸.

É deste caldo cultural que Nelson Werneck Sodré se valeu. Influenciado de um lado pelo nacionalismo crescente e de outro pelo comunismo, o autor desenvolveu a sua própria interpretação histórica do Brasil, crítica ao latifúndio e tendo o povo como agente da revolução brasileira. Ao analisar as obras anteriores à fase propriamente isebiana de Nelson Werneck percebe-se que ele era leitor do nacionalismo dos anos 1930. Tal como apresenta Paulo Cunha (2002) não se pode desprezar a influência do tenentismo no pensamento deste autor. Assim como Luiz Carlos Prestes, Nelson Werneck Sodré tinha formação militar e o positivismo oriundo deste setor social também teria influenciado o seu industrialismo. Ele era entusiasta do movimento tenentista, que dentre os seus representantes teve derivações à direita, com Góis Monteiro e à esquerda com Virgínio Santa Rosa.

O sentido do tenentismo de Virgínio Santa Rosa (1976), publicado originalmente em 1933, é expressão da derivação socialista do nacionalismo brasileiro. Não à toa quem fez o prefácio do livro na terceira edição foi Nelson Werneck Sodré. Nele, o autor comunista apresenta que o atraso das Ciências Sociais no Brasil geralmente se explicaria pelo fato de não se ter instrumental teórico adequado para compreender os eventos logo após seu acontecimento. Contudo, o livro de Santa Rosa seria exceção.

Na análise de Sodré, a essência do movimento tenentista estaria na ascensão da burguesia brasileira e na sua luta contra o domínio da classe latifundiária (ROSA, 1976, p. XVII). A República teria sido o início desse processo, mas a política dos governadores teria interditado as possibilidades de outras camadas alcançarem a representação política nas instituições. O tenentismo era a tentativa de alteração desse quadro por via armada. Na crise de 1929 teria se aberto a possibilidade do movimento se unir com outras forças, o que teria ocasionado a revolução de 30. Posteriormente, o tenentismo foi derrotado, perdendo progressivamente seu sentido. Segundo Nelson Werneck Sodré, o livro de Virgínio Santa Rosa inovou por ser uma obra que, além de descrever fatos, apresentava uma interpretação original sobre o período da História republicana e sobre o movimento tenentista. O livro seria uma espécie de obra pioneira da sociologia política brasileira.

²⁸ A ideia de diferentes tipos de tradições nacionalistas no Brasil não é original deste autor, mas de Christian Edward Cyril Lynch. Em aula de curso dado no IESP-UERJ sobre o Pensamento político entre os anos 1930 e 1937, o cientista político desenvolveu uma tabela na qual encaixou diversos autores do pensamento político brasileiro por tradições de pensamento. Duas delas seriam o nacionalismo socialista não marxista e o nacionalismo socialista marxista, analisadas neste trabalho. Infelizmente essas ideias ainda não foram publicadas pelo autor, mas se segue aqui a orientação dada por ele. Este trabalho é fundamentalmente um esforço de desenvolver esta interpretação do pensamento político brasileiro desenvolvida por Christian Lynch, que certamente o faria de forma muito mais brilhante.

No livro, Virgínio Santa Rosa afirma que o Segundo reinado seria sustentado por força de trabalho escrava enquanto sua classe dominante era a aristocracia rural e seus filhos bacharéis. A abolição teria arruinado tal classe e feito a burguesia ascender. Iniciar-se-ia, assim, a política de expansionismo econômico e industrial. Com a queda do latifúndio, a burguesia teria dominado a política do país. A partir daí teriam se formado os setores médios que passariam a reivindicar direitos.

Desde início da República existiam dois grupos antagônicos. O primeiro, seria a Burguesia, que era percebida como alta burguesia devido ao pouco desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ela possuiria poder devido à posse de latifúndios e da “máquina de poderosas oligarquias política” (ROSA, 1976, p. 28). O segundo seria a Pequena Burguesia, confundida com o proletariado, por conta da “[...] miséria da nossa existência material.” (ROSA, p. 28). Na república, o governo foi percebido por Santa Rosa como separado das massas urbanas. As políticas adotadas só corresponderiam aos interesses dos donos de latifúndios e de fábrica, isto faria com que os setores médios, indignados, buscassem formas violentas de reivindicar seus interesses.

Na análise do autor, que escreveu no calor do movimento tenentista do qual participou, as classes médias rurais estariam em um estado de subordinação econômica que as fariam consentir com as oligarquias locais. Semelhante a Nelson Werneck Sodré, Virgínio Santa Rosa acreditava que a situação das oligarquias no Brasil era análoga às do feudalismo: “No cenário inculto dos trópicos, o senhor dos latifúndios prolongava a existência do barão feudal. “ (ROSA, 1976, p. 30). Neste enquadramento, o voto é posto como ato de vassalagem: “A pragmática medieval ressurgia assim, transfigurada, no nosso solo democrático. “(ROSA, p. 30).

Santa Rosa percebia as oligarquias como responsáveis pelo atraso do Brasil, ao qual ele se refere como “medievalismo econômico” (ROSA, 1976, p.34). Elas teriam impedido que no país se seguisse a via de ascensão das classes médias via sindicatos e cooperativas, tal como teria ocorrido na Europa. A plutocracia, composta de industriais e latifundiários, seria míope para a elevação social constante dos setores médios. Segundo o autor, se ela tivesse sido sensibilidade para as demandas da pequena burguesia, o conflito poderia ter se resolvido de forma harmoniosa.

Os setores médios, acreditando ser impossível que suas demandas fossem atendidas pelas oligarquias, teriam tentado primeiro formas não violentas, todas frustradas. A eleição de deputados teria falhado porque o sistema era corrompido, não permitindo sua entrada. Pelo mesmo motivo, eles teriam falhado em obter uma reforma do sistema eleitoral. Percebendo as

vias institucionais como inviáveis, os setores médios tentariam adquirir direitos políticos por via armada. Este seria o sentido das revoluções dos anos 1920, explica o autor:

As forças novas que surgiam, mascaradas em aspirações democráticas, exigiam representação política. Sob esse aspecto único de representação das minorias urbanas, o voto, contrariando a observação de Oliveira Viana é um dos nossos principais problemas. É uma porção imensa de nossa população que força sua entrada nos quadros políticos... Mas os governos não puderam ou quiseram compreender isso. (ROSA, 1976, p. 42)

Os grupos liberal-democratas das oposições regionais teriam se unido com militares indisciplinados (nascidos nos meios das classes médias) no desejo de derrubar as velhas oligarquias. A reação delas teria vindo quando Arthur Bernardes decretou estado de sítio, fazendo com que os movimentos de 1922, 1924 e 1926 fossem facilmente derrotados.

Dois setores da oligarquia conviveriam sem grandes conflitos até a sucessão presidencial de Washington Luís. Um deles seria composto por Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais e o outro por São Paulo e seus aliados. A desunião deles foi vista como positiva por Virgínio Santa Rosa. A aliança liberal teria acolhido no seu discurso as reivindicações dos setores descontentes com as políticas oligárquicas, preparando a alteração do quadro. Depois do resultado eleitoral, a revolução, agora com base para ocorrer, seria percebida pelos derrotados como único recurso capaz para alterar o estado das coisas.

Com a vitória da revolução de 30, os grupos que haviam se unido para fazê-la teriam passado buscado trajetórias próprias. Da desunião teria surgido duas correntes antagônicas. A primeira, composta pelas antigas oposições regionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e pelo Partido Democrático Paulista, queria realizar apenas as reformas de natureza política. Já a segundo, dos ex-combatentes das revoltas da década de 1920, desejava grandes transformações sociais. Na associação entre grupos político e classes sociais feita por Santa Rosa, o primeiro grupo representaria a alta burguesia e o segundo a pequena.

Para o autor, o equívoco dos revolucionários teria sido não perceber que a revolução necessária seria mais profunda e demandaria conhecimento mais profundo da realidade nacional. A ausência de boa interpretação do Brasil teria gerado criações exóticas e artificiais. Virgínio Santa Rosa considerava infantil a pretensão do tenentismo de exigir a ausência da política para uma administração que regenerasse moral e financeiramente o país. Na análise do autor, o que existiria naquela fase do país era a luta interna de dois grupos da plutocracia (composta pelas oligarquias industrial e territorial) ao mesmo tempo em que ascendia a pequena burguesia.

O movimento tenentista conceberia que a ditadura deveria durar até que mudanças profundas fossem realizadas. Todavia, as oligarquias almejavam apenas que a Assembleia constituinte realizasse reformas pontuais no sistema político. O tenentismo, de orientação socialdemocrata representativa das classes médias, desejava um capitalismo moderado pequeno burguês. O código eleitoral elaborado não teria correspondido aos interesses destes. O problema seria a opressão das massas urbanas pelas massas rurais. O sistema majoritário com chapas distritais e número limitado de componentes permaneceu depois das reformas, fazendo com que a base social do tenentismo continuasse sem a representação política que a sua posição na realidade nacional a faria merecer.

Para Virgínio Santa Rosa, o latifúndio e sua força impediriam o aumento da participação de outros setores no país. Ele defendia que, se o sistema fosse proporcional, diminuiria o desperdício de votos, fazendo do parlamento lugar de representação popular. O autor acreditava que desta maneira seria possível sustar o protagonismo que as oligarquias locais teriam desde a Constituição de 1891.

As oligarquias teriam se levantado para impedir que a revolução fosse além de questões formais de direito, procedimentos e de administração. Sentindo ameaçados seus interesses comuns, São Paulo e Minas Gerais teriam se unido com o Rio Grande do Sul. Santa Rosa percebeu esta união como uma aliança reacionária contra os avanços que o tenentismo traria para o Brasil. Para o autor, a Revolta Paulista de 1932 seria represália plutocrática que tentou anular as conquistas que os setores médios teriam alcançado no governo de Getúlio Vargas.

O autor acreditava que o progresso do qual o tenentismo seria expressão era um processo inevitável, associado ao surto industrial do Brasil. O país estaria atingindo uma fase de sua evolução que convergia para o sentido da civilização ocidental. Santa Rosa enxergava causalidade entre o progresso das condições materiais do Brasil e o ingresso de novos grupos na participação política.

A posição ambígua de equilibrar forças antagônicas adotada por Vargas impediria que o tenentismo se tornasse hegemônico. Todavia, o então presidente teria seus méritos. Ele foi considerado pelo autor um homem providencial, adequado à fase que o Brasil se encontrava. A falta de imposição de sua personalidade na política teria permitido que o país seguisse seu curso natural.

Virgínio Santa Rosa termina o livro apresentando o latifúndio como o impedimento principal da participação política das massas rurais, uma vez que esta estrutura fundiária seria sustentáculo de todas as forças reacionárias regionais. A primazia do latifúndio faria com que

as cidades do interior tivessem sua vida industrial e comercial reduzida. Ele também impediria, pela sua extensão, que outras moradias e cidades se desenvolvessem. Para o autor, o latifúndio já teria cumprido sua missão histórica de completar a tarefa do Bandeirismo de expansão territorial. O Estado deveria intervir nas grandes propriedades de terra, confiscar as improdutivas e entregar seus lotes aos trabalhadores agrícolas. Feito isto, as pequenas propriedades gerariam uma classe média rural mais independente, aumentando a possibilidade de comércio locais. Em outros termos, o que Virgínio Santa Rosa defendia era uma reforma agrária no Brasil: “Assim, com uma reforma agrária que consulte os interesses fundamentais do país, o homem brasileiro será integralizado na economia nacional.” (ROSA, 1976, p. 123).

Em *Formação histórica do Brasil*²⁹ (1967), na parte na qual Nelson Werneck Sodré analisa o tenentismo e a revolução de 1930, o mesmo concorda com as interpretações apresentadas por Virgínio Santa Rosa, assim como marca enfaticamente o problema do latifúndio como central. Para ambos, a revolução de 1930 possibilitou a industrialização do Brasil, a conseqüente tendência de derrocada do latifúndio e a participação das massas no processo revolucionário. Virgínio Santa Rosa pensou o sentido do tenentismo. Cerca de vinte anos depois, Sodré partiria deste autor para formular o sentido do comunismo no Brasil. Esta empreitada foi feita a partir de interpretação histórica do Brasil que derivasse em uma ação política capaz de alterar a realidade nacional.

3.5 Interpretação histórica e projeto político para o Brasil

Nelson Werneck Sodré diagnostica a permanência de uma condição colonial que acreditava estar à época em vias de extinção. Assim, há no autor um nexó indissociável entre interpretação histórica e projeto político: a compreensão da história brasileira, em especial de sua formação econômica, visava acima de tudo superar as condições do atraso. Procuraremos analisar essa relação à luz de alguns temas e conceitos-chaves para a interpretação histórica do país: a problemática do latifúndio e da industrialização, o povo, seu conteúdo e papel e a revolução brasileira.

3.5.1 A problemática do latifúndio e da industrialização

Não é absurdo dizer que uma das teses que mais se associa a Nelson Werneck Sodré é sua afirmação da existência de relações feudais no Brasil. Jorge Grespan (2006) ressalta que a questão da existência de feudalismo fora da Europa é plausível dentro do pensamento

²⁹ O livro é apresentado pelo seu autor no prefácio como fruto do curso de História do Brasil que Nelson Werneck dava no ISEB desde 1956.

marxista. Já existia no debate internacional autores que defendiam a existência do feudalismo no Japão, na América Latina e na Rússia. Isso não é incoerente, uma vez que feudalismo é entendido por esses autores como modo de produção anterior à acumulação de capital. Deste modo, ele deveria existir em qualquer lugar antes que o avanço das forças produtivas permitisse a existência do capitalismo.

Outras interpretações célebres buscaram entender a questão do latifúndio no Brasil. Ao menos desde Oliveira Viana impera o diagnóstico da grande propriedade de terra como algo negativo na formação brasileira³⁰. No capítulo VII de *Populações meridionais do Brasil* (1952), o autor tratou da “função simplificadora do grande domínio rural”. Nesta empreitada, ele oferece um estudo do latifúndio e as suas consequências para a economia e para a sociedade nacional como um todo. Oliveira Vianna acreditava que a forma de administração da terra no Brasil teria a ver com o ambiente e o clima tropical, mas não reduz sua análise a isso. Para ele, haveria algo de feudal na estrutura agrária brasileira que ecoaria desfavoravelmente na sociedade e na economia, chegando a ser pior do que o feudalismo europeu. No nosso caso, o grande domínio geral só teria produzido instabilidade, desordem e falta de vínculo de parte da população com a terra. Nas palavras de Oliveira Vianna: “O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez do homem à terra.” (VIANNA, 1952, p. 136)

A função simplificadora do grande domínio rural teria impedido que a sociedade brasileira se tornasse complexa ao refrear a formação de uma classe média. Para o autor, uma economia baseada em latifúndios produtores de produtos voltados apenas para o mercado externo era rústica e atrasada. A partir daí surge o paralelo que Vianna faz entre as grandes extensões de terra nacionais e o feudalismo medieval. A estrutura fundiária nacional não teria permitido que se formassem pequenos proprietários e um comércio amplo, ambos teriam sido engolidos pela capacidade de autossustentação das fazendas.

Wanderley Guilherme dos Santos (1970) destaca que a dicotomia entre o Brasil agrário e o Brasil industrial seria uma marca da imaginação política brasileira desde a Primeira República³¹, intensificada após a revolução de 1930 e, nos anos 1950, com o ISEB. Martins de Almeida (1932) ressaltou no seu livro *Brasil errado* que o Estado brasileiro seria desde a sua fundação “[...] expressão política da dominação dos grandes proprietários de

³⁰ Na parte deste trabalho sobre a organização do pensamento social e político brasileiro feita por Nelson Werneck Sodré se buscará demonstrar que o autor tinha conhecimento desses autores e ideias.

³¹ Wanderley Guilherme dos Santos coloca Euclides da Cunha como o primeiro a dar insumo teórico para tal questão. Em obras posteriores Nelson Werneck Sodré irá remeter também ao escritor de *Os sertões*.

terra.” (ALMEIDA, 1932, p. 76). Isto teria dado à formação do país um sentido característico, no qual o latifúndio seria a unidade social do país e o município seria entidade artificial, sem existência real. Para o autor, o latifundiário teria permanecido figura central na política brasileira desde as grandes fazendas coloniais até os cafezais da Primeira república, sendo esta última expressão política mais evidente do caudilhismo brasileiro.

Segundo Martins de Almeida, a potência exagerada da grande propriedade de terra não teria dado condições para o desenvolvimento econômico da pequena e a alta burguesia, fazendo com que estes setores sociais não tivessem expressão política a ponto de fazer vencer seus interesses frente ao Estado. O autor também considerava o latifúndio uma influência nefasta para o homem público nacional, o impedindo de pensar o país de forma realista e, portanto, garantindo os privilégios da aristocracia rural. Em suas palavras: “Os nossos homens públicos podem ter, como o tem realmente, a cabeça nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional.” (ALMEIDA, 1932, p. 79). Martins de Almeida já nos anos 1930 fazia referência à grande propriedade de terra brasileira como latifúndio feudal, assim como Nelson Werneck, vinte anos depois.

Ambos propuseram soluções radicais para o problema comumente diagnosticado. Para Martins de Almeida, a solução seria uma reforma agrária que reorganizasse a propriedade de terra no país. Seria preciso remendar o fato de o latifúndio compor núcleos vitais independentes e dissociados uns dos outros, tal como já tinha analisado Oliveira Vianna. Uma reorganização da terra, que fornecesse também proteção legal ao pequeno proprietário rural, poderia formar de uma classe média no campo, reestruturando a vida social no interior do Brasil. Do ponto de vista político, ela teria a função de, a partir da intervenção direta do Estado, limitar os poderes locais quase ilimitados da aristocracia da terra.

Também Afonso Arinos de Melo Franco (1936) na sua obra *Conceito de Civilização brasileira* identificou aspectos feudais no latifúndio nacional. Para ele, a estrutura fundiária brasileira teria característica tanto feudais quanto capitalistas. A grande lavoura de açúcar colonial teria dominado a atividade econômica do país durante três séculos, orientando o tipo de vida da classe camponesa em formação. A preponderância do latifúndio desde os primórdios do país não teria cultivado no homem apego à terra.

Afonso Arinos considerava o tipo dominante de exploração da terra ambíguo. Sob certos aspectos ele se revestiria do caráter feudal, contudo, sob outros, já seria nitidamente capitalista. Este modelo, segundo o autor, representaria bem o espírito da época das descobertas, em que a Europa teria supostamente evoluído do feudalismo medieval para o capitalismo renascentista. Neste momento de transição haveria resquícios feudais, como a

tendência para a aristocratização das famílias dos senhores de terras, o insulamento destes nos engenhos acastelados. Os engenhos seriam percebidos pelos seus proprietários como organismos sociais quase completos, a economia seria elementar e o uso da moeda limitado. As relações entre os senhores e os colonos livres também se aproximariam enormemente das do feudalismo europeu. Porém, haveriam características capitalistas: a detenção, nas mãos dos senhores, dos meios de produção (os engenhos), o trabalho escravo, e a organização industrial da exploração agrícola. Esta última seria baseada na proibição opressiva do uso da cana-de-açúcar para a fabricação de produtos acessíveis à produção do pequeno proprietário.

Dentro do ISEB, Hélio Jaguaribe também acreditava que situação da terra no Brasil compartilhava características com o feudalismo. Na argumentação do autor, o Estado Cartorial seria o mantenedor do *status quo* e produto da política da clientela. Tal mecanismo serviria para desviar o Estado de sua de prestador de serviços e torna-lo repositório da classe média ociosa nos cargos públicos. Tal seria o arranjo das classes no país: “A classe dominante, indiretamente, subsidia a ociosidade e a marginalidade da classe média, enquadrando-a no Estado Cartorial, e lhe paga o imposto que esta lhe devolve na forma dos benefícios da manutenção da política da clientela e da estrutura semicolonial e semifeudal.” (JAGUARIBE, 1958, p. 23).

Como visto no primeiro capítulo deste trabalho, Jaguaribe defendia que, em sua época, os interesses de todas as classes sócias eram contemplados pela industrialização, coordenada pela burguesia. Hélio Jaguaribe fez igualmente referência à existência de relações análogas as feudais no campo. Ele afirmava que a classe média passaria a ocupar cargos técnicos e administrativos nas indústrias e o proletariado se beneficiaria do aumento de empregos e da remuneração que viriam com a industrialização. Já o campesinato também teria seu salário elevado pelo incremento da técnica no campo e de processos produtivos mais eficientes, saindo da condição miserável, à qual o autor se referia como semifeudal.

Na obra de Nelson Werneck Sodré, a tese do Feudalismo brasileiro estava associada a seu projeto político. Tal como assinalado por Jorge Grespan (2006) e por Gildo Marçal Brandão (1997), a Declaração sobre política do PCB em 1958 expressa a mudança de orientação do partido, que passava então a defender o desenvolvimento capitalista no Brasil como forma de acabar com as relações de produção semifeudais que existiriam no campo. Nelson Werneck Sodré agregou a defesa feita pelo seu partido à discussão já existente sobre o latifúndio no pensamento político brasileiro.

Na interpretação do autor, o avanço das forças produtivas no Brasil não teria se seguido como na Europa, onde teria havido uma sequência evolutiva de modos de produção

com maior nível de produtividade. O nosso país teria regredido a um modo de produção escravista, menos produtivo. Isto teria se dado por imposição do grande comércio, controlado pela metrópole. Com o advento da Revolução Industrial, a escravidão teria se tornado inadequada ao comércio mundial, que exigiria a ampliação de um mercado consumidor. Então, no final do Império, o fim do regime escravista teria representado a passagem para um regime feudal, pois a perda do mercado externo causada pela pouca competitividade dos produtos agrícolas teria levado ao isolamento comercial e condenado os produtores à atividade de subsistência. Para Sodré, o Brasil teria se tornado feudal na Primeira república, uma vez que o regime teria favorecido a divisão do país em feudos. Somente após a Revolução de 1930 que viria a se iniciar um processo de ruptura que levaria pessoas dominadas por relações de semi-servidão à vida política. Nelson Werneck advogava que para o desenvolvimento capitalista e industrial ocorrer, seria preciso remover os resquícios do atraso conservador. Em termos marxistas, o Brasil precisaria de uma revolução burguesa.

Sodré desenvolveu o tema do feudalismo no Brasil em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*³² (1963). Partindo do pressuposto de que as ideias estariam condicionadas ao avanço das forças produtivas em determinado momento histórico, o autor concluiu que Brasil estaria finalmente na fase em que o nacionalismo se tornaria possível politicamente. Sodré apresenta três cortes para a História do Brasil³³: Independência, República e Revolução brasileira. Na elaboração intelectual do autor, a história político-institucional brasileira seria expressão da etapa econômica que o país se encontraria. A colônia estaria ligada à revolução comercial, na qual toda produção seria para mercados externos. A Independência, por sua vez, seria reflexo da revolução industrial, que exigiria a ruptura do monopólio do comércio pela abertura de novos mercados proporcionada por esta mudança no modelo produtivo internacional.

Do império até a república a classe dominante continuaria sendo o senhor de terras. Na alteração de regime, o modo de produção teria deixado de ser escravista para ser feudal. O pequeno produtor estaria preso ao latifundiário e a política dos governadores seria o arranjo institucional que garantiria o poder dos senhores feudais brasileiros. A fase da Revolução brasileira teria se iniciado com a revolução de 1930, na qual a classe dominante se enfraquecera, a classe média se tornara forte e a classe trabalhadora estaria entrando na vida política.

³² O texto é reprodução da aula inaugural dada no ISEB em 1958,

³³ O recorte é o mesmo presente no livro publicado em 1962 *Formação histórica do Brasil*, que é resultado do curso de História do Brasil que o autor lecionava no ISEB.

A última fase ainda teria uma contradição fundamental a resolver. Para Nelson Werneck, os produtores de café seriam senhores feudais, representantes do arcaísmo que precisaria ser eliminado. Para tal, o nacionalismo deveria ser utilizado como ferramenta de libertação. Ele teria o papel de pôr fim às reminiscências do feudalismo neste país, tal como teria feito nos países europeus durante a Idade moderna. A missão do Nacionalismo no Brasil seria a de formar um arranjo de classes a partir do interesse comum de encerrar o jugo colonial que o Brasil. Os inimigos desta coalizão seriam aqueles que acreditavam que o Brasil só poderia se desenvolver com ajuda alheia, e, por isso, defenderiam a manutenção do quadro de relações feudais ou semif feudais. Em sintonia com o projeto defendido pelos demais intelectuais do ISEB, Nelson Werneck pleiteava uma “[...] composição nacional que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe [...]” (SODRÉ, 1963, p.182), para que o Brasil pudesse atingir o seu desenvolvimento.

3.5.2 O Povo, seu conteúdo e papel

Em *Quem é o povo no Brasil?*³⁴ (SODRÉ, 1963), Sodré dedicou-se à compreensão do povo e seu papel na revolução brasileira. A obra consiste em uma tentativa de dar historicidade ao conceito de povo no Brasil, analisando seu conteúdo no decorrer da história do país, porque, segundo o autor, o conceito de povo estaria sendo usado de maneira imoderada, pois todos queriam se confundir com ele para passar seus interesses como interesses gerais. Em outras palavras, o livro é uma história de um conceito politicamente orientado, a fim de compreender o que preenche tal categoria essencial no vocabulário político moderno no Brasil. Para Sodré, os trabalhadores seriam a massa principal do povo, mas, no Brasil, povo não compreenderia somente o trabalhador, de mesmo modo, o conceito não pode ser só definido economicamente, mas historicamente, de acordo com a situação encontrada em determinado momento histórico.

O autor pressupunha uma distinção entre povo e população. O segundo consistiria da massa dos habitantes de um território. O primeiro, por outro lado, é conceituado por Nelson Werneck como “[...] o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1963 p. 191). O Povo seria um agrupamento de classes no qual o arranjo dependeria do momento histórico vivenciado. Ele também não deixa de afirmar que “[...] só é nacional o que é popular” para enfatizar que em sua concepção os interesses do povo são o próprio

³⁴ O texto foi publicado originalmente em 1962 como a segunda edição dos Cadernos do Povo Brasileiro e depois republicado em *Introdução à Revolução brasileira* como a parte referente à Revolução popular.

interesse da nação em determinado momento da história. Partindo desta conceituação geral, o autor monta sua divisão da história do Brasil em três etapas para ver o que é povo em cada uma delas. Na colônia, não teria existido o povo, pois não existem condições materiais efetivas para essa tomada de consciência. Na independência o povo era composto por todas as classes, porque a tarefa progressista imposta era o fim da condição colonial. Já na república, o necessário era liquidar o império. Nesta fase da História, o povo seria constituído por setores da burguesia e do proletariado, deixando de ter a classe latifundiária como componente. Contudo, a Política dos governadores cumpriria o papel de fazer um arranjo entre setores da classe dominante para impedir a participação política do povo, dando poder aos grandes proprietários de terra.

A etapa seguinte seria a que Nelson Werneck Sodré percebia como ainda em curso na segunda metade do século XX: a Revolução brasileira. O povo, composto pelo campesinato, o proletariado e por setores da burguesia comprometidos com o interesse nacional e anti-imperialista, precisaria liquidar a classe latifundiária e suas relações com o imperialismo. O autor não considerava o uso da violência como algo necessário neste processo. O uso deste recurso dependeria de as classes dominantes deixarem a revolução se cumprir por um caminho político institucional ou não. Com esta revolução, haveria uma substituição da classe dominante: os defensores do arcaísmo na sociedade brasileira seriam derrotados e as forças nacionais sairiam vitoriosas. O país poderia, então, se libertar do feudalismo representado pelos latifundiários e do jugo imperialista lhes interessava. No final da segunda parte de seu texto, Sodré define o conteúdo da revolução:

Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas. (SODRÉ, 1963, p. 210)

Angélica Lovatto em artigo intitulado “O pensamento de Nelson Werneck nos Cadernos do Povo Brasileiro” (LOVATTO, 2006) destaca a importância de entender essa publicação no seu contexto. O público alvo dos cadernos do povo brasileiro seria ele próprio. Embora a coletânea fosse editada pela Civilização Brasileira, membros do ISEB, como Álvaro Vieira Pinto e o próprio Nelson Werneck Sodré, participavam ativamente das publicações. Segundo ela – seguindo a divisão de Caio Navarro de Toledo – o instituto seria dividido em três fases: na primeira, iniciada em 14 de julho de 1955 o instituto não teria consenso ideológico; já na segunda, o nacional desenvolvimentismo seria hegemônico e os

isebianos estariam preocupados em pensar um projeto a ser encampado pela burguesia nacional; a terceira e última seria aquela em que se situam o livro de Nelson Werneck Sodré e os Cadernos do Povo brasileiro. De 1961 até 1964, a instituição estaria comprometida com a defesa das reformas de base de João Goulart. Era intenção dos isebianos mobilizar as classes populares para este projeto. Logo, a proposta de Nelson Werneck de uma revolução democrático-burguesa em que a burguesia não monopolizasse os seus proventos não se derivava apenas da postura de seu partido, mas também do quadro geral do instituto em que lecionava.

A partir do pensamento do autor é possível extrair também um conceito utópico de povo, que deve ser associado à sua postura política de comunista. Nelson Werneck Sodré defendia nos anos 1950 e 1960 um tipo de revolução burguesa para o Brasil. Com o movimento da História, viria o momento em que o povo se confundiria com os trabalhadores, sendo finalmente possível uma revolução de tipo comunista no Brasil. Porém, esta só poderia ocorrer depois de superada a etapa feudal e avançada a capitalista.

3.5.3 A Revolução brasileira

Somando-se a crítica aos latifúndios com a emergência de um povo autoconsciente de seu papel, Nelson Werneck Sodré vislumbrou em sua época a necessidade de efetivar uma revolução que desde 1930 viria se intensificando. Este diagnóstico não existia apenas nesse autor: a Revolução brasileira foi de fato tema de discussão de inúmeros acadêmicos por esta época. No entanto, ainda assim parece válido analisar como a ideia aparece em sua obra e como ele a preenchia de conteúdo.

Nelson Werneck Sodré dedicou uma obra especificamente a este tema: *Introdução à Revolução Brasileira*. No entanto, grande parte dos textos já haviam sido publicados anteriormente e os que eram originais assemelham a resumos de obras maiores do autor. Porém, nos parece significativa a junção deles em um mesmo livro, pois todos consistiam em uma análise social, política e econômica da história do Brasil na qual a Revolução brasileira aparece como última etapa. O conceito de revolução que transpassa a obra é o de mudança radical nas estruturas de uma determinada sociedade, tendo como consequência substituição de uma classe dominante por outra. A passagem do Império para a república não se enquadraria dentro da categoria, justamente por não ter havido alteração no arranjo de classes. Cada processo revolucionário seria, para o autor, fruto da adequação das estruturas políticas às mudanças na base socioeconômica. Assim, a Revolução brasileira seria uma etapa da história do país na qual caberia ao povo (enquanto conjunto de classes nacionalistas e

progressistas) encerrar a dependência do país para com o capital externo imperialista, assim como a proeminência dos latifúndios no mercado interno.

Dentro da concepção marxista da qual o autor advoga, não seria errado dizer que a Revolução brasileira consistiria em uma revolução burguesa. Como já foi desenvolvido aqui na discussão sobre o papel do povo, trata-se de um processo em que a violência é recurso, mas não é condição necessária para atingir o objetivo que se almeja. Buscava-se uma revolução burguesa, mas de tipo democrático. Nela, a parte da burguesia que participaria do processo não iria alienar os trabalhadores dos bens gerados após o processo. Dado que para Nelson Werneck Sodré este processo seria exigência de seu tempo, a revolução teria função tática. A estratégia adotada seria a de se esperar que no futuro outra revolução fosse necessária. Seguindo a lógica da filosofia da História marxista, não é absurdo pensar que se trataria de uma revolução comunista, feita pelos trabalhadores urbanos.

3.6 História do pensamento social e político brasileiro

A partir de determinado conceito de história, de uma interpretação histórica do Brasil e do projeto político que dela derivava, Nelson Werneck Sodré preocupou-se em organizar uma história das ideias no país. Com isso, ele esperava ver o que de original ou de elucidativo no passado da nação poderia ser usado para informar o presente. Todavia, não foi só em sua fase isebiana que ele se ocupou de analisar as produções intelectuais brasileiras. Nos trabalhos anteriores do autor tal preocupação já era clara, embora com sentido diferente.

As análises do autor sobre o pensamento brasileiro anteriores à sua entrada no ISEB (principalmente as de literatura) se caracterizavam por uma crítica ao transplante e pela busca da nacionalidade brasileira. Segundo Marcos Del Roio (2000) a adesão explícita de Nelson Werneck Sodré ao marxismo ocorreu após sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Embora os conceitos marxistas não aparecessem explicitamente, nos escritos anteriores do autor a literatura era percebida como associada à materialidade, fato ilustrado pelo subtítulo da *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Para Sodré, só quando o Brasil tivesse condições de ser autônomo economicamente ele seria capaz produzir uma cultura nacional não transplantada.

Na *História da literatura brasileira* (1940) o autor elogia a preocupação que desde os anos 1930 se teria pelos estudos sociais e políticos. Ele diagnosticou que a literatura teria desenvolvido um gosto por estudar o Brasil e seus problemas. Na sua época, a literatura estaria virando nacional, se colando à vida. Oliveira Vianna, foi colocado como entre o melhor que o Brasil teria à época: “Os estudos sociais e políticos que constituem toda a obra

de Oliveira Vianna, firmam-se como mais sólidos que possuímos. A sua reconstituição do nosso desenvolvimento histórico, guarda uma linha severa de realismo; é, sem dúvida, o fruto de pesquisa conscienciosa.” (SODRÉ, 1940, p. 236).

Também receberam elogios Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Manoel Bonfim, e até mesmo o intelectual católico Tristão de Athayde, é posto como “[...] analista fino e culto [...]” (SODRÉ, 1940, p. 236), pois seus estudos seriam “[...] dos mais lúcidos do tempo [...]” (SODRÉ, 1940, p. 237). Outros que mereceriam méritos por representar a nacionalidade seriam Plínio Salgado, Graciliano Ramos, Jorge Amado. Nas palavras de Sodré:

Os grandes problemas do país têm encontrado, da parte de alguns homens cultos e que amam reduzir a escala positiva os conhecimentos adquiridos no estrangeiro, uma compreensão e uma análise nítida e segura. [...] E principalmente, que a terra brasileira, nas suas peculiaridades, sintomas próprios da existência de um povo, começa a revestir-se de um interesse novo para os seus filhos. Que se pensa em brasileiro e que se escreve uma língua cada vez mais divorciada da velha língua portuguesa para aqui transplantada. (SODRÉ, 1940, p. 235 e 236)

Nos anos 1940, o autor estava preocupado em estudar o pensamento brasileiro para compreender a formação de uma cultura nacional. Em outro livro, *Orientações do pensamento brasileiro* (1942) a economia aparece muito pouco na construção da narrativa. O autor faz relatos biográficos dos intelectuais analisados, para, com este recurso inserir os autores em suas épocas, no meio que os cercava. Os autores escolhidos teriam sido aqueles que teriam emergido da transição de uma “[...] cultura com alicerces fora das peculiaridades” (SODRÉ, 1942, p. 15) para uma cultura “[...] ligada a terra e associada aos seus motivos” (SODRÉ, 1942, p. 15). Estes intelectuais teriam se interessado em estudar o Brasil e suas peculiaridades, sem embuti-lo em formas de pensar vindas do estrangeiro. O livro é uma tentativa de cânone do nacionalismo realista. A explicação econômica para esta mudança na forma de pensar o país seria que “[o] decréscimo na capacidade de comprar, por parte dos países importadores dos nossos produtos, devia repercutir, na vida nacional, por uma ânsia inquieta, que se traduziu logo em agitação partidária e em discordâncias políticas.” (SODRÉ, 1942, p. 13). As consequências imediatas deste processo seriam o aparecimento do modernismo, as opiniões a ele ligadas e posteriormente a própria Revolução de 30.

Nos textos escritos durante sua atuação no ISEB, Nelson Werneck Sodré partiu do conceito marxista de ideologia para elaborar sua história do pensamento social e político brasileiro. Segundo Marx, tal como expresso em *A ideologia alemã* (2005), esse conceito seroia definido como projeção e visão de mundo que se adquiriria por participar de certo tipo de convivência social. Então, ideologia seria nesta perspectiva a produção e reprodução de

uma lógica falsa para ver o mundo usada por uma classe para justificar sua dominação. Em dois trabalhos de Nelson Werneck o uso de Ideologia nesta chave aparece claramente. Um deles é seu livro publicado em 1961 *A ideologia do colonialismo* (1961) e o outro é um texto publicado em *Introdução à Revolução brasileira* (1963) sob o título de “Elaboração da cultura nacional”, correspondente a parte do livro que se propõe a analisar a evolução da cultura no Brasil. As duas obras possuem análises muito semelhantes, sendo a segunda uma versão menor da primeira. Contudo, somente no texto reduzido o autor procurou elencar algumas questões teóricas importantes para compreender sua organização do pensamento brasileiro.

Em “Elaboração da cultura nacional” (1963) o autor faz uma dura crítica ao conceito amplo de cultura, entendido como conjunto de hábitos, costumes e visões de mundo de uma sociedade. Para Nelson Werneck, ele tiraria o foco das questões essenciais e destacaria as subjetivas, fazendo com que a sociologia deixasse de prestar atenção nos reais problemas da sociedade, inscritos na dinâmica socioeconômica. Para o autor, o conceito, por ser amplo, seria vazio e, ao querer contemplar de tudo, não explicaria nada. Para Sodré, as ideias não surgiriam espontaneamente, mas estariam condicionadas a uma materialidade, portanto, qualquer tentativa de entendê-las em uma chama subjetiva ou espontânea seria equivocada.

O autor faz no texto crítica que o assemelha a outro intelectual do ISEB, Alberto Guerreiro Ramos. Nelson Werneck acreditava que a cópia pura e simples de modelos externos no fazer científico seriam expressão da condição colonial do brasileiro. Para Guerreiro Ramos este procedimento se chamava “sociologia enlatada” (RAMOS, 1996, p. 105). Nelson Werneck entendia, assim como seu companheiro de ISEB, que o transplante não seria ato de vontade, mas estaria circunscrito às condições históricas que se apresentariam em determinado tempo. Por outro lado, Sodré também considerava equivocado criticar as ideias só por serem externas, para ele, existiriam algumas que carregariam em si a universalidade. Esta ressalva do autor não poderia ser mais pertinente, uma vez que o mesmo se considera parte de uma escola de pensamento que não é brasileira.

Ressaltar-se-iam entre as ideias exógenas equivocadas, aquelas que, se passando por supostamente científicas, justificariam a lógica de dominação colonial ao qual o Brasil era submetido. Suas expressões estariam nas questões de raça, determinismo climático e geográfico, defesa de vocação agrícola para o Brasil e no diagnóstico da incapacidade de existir democracia no país. Para Nelson Werneck existiria esperança, pois a ideologia do colonialismo estaria morrendo. No final do século XIX teria começado a emergir uma classe média e nos anos 1930 os proprietários rurais teriam começado a perder seu poder. A

revolução brasileira iria eliminar todos os resquícios da condição colonial no país e permitir que ele fosse autônomo em sua economia e, conseqüentemente, em sua cultura.

Em *A ideologia do Colonialismo* (1961), publicado pelo ISEB em 1961, o autor faz uma história social e econômica da produção intelectual brasileira para examinar o quanto os autores selecionados estariam aprisionados pelas questões de seu tempo. Nelson Werneck concedeu certo perdão à maioria dos autores pelos erros cometidos, uma vez que as condições objetivas do tempo em que escreveram não permitiriam que eles pensassem diferente. O autor procura destacar, inclusive, contribuições destes autores para o debate nacional. Nelson Werneck defende um historicismo radical na análise das obras, tudo deveria ser posto no contexto em que foi produzido, pois “Estabelecidas as condições sociais, é que se torna um ato de vontade” (SODRÉ, 1961, P. 89). Apenas um dos autores analisados recebe somente duras críticas, Francisco Oliveira Viana. Nelson Werneck dedica praticamente metade do livro a sistematicamente criticá-lo. O motivo apresentado para tal pelo autor é que Oliveira Viana seria expressão do atraso que o Brasil precisa superar. Se os demais intelectuais analisados fizeram o possível para a época em que escreveram, o autor fluminense teria retrocedido às questões e estaria ele mesmo para trás em relação ao seu tempo.

O breve capítulo sobre o economista colonial Azevedo Coutinho é descrição de história econômica daquele momento. Nela o intelectual foi colocado como de direita no debate de sua época por ser contrário à autonomia da colônia, mesmo após o avanço da revolução industrial. Segue-se a ele José de Alencar, que para Nelson Werneck Sodré inventou a literatura nacional e a inventou como popular. As limitações do trabalho se deveriam ao contexto da época. O índio como figura que resistiu ao português e a exclusão do negro nas suas narrativas se deveriam a uma questão de que o público leitor se encontraria na classe dominante, que ostentava não pertencer ao mundo do trabalho.

Silvio Romero teria partido de um conceito de ciência calcado nas ciências naturais comum ao século XIX. Por isto, ele acreditava que o clima era determinante das condições sociais, assim como advogava que, sendo o tipo ariano europeu mais avançado, sua imigração seria forma de sanar os problemas sociais do Brasil. Para Nelson Werneck, a mentalidade de Romero seria expressão da ideologia do colonialismo, pois estes preconceitos teriam sido herdados da Europa. Os méritos do autor estariam em falar dos problemas de sua época e trazer para a literatura brasileira um viés crítico, além de defender a participação dos homens esclarecidos na solução dos problemas nacionais.

Euclides da Cunha teria acertado quando usou de sua intuição e descreveu a realidade brasileira. Contudo, ele teria errado quando reproduziu a ideologia do colonialismo, copiando

o que chegava no Brasil da ciência de sua época. Na análise de Nelson Werneck Sodré, o país seria naquele momento latifundiário e escravocrata e persistiriam relações feudais em seu interior, resistindo às reformas oriundas da revolução industrial. Na segunda metade do século XIX a indústria teria começado a ser apreciada no Sudeste com a incorporação de novas técnicas e transporte ferroviário. A adesão de Euclides da Cunha a causa republicana era expressão das transformações materiais daquele período histórico. Condicionaria também a obra do autor de *Os Sertões* sua formação como engenheiro e militar. O positivismo apreendido nos círculos militares era para Sodré uma forma de defender simultaneamente o progresso da humanidade e a conservação da ordem social. Euclides da Cunha teria percebido o contraste entre a parte desenvolvida e o interior do Brasil, onde o feudalismo teria assumido a forma de latifúndio. Teria sido acerto do autor ver feudalismo em Canudos. Já os seus defeitos seriam o evolucionismo, a visão pessimista da mestiçagem e o determinismo geográfico, tudo expressão da ideologia do colonialismo.

Se Nelson Werneck Sodré se preocupou em contextualizar e até escusar os erros dos demais autores examinados, Oliveira Viana recebeu tratamento diferente. Passados os anos iniciais de elogios a Oliveira Viana, Sodré passou a vê-lo não como autor a ser estudado, mas como adversário político cujas ideias ainda têm influência. Oliveira Viana é visto como um racista cuja obra careceria de método histórico e sociológico e cujas descrições seriam imprecisamente explicadas via análise psicológica e cultural e não das condições materiais. O livro *Populações meridionais do Brasil* seria, para Nelson Werneck, mera expressão da ideologia colonial que serviria apenas para afagar leitores que a defenderiam. Haveria ainda, segundo Sodré, imprecisões de ordem geográfica: Oliveira Viana não teria conhecimento dos ambientes nos quais ele busca condicionar os tipos sociais que descreve; suas fontes são precárias e os sociólogos que recorre na sua época são superados.

Do ponto de vista das questões raciais, o autor fluminense teria confundido o social com o genético, representando o homem branco como padrão. Sua antropologia teria visto raças superiores e inferiores. Nas massas do Sul, Oliveira Viana acreditaria que a herança do arianismo seria causa de sua organização social ordenada, enquanto no Norte e Nordeste a massa seria arredia e caótica por presença de elementos racialmente inferiores. O fato de o autor fluminense ter sido jurista era, para Sodré, chave explicativa de muitos de seus defeitos: para ele, antes da especialização, a sociologia e a história seriam reféns do Direito e por isso tenderiam a uma análise das instituições, e não da estrutura econômica, como formadoras da política.

A opinião de Sodré em 1961 é radicalmente distinta daquela que apresentava no início dos anos 40, especialmente em *Orientações do Pensamento brasileiro*, obra na qual dedica um capítulo exclusivamente ao elogio do intelectual fluminense. Ele teria feito um estudo materialista do Brasil, partindo de referências como Feri e Garofalo. A partir dos estudos de psicologia social (Le Play, Demolin e Gabriel Tarde), o sociólogo teria entendido que os homens seriam formados no presente a partir do passado, que viveria no subconsciente de todos. Em contraste, o autor coloca Rui Barbosa como o espelho de Oliveira Viana: o jurista não fazia pesquisa, tinha gosto da letra pela letra, era fraseológico e fazia análise não científica da realidade. Se em 1961 *Populações meridionais do Brasil* é um livro que expressaria a ideologia do colonialismo e uma visão equivocada sobre o Brasil, vinte anos antes ele foi classificado como “[...] um dos livros básicos para os estudos nacionais, marca o início duma curiosidade mais objetiva pelas nossas cousas.” (SODRÉ, 1942, p. 73). Em 1942 o livro de Oliveira Viana tinha para Nelson Werneck “[...] uma função de divisor de águas.” (SODRÉ, 1942, p. 73).

A mudança de opinião sobre Oliveira Viana pode ser indício ou exemplo da transição de ênfase em uma literatura nacional e nacionalista para o marxismo como linguagem universal a ser cruzada com as realidades locais. Na medida em que a preocupação deixou de ser a busca pela nacionalidade em sentido mais cultural e passou a ser a superação do colonialismo em uma chave não apenas nacionalista, mas marxista, o juízo sobre Oliveira Viana mudou radicalmente.

3.7 Conclusão

A partir do percurso realizado neste capítulo, tentamos demonstrar que Nelson Werneck Sodré era um autor nacionalista e marxista, tendo o segundo elemento entrado depois e contribuído para a complexidade do primeiro. A partir do seu comunismo nacionalista, o autor se debruçou sobre a História do Brasil afim de compreender suas peculiaridades e propor um projeto político que julgava adequado para seu tempo. Nos anos de 1960, Nelson Werneck Sodré deu insumo teórico ao ISEB e à aliança entre comunistas e trabalhistas pelas reformas de base defendidas pelo então presidente João Goulart. Com o golpe de 1964 o instituto foi fechado e o horizonte de expectativas de todos os envolvidos nele se encerra. Se o conceito de desenvolvimento era polissêmico e tinha sua derivação à esquerda na obra de autores como Nelson Werneck Sodré, a partir de 1964 os militares o deram sentido completamente distinto, afastado do povo e da democracia como meio para a conclusão da revolução brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IDEOLOGIA DO ISEB E A HISTÓRIA COMO MITO

Em 1977, Hélio Jaguaribe publicou um texto³⁵ no qual pretendia refletir sobre o ISEB quase 20 anos após sua saída. Segundo ele, a então recém-publicada tese de Caio Navarro de Toledo (1998) o teria reinserido na atmosfera dos anos 1950, o fazendo repensar aquela época. Jaguaribe conta que o IBESP foi uma iniciativa de dar alguma institucionalidade para as discussões feitas por um grupo de intelectuais cariocas e paulistas em Itatiaia. Também descreve que, com o tempo, as diferenças ideológicas entre os dois grupos teriam se tensionado, a ponto de se tornarem inconciliáveis. Então, o grupo carioca acabou por fundar o ISEB.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros teria acabado por se especializar em um centro de estudos dos problemas nacionais. A partir de uma perspectiva realista, sociológica e política, o estudo da realidade do país andaria junto com as inovações trazidas pelas ciências sociais, a fim de dar solução para os problemas que se apresentavam à época. O intelectual sintetiza as teses políticas do ISEB em três pontos. O primeiro seria a defesa da ideologia nacional-desenvolvimentista como a mais adequada àquela fase histórica do Brasil, o segundo a necessidade de aliança entre setores progressistas da indústria para o desenvolvimento. Já o terceiro, seria a análise de que, na fase em que o Brasil se encontrava, as contradições entre as classes que compunham esta coalizão não importariam e a burguesia brasileira teria condições suficientes, de se tornar autônoma.

Dada tal síntese, não é sem motivo que Hélio Jaguaribe parece demonstrar certa irritação no seu texto com a tese de Caio Navarro de Toledo. O autor classificou-a o como um “trabalho de juventude” (JAGUARIBE, 2016, p. 88). O ex-iseabiano associa os erros de análise cometidos por Caio Navarro aos erros de sua perspectiva marxista, baseada no filósofo Louis Althusser. O que parece haver é um desencontro semântico entre o conceito de ideologia de Hélio Jaguaribe e de seu crítico. O segundo parece percebê-lo em uma concepção marxista clássica, de falseamento da realidade e ocultação das condições objetivas. O ISEB seria aparelho ideológico do Estado que reproduziria tal máscara superestrutural sob a sociedade brasileira. Jaguaribe retruca:

³⁵ O título original do texto era “20 anos: breves reflexões sobre o IBESP e o ISEB”. A revista Insight inteligência republicou em 2016 o texto sob o título “Usina de altos estudos”.

Fábrica de ideologias, o ISEB? O plural, desde logo, é incorreto. O ISEB se dedicou à análise e à discussão de uma só ideologia, o nacional-desenvolvimentismo. Pela originalidade e fluidez com que tratou seus temas, foi menos fábrica do que fonte. Algo de diametralmente oposto à divulgação mecânica e sectária de ideologias pré-fabricadas, de esquerda ou de direita, que naquele tempo, como hoje, é prática fácil, com muitos adeptos. (JAGUARIBE, 2016, p. 89)

Como este estudo tentou demonstrar, o conceito de ideologia que orientava a fundação e a continuidade da produção sociológica, histórica e política do ISEB não tinha origem em Marx, mas sobretudo, em Karl Mannheim e como ele definiu o conceito. Em passagem do autor, ele descreveu como entendia a Ideologia:

Todos os períodos da história contiveram ideias que transcendiam a ordem existente, sem que, entretanto, exercessem a função de utopias; antes eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias). (MANNHEIM, 1986, p. 217).

Quando Hélio Jaguaribe diz que o ISEB se orientava por apenas uma ideologia, a nacional-desenvolvimentista, o autor estava definindo-a como aquele conjunto de ideias que almejavam adequar e sistematizar no plano intelectual o movimento histórico que estes intelectuais e atores políticos do ISEB viam como em curso desde 1930. Tal diagnóstico era comum a todos os autores, se enquadrando entre as teses do Instituto definidas por Jaguaribe.

O próprio autor deixa isso claro em seus textos isebianos. Em *O problema desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) ele afirmou que seria preciso:

[...] elaborar uma formação ideológica que, correspondendo às necessidades efetivamente experimentadas pelo país em face do seu estágio faseológico, da sua atual estrutura-tipo e do interesse das diversas classes, seja capaz de mobilizar estas diversas classes neste mesmo sentido, carregando-se assim, de apelo popular. (JAGUARIBE, 1958c, p. 56 e 57)

Na palestra que deu origem ao livro *Condições institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a), Jaguaribe destacou o papel ativo dos intelectuais do ISEB na formação desta ideologia:

Acredito que experiências como a que estamos aqui realizando no sentido de esclarecer a problemática brasileira e elucidar os requisitos de que depende o desenvolvimento econômico, constituem exatamente um meio de dar

execução prática ao imperativo a que acabo aludir, de formar correntes de ideias e interesses suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país. (JAGUARIBE, 1958a, p. 53)

Neste processo de formação ideológica, a História ganhou, na obra dos autores estudados, sentido que Georges Sorel (1993) chamou de mito³⁶. Assim como o conceito de Sorel, a História feita pelo ISEB tinha a função de ser aquilo que geraria uma imagem para o agir político a partir do sentido que construiu. Sorel percebia intuitivo como mais importante do que o racional. Para o autor, importaria mais compreender como os atores pensam do que a tentativa de criação de lei abstratas científicas que fornecessem aparatos externos de explicação. Sorel parte dessa epistemologia para propor uma forma de ação que levasse em conta o sistema de crenças, o conteúdo emocional e a vontade dos indivíduos em um agir coletivo. No contexto em que escreveu, mito deveria ser aquilo que os proletários deveriam mobilizar para produzir uma greve geral proletária que teria como fruto a própria libertação da classe.

Uma comparação das interpretações da História feitas pelos autores do ISEB com a produção historiográfica corrente certamente mostraria nos intelectuais dos anos 1950 problemas. Lhes faltaria mobilização de fontes, eles teriam compreensões enviesadas dos processos históricos, além de leituras que muitos considerariam superadas no século XXI. Porém, a História no ISEB tinha além de conteúdo estritamente acadêmico, – uma vez que seus autores parecem de fato acreditar que suas teses eram rigorosas cientificamente – função análoga ao mito de Sorel. A História no ISEB era uma leitura do passado para mobilizar a ação política no presente, com a intenção de transformá-lo no sentido almejado pelo instituto.

As epígrafes deste trabalho pretendem chamar atenção para o mesmo ponto. Edmund Burke afirmou ser preciso reagir como inglês quando a França quis impor seu modelo como universal. Karl Marx apresentou que os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem, mas como lhes foi transmitida. Na dinâmica entre agência e estrutura, a política, na medida em que é a tomada de posição em uma esfera de conflito, é a agência sobre a estrutura colocada. O nacionalismo do ISEB tem então a função de agência política sob uma estrutura que impõe a subalternidade à uma lógica estrangeira. Assim, o nacionalismo pragmático da instituição reagiu sob esta lógica não para preservar uma noção de Brasil estática, mas para fazer com o que o país se visse por si mesmo. Os isebianos almejavam um país com cultura, economia e política autônomas, vistas como hierarquicamente iguais à de outras nações. Eles

³⁶ Para o autor britânico Terry Eagleton (1997) o conceito de mito de Sorel equivale a um conceito de ideologia, neste sentido, pode se pensar em mais de um enquadramento do conceito dentro do ISEB.

queriam fazer sua própria história e, dada a maneira como ela lhes foi transmitida, era preciso reagir como brasileiros.

No projeto político aqui estudado, o desenvolvimento não era percebido como incompatível com a democracia. Os três autores aqui analisados entendiam a participação popular nos processos políticos como fundamental. Era compreensão comum a este intelectual que parte essencial do processo de desenvolvimento do Brasil se fazia pela distribuição de recursos. Mesmo Hélio Jaguaribe, defensor da burguesia como classe responsável pelo desenvolvimento, destacava a importância da democracia:

No plano das nossas relações sociais, esses fenômenos de estrangulamento se apresentam em termos de permanência, além do período em que historicamente ainda eram compreensíveis, dos privilégios de classe, que tendem a enquistar-se em determinados sistemas de resistência e dificultam a horizontalização da democracia brasileira, suscitando, ademais, um fenômeno extremamente grave, que é o parasitismo social.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 17)

Em Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré este aspecto fica mais óbvio, uma vez que os dois radicalizam à esquerda as teses nacional-desenvolvimentistas de Jaguaribe. Para eles, n  s  a democracia seria fundamental para o desenvolvimento do país, mas o povo era a classe (agora vista como) revolucionária que realizaria tal processo, afim de que seus interesses sejam garantidos.

O golpe de 1964 fechou o ISEB e os militares encerram a polissemia dos conceitos de desenvolvimento e de nacionalismo, dando a eles sentido antidemocrático e conservador. Mas, estudar os intelectuais do ISEB mostra que existiam outros projetos de desenvolvimento do Brasil que foram apagados nas mais de duas décadas que se sucederam. Vale a pena retomar estes autores, suas teses e seu método de interpretar o seu país para, além de perceber seus anacronismos, pensar sua atualidade para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.
- ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC. 2006.
- BARIANI, Edison. Certidão de nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 15-27, jan.-abr. 2015.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- CAMPOS, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 91-111, Jan./Abr. 2015.
- CUNHA, Paulo. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, São Paulo: FAPESP, 2002.
- DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 73-134.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 245-298.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- GRESPLAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 135-150.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

_____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. 2 ed. São Paulo: fórum Roberto Simonsen, 1958.

_____. “Usina de altos estudos”. In: *Insight inteligência*. Rio de Janeiro, n. 75, out-nov-dez 2016. p. 81-90.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, vol. 20, n. 87, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* S.d. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>

LENINE, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1984.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré no Cadernos do Povo brasileiro. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 313-326.

_____. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: xamã; Arte escrita, 2010.

LOWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

_____. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. p. 727-766.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan.-abr. 2015.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo 1981.

_____. *Ideologia e Utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. Liberdade, poder e planificação democrática. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

MARRRECA, Pedro Paiva; CANNONE, Helio. Nacionalismo Periférico no Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré: História, Política e Epistemologia. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política. Montevideu, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: *O capital: crítica da Economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 47-88.

_____. Concepções Comunistas do Brasil Democrático: Esperanças e Crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 197-244.

_____. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 161-228.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 245-264.

ORTEGA Y GASSET, José. Historia como sistema. S.d. Disponível em: <http://www.hermanotemblon.com/biblioteca/Literatura%20en%20General%20/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose%20-%20Historia%20como%20sistema.pdf>

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 35-48.

_____. Crítica e autocrítica. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 49-55.

_____. A dinâmica da sociedade política no Brasil. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 59-78.

_____. Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientado, de 1870 aos nossos dias. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 79-102.

_____. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 103- 214.

_____. O tema da transplantação na Sociologia brasileira. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 271-290.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. Princípios do povo brasileiro. In: *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 225-256.

_____. Cinco princípios do trabalhador brasileiro. In: *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p.257-262.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo* 3. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 133-156.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, n. 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Lígia Osório. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 103-134.

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

_____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: avenir, 1978.

_____. Elaboração da cultura nacional. In: *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 115-142

_____. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1967.

_____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo: Cultura brasileira, 1940.

_____. *Orientações do Pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

_____. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 165-186.

_____. Quem é o povo no Brasil? In: *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 187-226.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: UNICAMP, 1998.

TORRES, Alberto. *Problema Nacional Brasileiro*. Fonte Digital ebooksbrasil.com, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf>>

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.